



**11<sup>a</sup> Conferência  
Nacional de  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Brasília, 5 a 8 de dezembro de 2017

Anais da

**11<sup>a</sup> Conferência**

**Nacional de Assistência**

**Social**



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



## **Expediente**

*Anais da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social*

*O expediente apresentado a seguir apresenta as autoridades que estavam a frente do Ministério e da CNAS na data em que a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada em 2017.*

---

### **Michel Temer**

Presidente da República Federativa do Brasil

### **Osmar Gasparini Terra**

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

### **Alberto Beltrame**

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

### **Maria do Carmo Brant de Carvalho**

Secretária Nacional de Assistência Social

### **Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS**

**Av. W3 Norte, Quadra 515, Bloco B, Edifício Ômega, 3º andar.  
CEP 70770-502 Brasília/DF**

### **Fábio Moassab Bruni**

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

### **Carmen Lúcia Lopes Fogaça**

Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Esplanada dos Ministérios,  
Bloco F, Anexo Ala A, 1º andar. CEP 70059-900 Brasília/DF**

**Conselho Nacional de Assistência Social – Gestão 2016/2018**

### **Representantes Governamentais**

#### **MARISA RODRIGUES DA SILVA**

Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

**LEISA MENDES DE SOUSA**

Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS

**ANA HELOÍSA VIANA SILVA MORENO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**ELY HARASAWA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**KAROLINE AIRES FERREIRA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**MARILIA PAIVA DE CARVALHO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**CAROLINE MIRANDA SAMPAIO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**ALLAN CAMELLO SILVA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO**

Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS

**MAIRA LEILIANE OLIVEIRA ALMEIDA**

Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS

**MARIA AMÉLIA SASAKI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**SOLANGE TEIXEIRA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**MARÍLIA VILARDI MAZETO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**RENATA APARECIDA FERREIRA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**NAYARA FRUTUOSO FURTADO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**ALLAN CAMELLO SILVA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**SÁVIO ANGELIN PEREIRA**

Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS

**ANA CAROLINA FREITAS DE ANDRADE**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**JOSIERTON CRUZ BEZERRA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**MÁRCIA CRISTINA LEAL GÓES**

Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS

**CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA**

Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS

**FELIPE SARTORI SIGOLLO**

Representante do Ministério da Educação

**MARIA IZABEL DE AMORIM**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social

**LUIS OTÁVIO PIRES DE FARIAS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**FÁBIO MOASSAB BRUNI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**ALBERTO ALBINO DOS SANTOS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**SAMANTHA OLIVETI DE GOES**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**CÉZAR AUGUSTO DE OLIVEIRA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA MARQUES**

Representante do Ministério da Saúde

**MIRIAN DA SILVA QUEIROZ LIMA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**DIONARA BORGES ANDREANI**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**ISABEL DE SOUZA COSTA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**MONICA REGINA GONDIM FEITOSA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**PEDRINA VIANA GOMES**

Representante do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

**ANTÔNIO LÍDIO DE MATTOS ZAMBON**

Representante do Ministério da Educação

**MARIA LÚCIA NOGUEIRA LINHARES MARQUIM**

Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS

**SERGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO**

Representante do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

**BÁRBARA PINCOWSCA CARDOSO CAMPOS**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**LAÍS MARANHÃO SANTOS MENDONÇA**

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**Representantes da Sociedade Civil**

**Entidades**

Clodoaldo José Oliva Muchinki

Fundação Fé e Alegria do Brasil,

Carlos Nambu

Inspetoria São João Bosco – Salesianos

Norma Suely de Souza Carvalho Capemisa Instituto de Ação Social

**Suplente**

Maurício José Silva Cunha

Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI

Silvia Regina Ramires

Fundação Projeto Pescar

Edna Aparecido Alegro

Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI

**Representante dos trabalhadores**

Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO

Clátia Regina Vieira

Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas,  
Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF

Benedito Augusto de Oliveira

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

**Suplente**

Mário Lúcio Souto Lacerda

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Leovane Gregório  
Conselho Federal de Psicologia

Josenir Teixeira  
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - DF

### **REPRESENTATE dos usuários**

Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho  
Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de Sergipe - FEUSUAS- SE

Rosângela Maria Soares dos Santos  
Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social -  
FNUSUAS/PA

Carmen Lúcia Lopes Fogaça  
Organização Nacional de Entidade de Deficientes Físicos - ONEDEF

### **SUPLENTE**

Samuel Rodrigues  
Fórum Nacional da População de Rua

Tathiane Aquino Araújo  
Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil - REDE TRANS - SE

Elisa Maciel Costa  
Associação Mayle Sara Kali

### **Secretaria Executiva do CNAS:**

Maria das Mercês Avelino de Carvalho

José Ranieri Clemente Braga

Maria Auxiliadora Pereira

Wellys alves Tavares

Regina Célia Côrtes Sermoud

Maria Clevaneide Pedrosa Badu

Maria Cristina Abreu Martins de Lima

Rui Pereira Polari  
Mirelli Campos da S. Dantas  
Maria Lucia de carvalho Pereira  
Randriene Maia  
Alex Santana de Araújo  
Silvani Conceição de Souza  
Thaís Pereira Braga  
Maria do Socorro Cruz  
Thalita Eleto Coelho  
Bruno Cared Tavares  
Maria Antônia Pereira Valente  
Rosiely Alves de Brito Bomfim  
Jean Frenandemez Eleto da Silva  
Ronaldo Martins de Melo  
Josué alves dos Santos  
Lilian da Silva Guedes  
Maria Célia Haggi Alves  
Rosangela  
Suelma Rodrigues Araújo Ferreira  
Suzany de Gonçalves de Oliveira  
Eddy Thayron Oliveira Souza  
Felipe José de oliveira  
Joaquim Rodrigues Nogueira Neto  
Fernando Gonçalves de Moraes  
Luciana Rodrigues dos Santos  
Maíra Rebelo Nasser  
Carolina Silva da Costa  
Hyago Brayham pires batista  
Luanna Shirley de Jesus Sousa



## **Equipe de Relatoria**

**Carlos Ferrari - coordenador geral**

### **Coordenadores por eixo:**

Carlos Alberto Maciel

Celio Vanderlei Moraes

Margareth Cutrin

Mauricéia Lígia Neves da Costa  
Carneiro

Tânia Mara Garib

---

## **DIAGRAMAÇÃO**

**Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS) - 2023**

# Sumário

<b>1. Apresentação</b>	<b>12</b>
<b>2. Processo preparatório</b>	<b>19</b>
2.1. Instrumentos reguladores do processo conferencial	20
2.2. Tema e eixos	23
2.3. Sistematização das deliberações dos estados e do DF	23
<b>3. Perfil dos Participantes na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social</b>	<b>25</b>
<b>4. Programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social</b>	<b>35</b>
<b>5. Desenvolvimento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social</b>	<b>38</b>
5.1. Regimento aprovado da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social	38
5.2. Mesa “Reflexões sobre o SUAS à Luz do Segundo Plano Decenal”	48
5.3. Prêmio Mérito CNAS	99
5.4. Estratégias coletivas para a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS	119
5.5. Apresentação dos Eixos da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social	137
5.6. Ato em Defesa da LOAS e da Política de Assistência Social - PNAS	164

<b>6. Grupos de Trabalho</b>	<b>185</b>
6.1. Deliberações Aprovadas nos Grupos de Trabalho	185
<b>7. Plenária Final</b>	<b>191</b>
7.1. Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social	191
7.2. Moções	198
<b>8. Avaliação da Conferência Nacional</b>	<b>213</b>
8.1. Avaliação pela Relatoria e Conselheiros Nacionais	213
8.2. Avaliação pelos Participantes	215

## Apresentação

Este documento que o leitor tem em mãos, mais do que o simples relato da 11ª. Conferência Nacional de Assistência Social, reflete todo o processo conferencial ocorrido ao longo do ano de 2017 em todo o país, e que mobilizou 99% dos municípios, todos os estados e o Distrito Federal. Relata, possivelmente, um dos mais emblemáticos processos conferenciais já ocorridos na política de Assistência Social, conduzido por uma presidência governamental que tomou posse logo após o conturbado processo de impeachment de 2017, em uma conjuntura política e econômica bastante complexa e desafiadora.

Tendo o usuário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como centro do debate, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) adotou o tema “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS” para mobilizar o processo conferencial 2017 e honrar seu compromisso com a participação social, com a institucionalidade e a continuidade da política de Assistência Social.

Em um contexto de extrema adversidade para as políticas sociais – que tem no Novo Regime Fiscal seu corolário mais forte – o primeiríssimo desafio do Colegiado foi justamente o de definir um tema que demarcasse sua posição de defesa dos direitos socioassistenciais e do patamar de proteção social já alcançado na política de assistência social, frente a um cenário de riscos, incertezas e preocupação com retrocessos. Anunciado na reunião descentralizada de Belém em novembro de 2017, que contou com mais de 500 participantes presentes, o tema “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS” expressava o consenso por parte do Conselho quanto à sua relevância e aderência ao estágio da política e à conjuntura do país naquele

momento. Além disso, a decisão considerou a capacidade deste tema viabilizar os objetivos esperados do processo conferencial: de avaliar a política e trazer proposições para a área.

Definido o tema, seguiu-se a Convocação do processo conferencial, ocorrida ainda em dezembro de 2016, fixando prazos para a realização das etapas nacional, estadual, distrital e municipal. Pela primeira vez em sua história, o Conselho expediu uma resolução, a Resolução CNAS nº 23/2016, com parâmetros para as eleições de delegados nas etapas municipais, estaduais e do Distrito Federal, as quais deveriam primar pela paridade e proporcionalidade dos representantes e, no caso dos Estados, pela representatividade dos municípios de diferentes portes.

Além da defesa da política de Assistência Social e dos direitos dos usuários do SUAS em uma conjuntura política e econômica bastante adversa, outra preocupação do CNAS era a de aprimorar o aspecto metodológico do processo conferencial, considerando a experiência e o aprendizado acumulados com as conferências anteriores. A própria composição do Grupo de Colaboradores da 11ª Conferência Nacional - cuja missão era apoiar o CNAS na elaboração de orientações técnicas e organizativas para o processo conferencial nas diferentes etapas - levou em consideração este legado que o Conselho almejava. Para isso, houve consenso de que este Grupo deveria ser heterogêneo e formado por profissionais com experiências e perfis diversos, de notório saber e trajetória reconhecida na política de assistência social - sociedade civil e governo, academia, gestão da política nas diferentes esferas, conselhos, sociedade civil - advindos de diferentes esferas de governo e regiões do país.

Todos, absolutamente todos os nomes sugeridos pelos conselheiros da sociedade civil e governo para compor o Grupo de Colaboradores

foram contatados para fortalecer as alianças em prol da Assistência Social e da realização de uma Conferência que demarcasse a força e a importância desta política para a sociedade brasileira, sobretudo na conjuntura que o país atravessava. O Grupo de Colaboradores foi composto no formato almejado pelo CNAS, o que já apontava outro legado que o processo Conferencial 2017 deixaria: de que a Assistência Social precisa amadurecer enquanto política pública de Estado, suprapartidária, com capacidade de aglutinar as forças para a resiliência necessária para atravessar cenários de crise. E que, nestes contextos, é preciso exercer o controle e a participação social de forma ainda mais consciente de sua importância para a defesa de direitos do cidadão brasileiro.

O Grupo de Colaboradores iniciou seus trabalhos junto à Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional, em janeiro de 2017. Com a missão de apoiar as Conferências, sobretudo o debate acerca do tema e do aprimoramento metodológico, o Grupo trabalhou nas Orientações Técnicas e Metodológicas publicizadas pelo CNAS e apoiou o Conselho nas Reuniões Descentralizadas e nas Reuniões Trimestrais com os Conselhos Estaduais, visando disseminar informações sobre o processo conferencial em cada esfera. Mais do que isso, seguindo as diretrizes do IPEA na publicação “Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais”, buscou-se uma aproximação e orientação para o trabalho a ser desenvolvido pelas equipes de relatoria na etapa estadual.

Todo o material orientador da etapa municipal, contendo ementas, perguntas orientadoras, relacionando com as metas do Plano Decenal, bibliografia complementar, além dos instrumentais para coleta das informações das conferências municipais foi debatido em reunião ampliada e descentralizada de São Paulo, em março de 2017. Graças ao trabalho árduo e conjunto do CNAS com o grupo de colaborado-

res, pela primeira vez, foi possível disponibilizar todo o material de orientação previamente e aprimorá-lo a partir das sugestões dos participantes da reunião descentralizada.

À medida que a etapa municipal se desenvolvia, elaboramos o material para os Estados e também reunimos com antecedência todos os Estados em uma reunião trimestral específica de preparação para essa etapa, com representação de todos os Conselhos, Secretarias-Executivas e pontos focais das relatorias estaduais.

Motivado por construir um processo politizado, orientado tecnicamente, radicalmente transparente, democrático e capaz de ser fiel na etapa nacional às deliberações que resultaram na etapa municipal e estadual, o CNAS conseguiu - com o Grupo de Colaboradores, a Comissão Organizadora e, mais tarde, com a Equipe de Relatoria - construir a engrenagem necessária a este percurso, que conduziu a importantes ganhos metodológicos. Quatro eixos foram definidos para facilitar o debate do tema da Conferência<sup>1</sup> e explorados nas orientações técnicas e organizativas publicizadas pelo CNAS para cada esfera antes da data de início de cada uma delas - respeitando o calendário deliberado. De maneira inédita, foram elaboradas orientações técnicas e organizativas para a realização da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, considerando suas especificidades, as quais foram construídas de forma conjunta e dialogada com representantes do Conselho de Assistência Social do DF. E, finalmente, o CNAS incorporou o II Plano Decenal de Assistência Social nos debates do processo conferencial, além das reflexões acerca da realidade de cada ente e da conjuntura brasileira.

---

1 EIXO 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade<sup>8</sup> como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. EIXO 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS. EIXO 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais. EIXO 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

No que diz respeito ao aprimoramento metodológico, o CNAS foi além, ainda, e inovou as estratégias de comunicação, em consonância com II Plano Decenal de Assistência Social. Foram produzidos em parceria com pesquisadores do IPEA vídeos curtos que serviram de base para as discussões nas etapas municipais, abordando a Conferência, seu tema e Eixos. A disseminação de informações de modo sistemático pelo CNAS, com os vídeos e a realização de “hangout” na página do facebook, elevou de forma significativa as curtidas na página do facebook e as visualizações do Canal CNAS no youtube, mostrando que era possível e necessário, como aponta o próprio Plano Decenal, modernizar a comunicação institucional do SUAS. Foram quase 120 mil views dos vídeos - sem contar a viralização dos vídeos pelo whatsapp. O CNAS recebia como vitória cada notícia de ente que havia deixado de contratar consultoria privada para a realização de sua Conferência, por considerar que os materiais e as informações elaboradas e socializadas pelo CNAS já forneciam os subsídios necessários.

Para a etapa nacional o desafio metodológico era ainda maior. As avaliações das Conferências Nacionais anteriores mostraram de maneira contundente a crítica de que os delegados advindos das conferências estaduais não reconheciam as deliberações das etapas subnacionais no Caderno de Propostas. Em tempos de extrema polarização, face à conjuntura brasileira daquele momento, insistir neste erro poderia inviabilizar a Conferência Nacional. Sabíamos que as tensões estariam latentes e que, portanto, era necessário deixar o mínimo de discricionariedade possível ao trabalho da equipe de relatoria com as deliberações advindas das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, as quais passariam a compor as propostas de deliberação da etapa nacional. Assim, o CNAS definiu critérios claros para o trabalho transparente da equipe de relatoria da etapa nacional de modo a assegurar todo o respeito necessário ao processo e ao poder dos delegados nacionais, mantendo, na sistematização, o exato teor do que havia sido



deliberado pelos Estados e pelo Distrito Federal. E, ainda, de maneira inédita, disponibilizou o Caderno de Propostas na internet com antecedência, provocando os delegados a chegarem aptos e nivelados para a discussão.

Como se lerá nas páginas a seguir, algumas dessas inovações não foram bem recebidas, e aparentemente os participantes da 11ª Conferência Nacional preferem delegar à relatoria um papel ativo na consolidação, aglutinação e até exclusão de propostas advindas dos Estados, como vinha sido feito até então. As nuances e disputas no calor das discussões da Conferência exigiram da equipe de relatoria, a quem agradecemos e parabenizamos, um trabalho dedicado e minucioso para o bom andamento dos trabalhos. Esta, inclusive, teve de se posicionar sobre o processo na nota “11ª Conferência Nacional de Assistência Social: uma vitória da sociedade”, disponibilizada no site do CNAS e que exemplifica bem a disputa. Parece-nos um contrasenso que num processo conferencial, democrático e participativo, a participação “per se” não seja considerada suficiente para atestar a legitimidade dos trabalhadores, usuários, entidades e representantes governamentais para avaliar o SUAS e fazer propostas para a política de Assistência Social.

A escolha do tema da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e a incorporação do II Plano Decenal no processo se mostraram bastante assertivas. Face à conjuntura brasileira e as perspectivas futuras apontadas pelo Plano Decenal, a discussão sobre o papel e a visibilidade da Assistência Social como política de direito e garantidora de direitos era e continua sendo um debate urgente e necessário. Face às profundas mudanças que se anunciam na sociedade brasileira na próxima década que impactam sobre a população atendida no SUAS, sobre o sistema e a política e o cenário de tensões políticas, a incorporação do II Plano Decenal reafirmou a perspectiva de continuidade,

característica das políticas de estado, ao manter vivo o instrumento de planejamento de longo prazo da política de Assistência Social.

Ao final deste processo que logrou ganhos e deixou importantes legados e resultados, a direção adotada pelo CNAS para orientar a realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social parece não ter se esgotado, podendo prosseguir norteando os rumos desta política e até mesmo de suas próximas Conferências, ou seja: colocar o usuário do SUAS no centro do debate e discutir a política de Assistência Social como política pública e garantidora de direitos do cidadão, considerando a conjuntura atual e as perspectivas de futuro em uma sociedade em profunda mudança.

Além destes Anais, um rico material dando voz e vez aos legítimos participantes, com inúmeras horas de gravação, encontra-se disponível nas dependências físicas do CNAS e certamente é uma riqueza ainda a ser mais bem explorada. Por fim, é interessante pontuar como durante todo o processo conferencial todos os Conselheiros do CNAS e trabalhadores do CNAS não se furtaram ao compromisso com a política e o cidadão e estiveram unidos em prol da garantia de direitos no fortalecimento do SUAS e da construção de uma Conferência Nacional moderna também em sua programação cultural e gastronômica, com a presença de refugiados, entre outros. A todas e a cada um deles, todo meu respeito, gratidão e admiração.

## 2. Processo preparatório

Considerando a experiência cumulativa do processo conferencial que conduziu a construção e a realização das dez conferências nacionais de assistência social;

Considerando o aperfeiçoamento e a consolidação do processo participativo das distintas representações coletivas presentes nas conferências de assistência social em todas as esferas do Estado brasileiro; Considerando a iniciativa do CNAS em constituir uma equipe de Especialistas/Colaboradores formada por diferentes segmentos da assistência social (Gestores, Pesquisadores e Sociedade Civil) para contribuir com a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social na construção do processo conferencial.

A Comissão de Especialistas / Colaboradores ratificou e propôs ao CNAS um conjunto de princípios norteadores de todo o processo conferencial. Foram estes os princípios:

- Garantia da fidedignidade e a legitimidade do processo participativo em todas as etapas de construção da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
- Respeito à representatividade do delegado como sujeito coletivo na defesa das deliberações advindas dos municípios, dos estados e do DF, e na construção de novas propostas.
- Garantia da transparência de todas as etapas do processo conferencial por meio de um diálogo permanente com os Conselhos e demais atores.

- Publicização dos documentos norteadores para a organização do processo conferencial nas diferentes esferas de governo.

## 2.1. Instrumentos reguladores do processo conferencial

Este tópico lista os instrumentos reguladores elaborados e publicados pelo CNAS (Resoluções; Portarias; Informes) para a realização das Conferências Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional. Estes instrumentos encontram-se, na íntegra, indicados nos respectivos hiperlinks e em anexo na versão impressa.

### Resoluções/Portarias

- **Resolução CNAS nº 16, de 21/09/2016. (ANEXO I)** - Cria Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 183, 22 set. 2016. Seção II, parte 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional>
- **Portaria Conjunta nº 2, de 12/12/2016. (ANEXO II)** - Dispõe sobre a convocação ordinária da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 238, 13 dez. 2016. Seção I, parte 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional>
- **Resolução CNAS nº 23, de 15/12/2016. (ANEXO III)** - Estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 246, 23 dez. 2016. Seção I, parte 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional>

- **Resolução CNAS nº 9, de 19/07/2017** - Aprova o Regulamento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 140, 24 jul. 2017. Seção I, parte 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional>

### Notas Técnicas

- **Nota técnica do DGSUAS/SNAS:** Distribuição de delegados Municipais e Estaduais para a Conferência Nacional de Assistência Social 2017. (ANEXO IV) - Brasília, 03 de março de 2017 - Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/nota-tecnica-dgsuas-anexo-i-distribuicao-de-delegados-municipais-e-estaduais-para-a-conferencia-nacional-de-assistencia-social-conferencia-2017.pdf/view>

### Informes

O **primeiro, Informe CNAS nº 01/2016**, reforçou o compromisso histórico do CNAS com a acessibilidade, trazendo orientações para que Estados, Municípios e DF pudesse organizar os seus processos conferenciais pautados pela Lei 13.146/2015;

- <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informe-01-2016-recomendacoes-aos-cas-acessibilidade.pdf/download>

O **segundo, Informe CNAS nº 02/2017**, trouxe as orientações temáticas e organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2017, com o objetivo de orientar municípios, estados e Distrito Federal visando a reflexão, o debate do tema e a realização das Conferências: Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS;

- <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-cnas-no-02-orientacoes-tematicas-e-organizativas-para-as-conferencias-municipais-de-assistencia-social-de-2017-apresentado-na-rda.pdf/download>

O **terceiro, Informe CNAS nº 03/2017**, apresentou a definição acerca da distribuição de delegados, representantes dos municípios e dos estados que compuseram as delegações estaduais e distrital que participaram da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social;

- <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-03-2017-distribuicao-de-delegados-final.pdf/download>

O **quarto, Informe CNAS Nº 04/2017**, descreveu as orientações para a realização das Conferências Estaduais de Assistência Social;

- <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-cnas-no-04-2017-pdf-versao-21-de-junho.pdf/download>

O **quinto, Informe CNAS Nº 05/2017**, inovou ao apresentar estritamente as orientações para a realização da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal (DF).

- [http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-no-05\\_2017-2-docx-corrigido.pdf/download](http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-no-05_2017-2-docx-corrigido.pdf/download)

O **sexto e último, Informe CNAS Nº 06/2017**, tornou público as orientações gerais para participação na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

- <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/informes-2/informe-cnas-6-de-2017-11.pdf/download>

## 2.2. Tema e eixos

### **Tema: "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS"**

- EIXO 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.
- EIXO 2 - Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
- EIXO 3 - Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.
- EIXO 4 - A legislação como instrumento para uma gestão de compromisso e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

## 2.3. Sistematização das deliberações dos estados e do DF

Após a realização das Conferências Estaduais e do DF as deliberações aprovadas pelos respectivos conselhos foram registradas no SISCONFERÊNCIA.

Em seguida, estas deliberações foram submetidas a uma análise pelo CNAS com vistas a identificar se as mesmas se referiam aos seus respectivos eixos temáticos. Nesse processo, verificou-se um expressivo número de deliberações que foram registradas em eixos distintos da natureza da deliberação.

Como resultado fez-se a realocação dessas deliberações para os devidos eixos. Adotaram-se duas orientações: a primeira foi a manutenção literal das deliberações conforme o registro no SISCONFERÊNCIA; a

segunda foi a aproximação de deliberações com conteúdos semelhantes com vistas a permitir que o delegado pudesse visualizar, analisar e escolher a proposta nos grupos de trabalho.

Ao fim desse processo, o Caderno de Deliberações continha: 64 no Eixo 1; 40 no Eixo 2; 68 no Eixo 3; e 40 no Eixo 4.

De forma inovadora o caderno de deliberações foi publicizado no site do CNAS previamente à realização da Conferência Nacional de Assistência Social, permitindo aos seus delegados a análise e a participação qualificada no processo conferencial.



<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/11-conferencia-nacional/caderno-de-propostas-2017-2.pdf/download>



### 3. Perfil dos Participantes na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

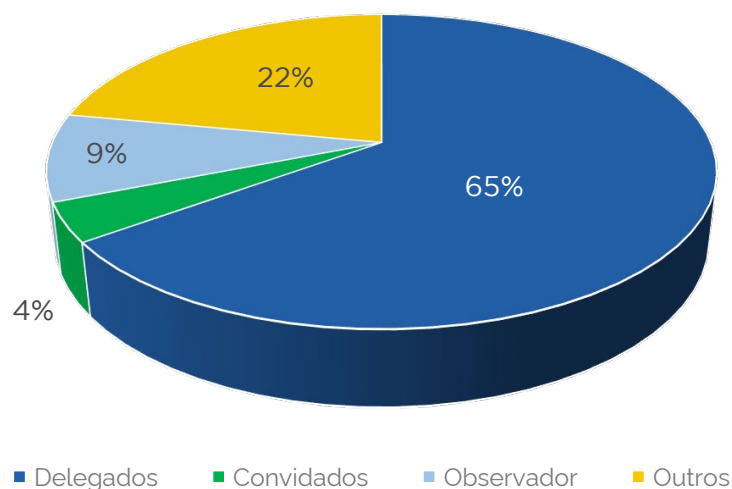
A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social contou com a participação total de 1.874 pessoas, assim caracterizadas:

**Quadro 1: Distribuição dos Participantes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

Delegados	Convidados	Observador	Outros
1.219	74	160	421
65%	4%	9%	22%

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017

**Gráfico 1: Distribuição dos Participantes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



Como se pode observar, cerca de 2/3 dos participantes eram delegados. A Categoria outros engloba todos aqueles que trabalharam para viabilizar a conferência, como é o caso da equipe de apoio do MDS, assim como os responsáveis pelos estandes, etc.

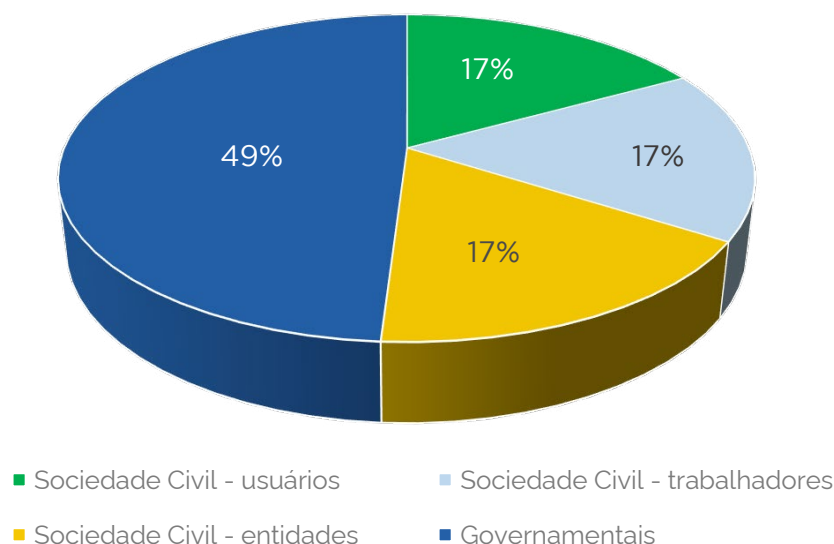
Em relação aos delegados, estes totalizaram 1.219, com a seguinte distribuição entre as categorias:

**Quadro 2: Distribuição de Delegados por Categoria na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

Sociedade Civil - usuários	Sociedade Civil - entidades	Sociedade Civil - trabalhadores	Governamentais
204	207	212	596
17%	17%	17%	49%

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017.

**Gráfico 2: Distribuição de Delegados por Categoria na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



A distribuição dos delegados pelas categorias que estiveram presentes na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, portanto, correspondeu ao previsto no Informe CNAS nº 03/2017, refletindo a paridade prevista na LOAS. Esta informação reforça a importância de que os Conselhos de Assistência Social estejam atentos à proporção de delegados como forma de qualificar o diálogo nas Conferências em todos os níveis.

Em relação aos Estados, a distribuição dos delegados presentes foi a seguinte:

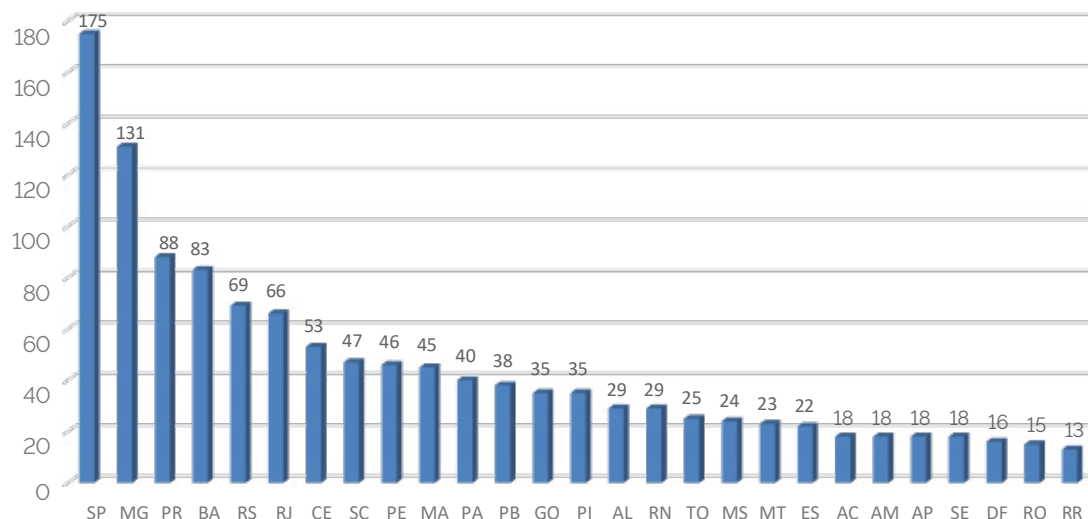
**Quadro 3 - Delegados por Estados e DF na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

Estados	SP	MG	PR	BA	RS	RJ	CE	SC	PE	MA	PA	PB	GO	PI
Delegados	175	131	88	83	69	66	53	47	46	45	40	38	35	35

Estados	AL	RN	TO	MS	MT	ES	AC	AM	AP	SE	DF	RO	RR
Delegados	29	29	25	24	23	22	18	18	18	18	16	16	15

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017

### Gráfico 3 - Delegados por Estados e DF na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social



O número de vagas para cada estado foi definido pelo CNAS e tomou por base a Nota Técnica DGSUAS/SNAS - Anexo 1 e considerou o critério populacional combinado com (a) Quantidade de municípios por Estado, a fim de fortalecer critérios equânimes de distribuição dos delegados; (b) Número total da delegação por Estado e DF seja divisível por dois para contemplar a paridade entre Governo e Sociedade Civil; (c) Número de delegados da Sociedade Civil seja divisível por três para considerar os segmentos dos usuários, trabalhadores e entidades.

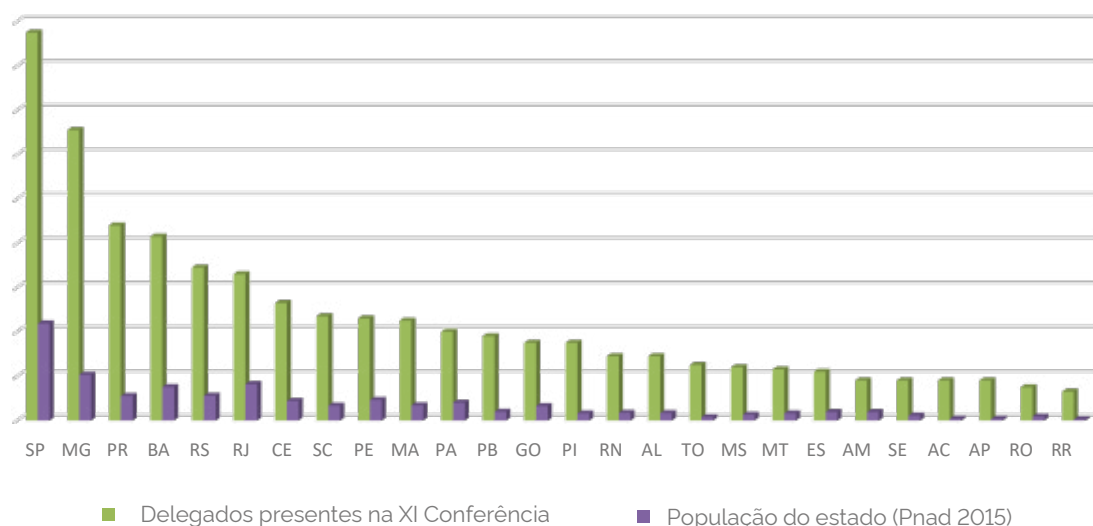
Para efeito ilustrativo, tem-se o seguinte comparativo entre população e delegados por estado na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social:

**Quadro 4: População e Delegados por Estados e DF na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

<b>Estados</b>	<b>SP</b>	<b>MG</b>	<b>PR</b>	<b>BA</b>	<b>RS</b>	<b>RJ</b>	<b>CE</b>
Delegados	175	131	88	83	69	66	53
Pop. do estado (Pnad 2015)	43.769.155	20.627.585	11.021.540	15.062.681	11.181.806	16.398.813	8.798.376
<b>Estados</b>	<b>SC</b>	<b>PE</b>	<b>MA</b>	<b>PA</b>	<b>PB</b>	<b>GO</b>	<b>PI</b>
Delegados	47	46	45	40	38	35	35
Pop. do estado (Pnad 2015)	6.654.608	9.223.201	6.801.826	7.990.336	3.918.896	6.455.740	3.186.725
<b>Estados</b>	<b>AL</b>	<b>RN</b>	<b>TO</b>	<b>MS</b>	<b>MT</b>	<b>ES</b>	<b>AC</b>
Delegados	47	46	45	40	38	35	35
Pop. do estado (Pnad 2015)	3.305.800	3.382.374	1.482.683	2.595.311	3.191.411	3.848.983	3.823.475
<b>Estados</b>	<b>AM</b>	<b>AP</b>	<b>SE</b>	<b>DF</b>	<b>RO</b>	<b>RR</b>	
Delegados	18	18	18	16	15	13	
Pop. do estado (Pnad 2015)	2.201.539	779.572	739.312	2.925.260	1.733.265	491.259	

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017.

**Gráfico 4 - População e Delegados por Estados e DF na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



O critério para definir a delegação de cada estado na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, não foi apenas a população, como já referido, mas ainda assim, o resultado ficou bastante aproximado com a distribuição populacional em cada unidade da federação. Com isto se pode inferir que a fórmula utilizada para distribuição das vagas foi adequada.

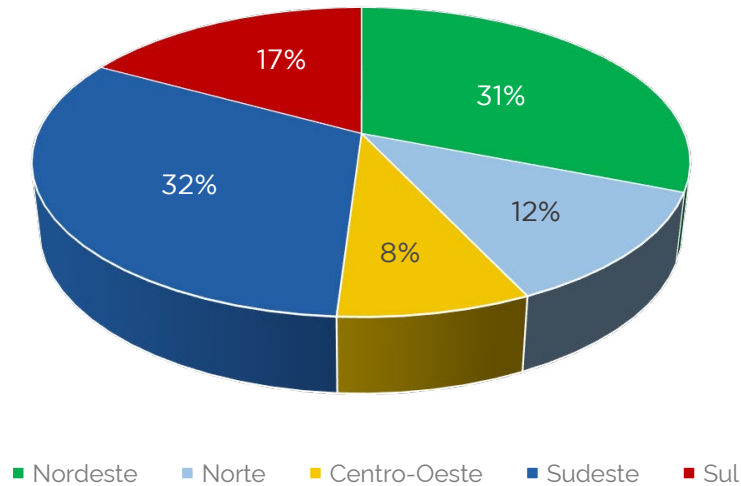
Agrupados por região, os delegados presentes na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, temos o seguinte:

**Quadro 5: Delegados por Região na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

Região	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Delegados	376	147	98	394	204
Percentual	31%	12%	8%	32%	17%

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017

**Gráfico 5: Delegados por Região na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



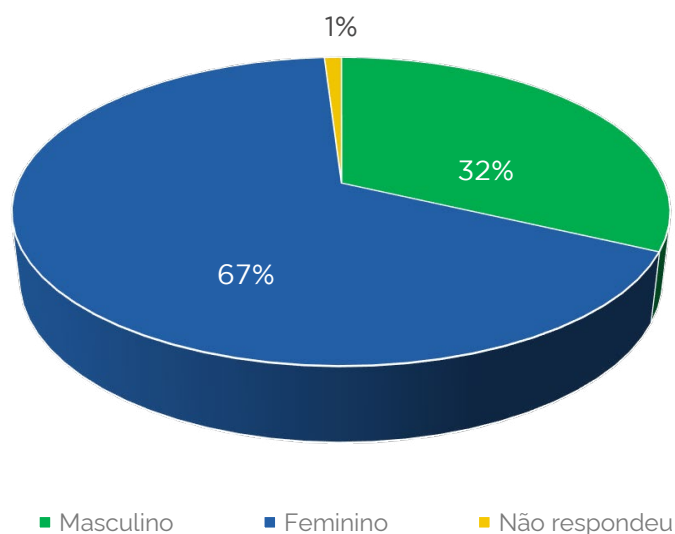
Em relação à identificação do sexo, constante da ficha de inscrição dos delegados, tem-se a seguinte distribuição:

**Quadro 6: Delegados por Sexo na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

Feminino	Masculino	Não respondeu
814	388	6
67%	32%	1%

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017.

**Gráfico 6: Delegados por Sexo na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



Em relação a esta informação verificou-se que a proporção entre feminino e masculino na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social se aproxima do resultado em conferências anteriores. Em relação a esta informação, identificou-se também em um recorte mais específico, que os delegados representantes dos trabalhadores são 78,3% do sexo feminino. No Censo SUAS 2015, considerados os dados dos CRAS, CREAS e Centro POP, temos que as trabalhadoras correspondem a 81,7%. Apesar de que a diferença ser pequena, significa a um déficit 8,5 vagas femininas para que corresponda a mesma proporção identificada nos equipamentos públicos.

Ao combinarmos as informações sobre sexo e regiões, ponderados percentualmente temos a seguinte distribuição, temos:

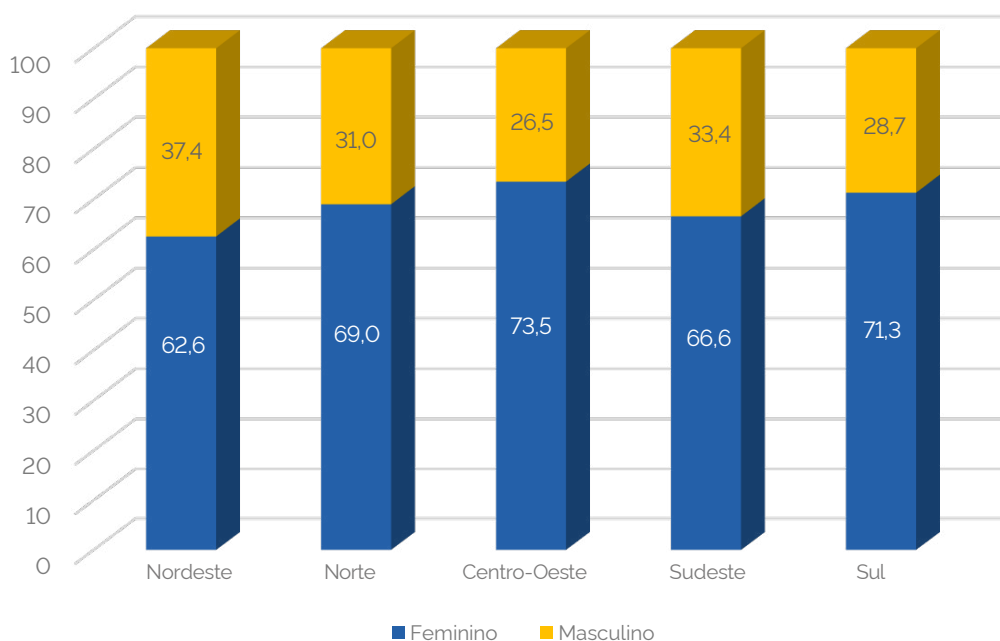


### Quadro 7: Delegados por sexo e região na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Feminino	62,6%	69,0%	73,5%	66,6%	71,3%
Masculino	37,4%	31,0%	26,5%	33,4%	28,7%

Fonte: MDS/CNAS - Sisconferência 2017

### Gráfico 7: Delegados por sexo e região na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social



Esta informação merece ser observada com atenção porque, apesar de refletir a presença majoritariamente feminina nas delegações, ainda encontra uma diferença muito grande entre estados. Há que se questionar, a partir dos dados, se este elemento tem sido considerado na escolha de delegados/as para representar os municípios e estados no âmbito nacional.

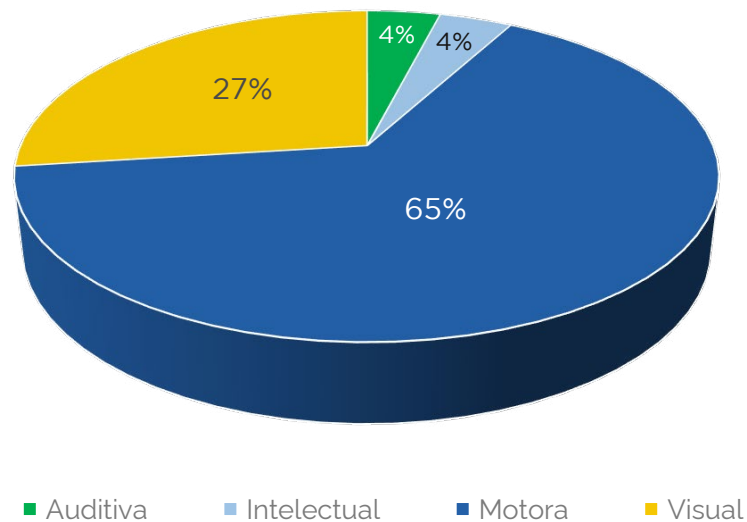
Apenas 75 delegados identificaram serem pessoas com deficiência e, dentre estes, identificamos a distribuição das deficiências conforme segue:

**Quadro 8: Delegados com deficiência na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

<b>Auditiva</b>	<b>Intelectual</b>	<b>Motora</b>	<b>Visual</b>
3	3	49	20
4%	4%	65%	27%

Fonte: MDS/CNAS – Sisconferência 2017.

**Gráfico 8: Delegados com deficiência na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**



## 4. Programação da **11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

### **05/12/2017**

**10h - 18h** Credenciamento

**12h - 14h** Almoço

**15h** Regimento Interno

**16h** Reflexões sobre o SUAS à luz do II Plano Decenal

**17h** Prêmio Mérito CNAS “PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS”

**18h** Jantar

**19h** Abertura Solene

**20h** Conferência Magna – Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS

### **06/12/2017**

**8h - 12h** Credenciamento

**8h30 - 9h30** Síntese dos relatórios das Conferências Estaduais e do DF

**9h30 - 11h** Estratégias coletivas para a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS

**11h - 12h** Debate

**12h - 14h** Almoço

**14h - 15h30** Apresentação dos Eixos da 11ª Conferência Nacional:

EIXO 1: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.

EIXO 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.

EIXO 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.

EIXO 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

**15h30 - 18h** Debate

**18h** Jantar

**19h30** Oficinas (SNAS) 21h 30 Encerramento

### **07/12/2017**

**9h - 12h** Grupos de Trabalho

EIXO 1 (12 salas de grupo)

EIXO 3 (12 salas de grupo)

**12h - 14h** Almoço

**14h - 18h** Grupos de Trabalho

EIXO 2 (12 salas de grupo)

EIXO 4 (12 salas de grupo)

**18h - 19h30** Jantar/ Ato em defesa da LOAS e da PNAS.

### **08/12/2017**

**8h30 - 12h** Plenária Final / Aprovação das Deliberações

**12h - 14h** Almoço

**14h - 18h** Plenária Final (continuação)

Aprovação das Deliberações / Aprovação das Moções

**18h** Encerramento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

**18h - 19h30** Jantar

## 5. Desenvolvimento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

### 5.1. Regimento aprovado da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

#### REGIMENTO INTERNO

*Define as regras de funcionamento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.*

*Art. 1º - A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta nº 02, de 12 de dezembro de 2016, assinada pelo Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em cumprimento ao disposto no inciso VI do art.18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e na Resolução CNAS nº 06, de 9 de fevereiro de 2011, será realizada de 5 a 8 de dezembro de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF.*

#### CAPÍTULO I Dos Objetivos

*Art. 2º - A 11ª Conferência Nacional constitui-se como instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social e possui como objetivos:*

- I. Avaliar a situação atual e os avanços, bem pontuar os retrocessos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à luz do II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026);*
- II. Propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social; e*

*III. Fazer cumprir os direitos os direitos socioassistenciais.*

*Seção I  
Do Temário*

*Art. 3º - A 11ª Conferência Nacional define como tema central “A Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS” e como Eixos temáticos:*

- EIXO 1- A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.*
- EIXO 2- Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.*
- EIXO 3- Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.*
- EIXO 4- A legislação como instrumento para uma gestão de compromisso e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais*

*CAPÍTULO II  
Dos Participantes*

*Art. 4º - São participantes da 11ª Conferência Nacional:*

- I. Delegados (as), devidamente credenciados (as), com direito à voz e ao voto;*
- II. Convidados (as) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com direito à voz;*
- III. Observadores (as) com direito à voz;*
- IV. Colaboradores (as) com direito à voz (palestrantes, facilitadores (as) e relatores (as)); e*
- V. Equipe de apoio técnico-operacional, incluindo Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e servidores (as) do MDS, dentre outros.*

*Seção I*  
*Do Credenciamento*

*Art. 5º - Os (As) Delegados (as) de âmbito Federal, Estadual, do Distrito Federal, Municipal e natos, (as) devidamente inscritos (as) no “SISCONFERÊNCIA” pelos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional, receberão o crachá de identificação e material de apoio mediante documento de identificação pessoal com foto no dia 5 de dezembro, no horário de 10h às 18h ou no dia 6 de dezembro, no horário de 8h às 12h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, DF.*

*§ 1º - Na ausência do Delegado (a) titular, o (a) respectivo (a) suplente - representante do mesmo segmento eleito na Conferência Estadual ou do Distrito Federal - poderá ser credenciado (a) como titular.*

*§ 2º - Nos casos previstos no § 1º o credenciamento do (a) Delegado (a) suplente como titular exigirá a inscrição no “SISCONFERÊNCIA” e a Declaração de Substituição assinada pelo (a) Presidente (a) ou Vice-presidente (a) do respectivo Conselho de Assistência Social Estadual ou do Distrito Federal.*

*§ 3º - O credenciamento do (a) Delegado (a) suplente invalida em definitivo, o credenciamento do (a) Delegado (a) titular.*

*Art. 6º - O (a) Delegado (a) deverá, no ato do credenciamento, indicar os Eixos em que deseja participar das discussões, sendo 1 (um) Eixo no período da manhã e 1 (um) Eixo no período da tarde, até o limite de vagas disponíveis. O sistema distribuirá automaticamente o (a) Delegado (a) para os Grupos de Trabalho e salas em que deverá participar.*

*§ 1º - A informação sobre os Eixos, Grupos de Trabalho e salas estará registrada no crachá.*

*§ 2º - Será garantida a acessibilidade em todos os espaços da XI Conferência Nacional.*



§ 3º - Convidados (as) e observadores (as) poderão escolher, a seu critério, os Eixos e Grupos de Trabalho que desejam participar, dirigindo-se às salas, até o limite de lotação.

Art. 7º Os (As) demais participantes inscritos (as) no “SISCONFERÊNCIA” receberão o material e o crachá, observados os horários de credenciamento definidos na Programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. As excepcionalidades que surgirem no credenciamento serão encaminhadas à Sala de Soluções.

Art. 8º Será vedada a emissão de segunda via de crachás, salvo em caso fortuito ou motivo de força maior, a ser avaliada pela coordenação da Conferência Nacional.

### CAPÍTULO III Da Organização

Art. 9º - A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será presidida pelo Presidente do CNAS e, na sua ausência, pela Vice-Presidente do CNAS.

Art. 10 - A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será constituída de Plenárias, Grupos de Trabalho e outras atividades previstas na Programação.

#### Seção I Das Palestras/Mesas

Art. 11 - Das palestras/mesas:

- I. Reflexões sobre o SUAS à luz do II Plano Decenal.
- II. Síntese dos relatórios das Conferências Estaduais e do DF.
- III. Palestra Magna.

*IV. Estratégias coletivas da sociedade civil para a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS.*

*V. Apresentação dos 4 (quatro) Eixos, visando subsidiar os Grupos de Trabalho, conforme art. 3º desse Regimento Interno.*

*Parágrafo Único. Após a apresentação dos Eixos, os (as) participantes da 11ª Conferência Nacional poderão fazer inscrição para intervenção, conforme previsão de debate na Programação, respeitando o tempo estabelecido no Parágrafo Único, art. 12 desse Regimento Interno.*

### *Seção II*

#### *Da Participação nos Debates*

*Art. 12 - É facultada aos (as) Delegados (as), convidados (as) e observadores (as) a participação na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, com direito à voz, nos momentos previstos na Programação e nesse Regimento Interno.*

*Parágrafo Único. O tempo para cada intervenção será de, no máximo, 2 (dois) minutos, sendo vedada a reinscrição.*

### *Seção III*

#### *Dos Grupos de Trabalho*

*Art. 13 - Os Grupos de Trabalho, organizados por Eixos Temáticos, realizar-se-ão com os seguintes objetivos: debater, aprimorar e votar as deliberações advindas dos Estados e do DF, reunidas no Caderno de Propostas.*

*Art. 14 - Os Grupos de Trabalho serão compostos, necessariamente, por facilitadores (as), coordenadores (as) e Delegados (as), subdivididos (as) em 12 (doze) Grupos por Eixo, de acordo com a Programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.*

*Art. 15 - Cada Grupo de Trabalho terá 1 (um) / (uma) facilitador (a) designado (a) pelo CNAS e 1 (um) / (uma) Coordenador (a) eleito (a) dentre os (as) participantes presentes no Grupo de Trabalho.*

*Parágrafo Único. O (a) facilitador (a) abrirá os trabalhos e encaminhará a eleição do (a) Coordenador (a) do Grupo. O (A) Coordenador (a) terá como função coordenar os debates, administrar o tempo de discussão, garantir o direito à voz aos (as) participantes e acompanhar o processo de votação.*

*Art. 16 - Compete aos Grupos de Trabalho:*

*I. Apreciar, debater e propor alterações / retificações / adequações das deliberações advindas dos Estados do Distrito Federal para o respectivo Eixo; e*

*II. Encaminhar à relatoria as 5 (cinco) propostas mais votadas no grupo de trabalho para a sistematização, devendo ao fim ser apresentadas à plenária final as 10 mais votadas por eixo.*

*§ 1º - Terão direito ao voto no Grupo de Trabalho os (as) Delegados (as) que dele participarem e que estiverem devidamente credenciados (as) na 11ª Conferência Nacional e, ainda, que estejam de posse do crachá de identificação. Os demais participantes terão direito à voz.*

*§ 2º - Cada Delegado (a) só poderá votar no Grupo de Trabalho a que se vincular no ato de escolha realizada no credenciamento, conforme disposto em seu crachá (Eixo, período, Grupo de Trabalho e sala), não havendo possibilidade de alteração. Todos (as) os (as) Delegados (as), de posse de seu crachá, deverão se certificar de que estão no Grupo de Trabalho e sala corretos.*

*§ 3º - A relação dos (as) Delegados (as) por Grupo de Trabalho, gerada a partir do credenciamento, estará afixada na entrada de cada sala,*

*e será projetada durante a votação, assegurando a transparência ao processo.*

*Art. 17 - As 10 (dez) propostas de deliberação mais votadas, dentre aquelas do Caderno de Propostas, considerando a somatória dos 12 (doze) Grupos de Trabalho de cada Eixo, serão encaminhadas à Plenária Final, discriminando a quantidade de votos de cada proposta em cada grupo.*

*Parágrafo Único. Em caso de empate na 10ª posição, todas as propostas empatadas nessa posição seguirão para a Plenária Final.*

*Art. 18 - Caso o Grupo Trabalho avalie que não foi contemplado nas deliberações advindas dos Estados e DF, com conteúdo que julgar importante, observando o II Plano Decenal e o tema da 11ª Conferência Nacional, o grupo poderá elaborar e aprovar 1 (uma) nova proposta, dentre o conjunto de novas propostas apresentadas no grupo.*

*Art. 19 - A sistematização dos Grupos de Trabalho deverá ser entregue à equipe de Relatoria até às 19h do dia 7 de dezembro.*

#### *Seção IV Das Moções*

*Art. 20 - Moções são manifestações políticas da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e poderão ser apresentadas por quaisquer dos (as) participantes, identificando seu (sua) destinatário (a).*

*§ 1º - As Moções deverão ser entregues e cadastradas pelo proponente na sala de relatoria até às 18h do dia 07 de dezembro.*

*§ 2º - Somente as Moções que obtiverem o apoio, mediante assinatura, de no mínimo, (10%) (dez por cento) dos (as) participantes, serão submetidas à deliberação da Plenária Final.*

*§ 3º - Somente serão apreciadas Moções apresentadas em Formulário próprio, à disposição dos participantes, a partir das 8hs do dia 06 no balcão de credenciamento.*

*§ 4º - As Moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação das deliberações, por Eixo, para aprovação ou rejeição, não sendo admitida a alteração de seu texto.*

*§ 5º - Será disponibilizado ao final do credenciamento o total de participantes desta Conferência Nacional.*

#### *Seção V Das Oficinas*

*Art. 21 - A 11ª Conferência Nacional contará com 24 (vinte e quatro) Oficinas, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com o objetivo de contemplar temas relacionados ao SUAS e à Política de Assistência Social.*

*§ 1º - As Oficinas acontecerão simultaneamente no dia 6 de dezembro, das 19h30 às 21h30.*

*§ 2º - As inscrições para as Oficinas serão realizadas no dia 6 de dezembro, de 8h às 15h, no Balcão de Credenciamento, no Centro de Convenções, obedecendo o limite de 60 (sessenta) vagas por Oficina.*

#### *CAPÍTULO IV Da Plenária Final*

*Art. 22 - A Plenária Final da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será realizada no dia 8 de dezembro, no horário das 8h às 18h, e será constituída de Delegados (as), Convidados (as), Observadores*

*(as) e Colaboradores (as), tendo como finalidade apreciar e deliberar as propostas do Caderno da Plenária Final e as Moções.*

*Parágrafo Único. A Plenária Final contará com uma mesa de apoio de Conselheiros (as) e uma mesa de suporte com integrantes da relatoria, que auxiliará a coordenação dos trabalhos.*

*Art. 23 - O processo de apreciação e aprovação das propostas de deliberação do Caderno da Plenária Final e das Moções dar-se-á da seguinte forma:*

- I. Leitura das propostas de deliberação e destaques;*
- II. Apresentação dos destaques solicitados e, quando for o caso, aprimoramento da redação das propostas de Deliberação;*
- III. Habilitação automática das propostas não destacadas;*
- IV. Leitura e votação, uma a uma, das propostas de deliberação habilitadas;*
- V. Identificação das 5 (cinco) propostas mais votadas, por Eixo, que serão consideradas aprovadas;*
- VI. Comunicação das 5 (cinco) propostas mais votadas, por Eixo, resultando nas 20 deliberações aprovadas pela 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; e*
- VII. Leitura e votação das Moções, sendo consideradas aprovadas as que obtiverem maioria simples dos (as) Delegados (as) votantes*

*§ 1º - No caso de destaque visando ao aprimoramento da redação da proposta, conforme inciso II, será assegurada 1 (uma) manifestação a favor e 1 (uma) contrária para as propostas destacadas, quando solicitado, por qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de 3 (três) minutos para cada.*

§ 2º - Caso a plenária não se encontre devidamente esclarecida para votação, será aberta a oportunidade de nova manifestação a favor e contrária, pelo período de, no máximo, 2 (dois) minutos para cada.

§ 3º - No caso de aprimoramento de redação, será habilitada a Proposta de Deliberação que obtiver maioria simples dos (as) Delegados (as) votantes.

Art. 24 - As votações na Plenária Final serão realizadas por meio de sistema eletrônico, disponibilizado aos (as) Delegados (as).

§ 1º - A apuração das votações pelo sistema eletrônico será realizada por número absoluto de votos favoráveis, contrários e abstenções.

§ 2º - Em caso de eventuais falhas no sistema eletrônico de votação, serão utilizados os crachás dos (as) Delegados (as).

§ 3º - A apuração as votações por crachás, caso seja utilizada, será feita por contraste e, em caso de dúvidas, realizada a contagem dos votos

§ 4º - Em caso de empate será realizada nova votação.

Art. 25 - Instalado o processo de votação, é expressamente vedado o levantamento de destaque, questões de ordem, esclarecimento, encaminhamento ou questões de qualquer natureza.

## CAPITULO V

### Das Disposições Gerais

Art. 26 - As deliberações aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União por meio

*de Resolução do CNAS, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu encerramento, e disponibilizadas na página eletrônica do CNAS: [www.mds.gov.br/cnas](http://www.mds.gov.br/cnas) e enviado ao MDS e demais instâncias ratificando ter força de deliberação e que todas as instâncias quando se tratar de ações que remetem à política de assistência social devem estar em consonância com a resolução.*

*Art. 27 - Será assegurado a plenária o questionamento à Coordenação da Mesa, pela ordem, para restabelecer os trabalhos, ou no caso em que esse Regimento Interno não esteja sendo cumprido.*

*Art. 28 - Será emitido certificado a todos os participantes da Conferência Nacional de Assistência Social.*

*Art. 29 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social em conjunto com a Comissão Organizadora.*

## **5.2. Mesa “Reflexões sobre o SUAS à Luz do Segundo Plano Decenal”**

### **Coordenação:**

- Maria José Carvalho – Conselheira Nacional Representante da Sociedade Civil.

### **Participantes:**

- Sra. Mariana de Souza Machado Neris – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Sra. Leísa Mendes de Sousa – Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social / FONSEAS;



- Sra. Andreia Lauande – Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social / CONGEMAS;
- Sr. Fábio Moassab Bruni – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social / CNAS.

**Sra. Mariana de Souza Machado Neris – Diretora do**

**Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional**

**de Assistência Social / SNAS / MDS**

Boa tarde a todos e a todas. É uma grande alegria poder estar na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e já cumprimento a nossa querida Maria José, nossa colega, companheira e Conselheira Nacional de Assistência Social que nós temos um grande trabalho no CNAS nessa gestão a partir da colaboração de Zezé, nossa querida Zezé.

Cumprimento também ao Presidente do CNAS, o senhor Fábio Bruni também nosso colega de MDS, uma pessoa com quem tenho grande respeito de uma trajetória profissional de um trabalho muito sério feito em defesa dos direitos socioassistenciais.

Cumprimento também Leísa Mendes Sousa representante do FONSE-AS, grande gestora também do estado da Bahia com quem a gente divide o CNAS e com muita responsabilidade conduz o trabalho da assistência social no seu estado, representando aqui o conjunto dos estados do Brasil, os 27 estados.

Cumprimento a nossa querida Andreia, Gestora Municipal de São Luís representando aqui todos os gestores e todos os municípios brasileiros, na participação dessa mesa do colegiado de gestores municipais, CONGEMAS.

Cumprimento também todos os usuários dessa política de nacional de assistência social, todos os trabalhadores, os conselheiros, os gestores, todos os convidados, os estudantes, pesquisadores, técnicos, jornalistas, senhoras e senhores.

É com grande alegria que nós estamos na nossa 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, um espaço de participação democrática em respeito às instâncias de deliberação da nossa política.

Nós temos muito orgulho de termos construído uma Política de Estado, uma política perene que perpassa governos, perpassa a história e se mantém de pé. Uma política que hoje nós temos como celebrar e temos como também olhar para frente nos desafios que temos.

A proposta que o CNAS fez dessa mesa é justamente para que possamos ser capazes de olhar para o nosso retrovisor, olhar para o nosso passado, aquilo que nós já alcançamos enquanto política pública e olharmos para o nosso presente, mirando onde nós queremos chegar, então, queria dizer para vocês que nesse início de mesa é muito importante que a gente tenha como perspectiva, que nós construímos uma Política de Estado e eu falo do lugar que estou, porque sou servidora pública concursada, trabalhadora do SUAS e tenho muito orgulho de ter escolhido ser trabalhadora da assistência social.

Entrei na assistência social como estagiária de serviço social no Conselho Nacional de Assistência Social, escolhi essa trajetória por acreditar nessa política. A primeira conferência que participei foi a quarta conferência e era um contexto onde nós estávamos ainda construindo parâmetros para o Sistema Único.

Então, nós temos muito a celebrar e a comemorar, celebrar que construímos uma política pública de estado, celebrar que o que nos une é muito mais do que o que nos separa.

Então, é com essa perspectiva que nós estamos aqui hoje trazendo reflexões sobre o SUAS à luz do segundo plano decenal e nesse sentido, eu gostaria de solicitar que fosse projetada a nossa apresentação,

para que nós pudéssemos acompanhar alguns desses pontos de reflexão, reflexão do retrovisor olhando para as nossas bases políticas, as nossas bases da política de assistência que está ancorada na nossa Constituição Federal.

Uma constituição que assegura direitos de seguridade social e a ampliação dos alcances dos direitos sociais que já existiam, mas dando concretude ao compromisso do Estado brasileiro com as populações historicamente marcadas pela pobreza, pela desigualdade, exclusão e violência.

Nós estamos perante um momento de transição entre o primeiro plano decenal, onde nós estávamos há 10 anos, 2006, trabalhando ainda para estruturar e implantar o SUAS e o segundo plano que foi objeto da nossa 10ª Conferência que é agora um olhar específico sobre o usuário como centro da política de assistência social.

Nós não queremos fazer política de gabinete, trazendo adequações de serviços de programas, de projetos e benefícios sem olhar para o usuário, nós estamos invertendo a lógica com um plano decenal que foi aprovado na última conferência, que foi lançado luz para que possamos estar no dia de hoje conferindo, verificando as ações que já estamos implantando nos níveis municipais, nos níveis estaduais e no nível federal para que possamos alcançar aquilo que nos une nesse espaço que é o nosso planejamento decenal, de 2016, 2026 para que possamos dentro desse período construir patamares de igualdade e de justiça social.

Nessa perspectiva, nós temos aqui alguns avanços tecnológicos e da medicina que apontam também como desafios para nós num cenário mundial de um envelhecimento populacional acelerado.

Não é somente a população brasileira que envelhece, mas no Brasil, nós temos um envelhecimento acelerado das pessoas mais idosas. Nós temos a intensificação dos fluxos migratórios que trazem consigo também os contextos de violência, de conflitos étnicos, culturais, religiosos, políticos, terrorismo, entre outros, que expressam as desigualdades e as expressões da questão social.

As mudanças no mundo do trabalho que nos desafiam a refletir os papéis de cada um dos membros da família, sobretudo da mulher, as crises econômicas mundial e o aumento das desigualdades, as mudanças climáticas e ambientais, pensando, então, nesta perspectiva que o plano decenal traz para 2016 e 2017.

Algumas demandas para o SUAS, alguns avanços e ainda desafios que permanecem para o conjunto dos atores que estão nesse auditório e para os 5.700 municípios brasileiros que nós temos aqui....

O acesso a benefícios, ele entra numa perspectiva ainda de ampliação, nós temos um importante benefício na assistência social, Benefício de Prestação Continuada que teve ao longo desses 10 anos de primeiro plano, um elevado número de crescimento. Hoje, o BPC traz impactos para as famílias e para as economias locais.

A gente vê, inclusive que do repasse do BPC em 2016, foi tão significativo para as economias locais que ele representou 65% do fundo de participação estadual e 57% dos fundos de participação municipais. A cada um real gasto do BPC, representa 1,19 do PIB e 1,54 do consumo final das famílias.

Alguns valores do BPC superam, inclusive os repassados pelo fundo de participação estadual e do FPM. O Bolsa Família teve uma expressão significativa sobre a sustentação das famílias e sobre as econo-

mias locais, porque 1 real gasto no Bolsa Família representa 1,78 no PIB e 2,4 reais sobre o consumo final das famílias. O que nós temos de reforçar é o papel do BPC no enfrentamento da pobreza entre os idosos, porque junto com a aposentadoria, aposentadoria rural, hoje, no Brasil, nós temos uma proteção alargada de renda e essa é uma luta que nós devemos continuar defendendo na assistência social.

Esta é uma luta também de gênero, porque ela alcança as mulheres, ela alcança as chefas de família e alcança também as crianças e adolescentes, uma vez que 53% dos beneficiários do Bolsa Família hoje tem até 19 anos.

A gente vê que quatro milhões e 400 mil beneficiários do Bolsa Famílias representam dois milhões de idosos e 2,4 milhões de pessoas com deficiência, do programa Bolsa Família. Nós temos 91% dos domicílios do Bolsa estão os 30% dos domicílios mais pobres do Brasil.

Nessa linha, nessa trajetória dos recursos repassados para os benefícios das famílias, nós temos em 2016 o repasse de 27,5 bilhões de reais de transferências para as famílias, para as 13,6 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família entre 2003 e 2017 que mostra a trajetória de proteção da segurança de renda por benefícios e por programas de transferência.

Ainda no contexto do enfrentamento da pobreza e das desigualdades, dos compromissos dos quais o Brasil não pode se afastar, nós temos como um importante instrumento em ferramenta de gestão o Cadastro Único. Este cadastro atinge hoje 36% da população brasileira, isso representando nada menos do que 74,9 milhões de pessoas.

Nós temos que os orgulhar que aqui nós temos 26 milhões de famílias que nós sabemos quem elas são, onde elas moram, a característica

dos benefícios, a sua composição familiar e isso nos leva a estruturar as políticas públicas que nós temos orgulho de defender lá fora.

Este cadastro hoje nos aponta 47% das famílias em situação de extrema pobreza, o que também nos desafia a continuar no enfrentamento da pobreza e das desigualdades de território.

Nós temos 2,4 milhões de pessoas que compõem os grupos tradicionais e populações, específicos, 56% das pessoas são mulheres, 63% são de raça ou cor pardos, 32% tem entre zero e 14 anos.

Os nossos desafios agora são de enxergar essas pessoas e enxergar e trabalhar de forma equânime ações estratégicas, para essas populações que nós já sabemos onde elas estão.

Na gestão dos benefícios e do Cadastro Único, nós temos 91,5% dos municípios com o controle social do programa Bolsa Família pelos conselhos municipais de assistência social, esse é um grande avanço no controle social onde os conselhos já conseguem aproximar das famílias em situação de pobreza.

Hoje 98,42% dos CRAS encaminham para inserção ou atualização de famílias no cadastro. Essa integração está ocorrendo cada vez mais fortalecida nos territórios, o que nós também temos que celebrar e comemorar.

A inclusão dos beneficiários do BPC no cadastro a partir de 2016 passa a ser requisito para concessão manutenção e revisão do benefício. Então, a gente vê na evolução do percentual de beneficiários que já pertencem ao cadastro a data de outubro pela extração do sistema já aponta que hoje nós temos mais beneficiários cadastrados no Cadastro Único e que nós temos a partir do Decreto 8.805, Portaria In-

terministerial 2 de 2016 e Portarias Conjuntas, instruções operacionais e resoluções mais recentes apontam para a necessidade de a gente integrar esses cadastros e dar a visibilidade a essa população de uma forma mais ampliada.

Ainda na perspectiva das proteções e cuidados, nós tivemos uma grande epidemia com a síndrome congênita do Zika Vírus em 2016, ainda na gestão anterior, nós fizemos uma grande mobilização com o Ministério da Saúde, para que os territórios com maior incidência de Zika Vírus e microcefalia houvesse mobilizações para o controle do mosquito e também ações de proteção integrada.

As famílias tiveram acesso ao benefício e nós trabalhamos fortemente para a inclusão das pessoas no serviço de proteção especializada a crianças de zero a seis anos como os Centros DIA voltados para crianças de zero a seis anos.

Hoje, nós temos já algumas iniciativas em implantação e temos ainda outras para serem inauguradas como também aqui a nossa querida Andreia em vias de lançar o Centro DIA para o atendimento desses grupos populacionais pensando na família como sendo centro da atenção das políticas públicas.

Temos também os avanços na área da pessoa com deficiência e dos idosos, no serviço do domicílio que já possui parâmetros de ofertas. Os serviços de acolhimento para idosos, que hoje na Câmara Técnica para o Reordenamento do acolhimento ele entra como uma prioridade para 2018 para avançarmos em conjunto com a saúde as medidas para a sua reestruturação.

Na primeira infância, nós tivemos dentro da assistência social um fortalecimento da adequação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de zero a seis anos.



Ampliamos as campanhas de divulgação doada também para a nossa querida Jane, município de Campinas para que pudéssemos fazer uma ampla divulgação e participação dos municípios para adesão de família acolhedora, para que as famílias acolhedoras pudessem se voluntariar a integrar esses serviços nos seus municípios, nós tivemos também o programa Criança Feliz, a implantação do programa que hoje conta com a adesão de 2.624 municípios, que hoje já contempla as visitas domiciliares, fortalecimento de vínculo e apoio às famílias, estratégias de integração de serviços e benefícios e uma pactuação de participação do SUAS no programa.

Dentro da atenção às diversidades territoriais é o nosso grande compromisso com o Plano Decenal, enxergar os povos e comunidades tradicionais, população indígenas, população em situação de deslocamento e a busca ativa necessária para a gente alcançar a integração desses grupos nos serviços, nos programas, nos projetos e nos benefícios.

Fizemos encontros nacionais, Pan-amazônico e outros eventos, orientações técnicas na proteção social básica, para que possamos enxergar as especificidades desses grupos tradicionais. Na Amazônia com o cenário Pan-amazônico o encontro nacional do fator Pan-amazônico, a necessidade de ainda olharmos com mais dedicação aos territórios rurais.

Fizemos, oficinas regionais para qualificação das equipes volantes na proteção social básica, construção de orientações sobre ações socioassistenciais ofertadas pelas entidades e organizações da Sociedade Civil no meio rural.

## **Equidade e acesso a direitos**

Nós tivemos um impacto para usuários, 1.196 beneficiários do BPC no mercado de trabalho até 2017 podendo retomar o benefício a qualquer momento.

Um redesenho do programa ACESSUAS em 2016 e agora na última reunião do CNAS a expansão do cofinanciamento em 2017 para que as famílias possam ter oportunidade de inclusão no mundo do trabalho, a integração ao plano progredir, capacitações e apoio técnico, socioaprendizagem com oficinas nacionais e orientações técnicas de fortalecimento em parceria com a rede privada.

Temos os parâmetros de integração SUAS, SISAN e a ênfase da inter-setorialidade em todos os programas socioassistenciais.

No BPC na escola, que é um programa que nós entendemos que dá visibilidade às crianças em idade escolar com deficiência para se matricularem e permanecerem na escola, nós tivemos a adesão de todos os estados e DF e de 88,74% dos municípios, o que representa para nós uma grande ação articulada com a educação e assistência social para garantia dos direitos socioassistenciais e escolares às crianças e adolescentes com deficiência.

No resgate de direitos nós tivemos uma agenda forte de enfrentamento ao trabalho infantil com a implantação do SIMPETI, um Sistema de Monitoramento.

E agora verificando todas as ações estratégicas tivemos o encontro nacional do PETI e pudemos olhar, fazer uma avaliação desses três anos de cofinanciamento para lançar luz aos próximos desafios de cofinanciamento a partir de 2018 dando sequência a uma trajetória de queda no trabalho infantil no Brasil.

Como meu tempo já está esgotado, vou acelerar um pouco mais aqui para que a gente possa finalizar e dar oportunidade também para que todos falem.

Já finalizando quero dizer que nós estamos com uma agenda permanente nas nossas fronteiras no Brasil. Nós temos aqui um conjunto de estados e de municípios de fronteira com outros países e a situação migratória é uma situação que nos desafia a pensar ações coordenadas e também qualificar o apoio técnico para os gestores que estão acolhendo emergencialmente, sobretudo, as populações também indígenas, como nós temos venezuelanos na fronteira do Brasil e a situações pós emergência.

O debate de emergência social e pós emergência precisa vir para a nossa qualificação dentro das ações que não estão ainda previstas no SUAS.

### **Acesso e qualificação dos serviços**

O redesenho do acompanhamento das famílias no programa Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades, Curso EAD de formação dos profissionais do SUAS no serviço das medidas socioeducativas que antes SINASE só tinha um curso online para os serviços de internação. Hoje, nós já temos uma plataforma da escola nacional socioeducação que permite a formação de profissionais que atuam no atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Nós também construímos parâmetros para atuação dos profissionais do SUAS na articulação com o sistema de Justiça, um desafio para todos os nossos serviços, sobretudo, os serviços de proteção social especial no aprimoramento da gestão.

Nós estamos trazendo para concretude o diálogo com as entidades socioassistenciais que pertencem ao SUAS e esse é um debate importante de ser feito.

E necessário como nós tivemos aí a importância de 19.362 entidades já registradas no Cadastro Nacional de entidades sociais, o que nos mostra ainda um desafio enorme de cadastrados que estão por fora, mas de acompanhar, monitorar e integrar na rede socioassistencial as entidades.

A reinstalação da mesa nacional de gestão do trabalho que foi realizada em 2017 cumprindo compromisso com a voz e a vez também dos trabalhadores.

O pacto nacional de aprimoramento da gestão estadual que também foi aprovada em 2016 para 2019, nesse período de 2016 e 2019, que já vem alinhado com as metas do plano Decenal.

Então, a gente vê que o fortalecimento da participação social precisa ocorrer.

Os debates, os espaços precisam ser preservados, as vozes precisam ser ouvidas. Então, este ano, nós realizamos com muito orgulho o primeiro encontro nacional de usuários da política de assistência social, nós temos ainda o desafio de dar voz e espaço para os usuários nos conselhos e nos espaços de interlocução para o avanço da política.

Então, nós temos agora para o ano de 2018 também o processo eleitoral e este ano trabalhamos o processo conferencial nas etapas municipais e estaduais para realização dessa conferência.

Então, para nós, chegar a este momento ao final do ano de 2017 com tantos avanços nos níveis municipais, estaduais, com todo o trabalho realizado de uma forma integrada, com sociedade civil, governo, atores de todos os espaços institucionais nos leva a pensar que temos ainda muitos compromissos do plano decenal a refletir nos nossos compromissos de planejamento.

O ano que vem é um ano eleitoral, nós temos espaço para construir com as gestões locais também os planos plurianuais, também, no governo federal, teremos esse processo e estamos aqui com a nossa equipe dispostos a integrarmos os desafios de preservação e consolidação do SUAS.

Então, o que a gente percebe? Que não há direito sem previsão legal. A nossa luta no Congresso para obrigatoriedade das despesas com os serviços e gestão tem que estar presente, porque quais são os direitos socioassistenciais? Em que legislação estão previstos? Esses instrumentos que nós temos hoje são suficiente? Nós temos como assegurar, sendo que nem as despesas com serviços são obrigatórias? Quais são os desafios que permanecem na agenda?

Essa forte política de comunicação do SUAS para assegurar a voz e a vez dos usuários junto à Sociedade.

Prosseguir na qualidade dos serviços, avançar no engajamento e a corresponsabilidade dos três entes federados na manutenção considerando o custo das ofertas. É um momento de reafirmar e assegurar a política de assistência social como um direito. No conjunto das ofertas da assistência como direito, pensando nos benefícios, nos serviços, programas e projetos, como recursos obrigatórios.

Nós defendemos que este é o caminho para que possamos avançar. Então, nesta 11ª Conferência, onde nós estamos conferindo o segundo plano que tem como eixo o usuário como centro das nossas atuações, como garantir a voz e a vez dos usuários? Muito obrigada.

**Sra. Leísa Mendes de Sousa – Representante do Fórum Nacional  
dos Secretários de Estado da Assistência Social / FONSEAS**

Boa tarde a todas e todos. Em nome do FONSEAS cumprimento primeiramente os usuários do SUAS aqui nessa plenária. Gente que ri quando deve chorar, gente simples, povo que reage com força e graça, com aquela estranha mania de ter fé na vida, gente que se identifica às vezes como fraca quando antes de tudo é forte.

Farei uma breve reflexão sobre o SUAS em nosso país. Precisamos falar de resistência! Para mim, é a palavra da vez. Somar resistência com a coragem e a esperança, aquela do verbo esperar, que significa, para nós, o agir.

Para falarmos do segundo plano decenal, a tão sonhada consolidação do SUAS, é preciso abriremos os horizontes e buscarmos construir outras pontes, pois, aquela que nos levaria a um dito futuro, já constatamos que está nos levando a um passado que pensamos que já estava superado.

Porém, “eles passarão e nós passarinho”.

Precisamos ressignificar os nossos gritos, unificar as nossas bandeiras e cores. Precisamos ser, de verdade, a mudança que nós desejamos aqui nesta Conferência, e lá em nossas casas, em nossos espaços.

Queremos trazer um pouco de “dendê” para esta mesa, para essa Conferência. Na Bahia, a bandeira do estado estampa o lema “vencer,

apesar das dificuldades”, por isso, queridos, é preciso afirmar: “Temer, jamais”. Na Bahia existe um poeta e cantor resistente que diz, “Vamos amigo, lute! Vamos amigo, ajude! Se não, a gente acaba perdendo o que já conquistou”.

Nós temos muitos avanços no SUAS, porém ainda há muito que conquistar. Há um povo que precisa do SUAS e não pode viver no susto da possível fome, da violência ou das violentas reformas que estamos enfrentando. A batalha de dar a voz ao SUAS mais uma vez está em nossas mãos nessa 11ª Conferência!

Sinto-me às vezes, de certa forma, cansada em batalharmos pelo fortalecimento de vínculos quando vivemos numa frágil relação de trabalho. Vivemos em uma relação de vínculos fragilizados afetivamente quando abrimos mão de convivermos com nossas famílias para vivermos em prol das famílias do SUAS. E agora, temos vivido com medo da ameaça ao descanso merecido da aposentadoria.

Em outras frentes de batalha, precisamos abrir as nossas caixas setorializadas, para transcender e integrar, não só na prática profissional, mas integrarmos de verdade com as outras políticas públicas. Outro desafio a ser enfrentado é o do cofinanciamento em todas as esferas federativas, seja em âmbito nacional, estaduais, e em todos os municípios.

São pequeníssimas reflexões que trago aqui à luz do plano decenal para tornar o SUAS mais concreto. Naquele SUAS que queremos para o nosso país.

Nessa minha breve fala de reflexão, eu encerro a minha contribuição nessa mesa com uma parte do hino nacional: “Verás que um filho teu não foge à luta. Nem teme, quem te adora, a própria morte. Terra adorada”. Vamos à luta “Ó pátria amada Brasil”! Meu muito obrigada.

**Sra. Andreia Lauande – Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social / CONGEMAS**

Boa tarde a todos e todas.

Primeiro, quero explicar porque chamaram a Vanda e subiu a Andreia. Estamos com várias batalhas travadas e agendadas aqui em Brasília. Pela manhã foi comunicado que conseguimos o apoio na Câmara dos Deputados, em que foi aberta uma frente em defesa do SUAS. Caminhamos hoje em mais um passo nessa luta que não é só do CONGEMAS, é também do Fórum de Trabalhadores, do Fórum de Usuários, do Conselho Nacional, do FONSEAS que, pela primeira vez na história, trabalham alinhados com o CONGEMAS.

Nessa luta articulada conseguimos um passo significativo. Conseguimos a admissibilidade pela CCJ da PEC em defesa de 1% de percentual do PIB para a Assistência social. A Vanda estava aqui, mas às 15h30 ela e o Presidente Josbertini foram para uma reunião com o Presidente da Câmara, porque não basta só passar na CCJ, precisamos do apoio dos nossos legisladores (Deputados Federais e Senadores).

Reclamamos do Congresso, mas eles chegaram lá, porque nós os colocamos. Precisamos fazer com que eles tenham um entendimento e uma fala afinada a respeito do fato de que a Assistência Social é uma Política Pública, para que possam defender o SUAS como defendem o SUS, como defendem o FUNDEB.

É um desafio também, porque nós estamos em ano eleitoral, e temos “n” deputados que já se queimaram defendendo reformas que nunca deveriam ter defendido.



Na discussão que trazemos hoje, começamos com um trecho de Rosa Luxemburgo, em que ela fala da necessidade do movimento na realidade. Necessidade presente no “dendê” de toda a fala da Leísa. Ela falou do movimento desse espaço da Conferência. Eu tenho certeza que nenhum de nós saiu dos municípios mais longes desse nosso país à toa. Nós viemos para cá com um claro objetivo que é a defesa de uma política pública, a defesa do Sistema Único de Assistência Social.

Eu tenho certeza que toda essa energia que faz duas mil pessoas saírem do Brasil inteiro para concentrar força, não pode ser à toa. Esse terreno em que a gente pisa hoje é um solo sagrado. Aqui é um lugar de brigar por aquilo que a gente acredita. Mas não pode começar e terminar aqui.

Nós temos que levar essa discussão para os nossos espaços locais e regionais, dentro da União e do estado. Nós temos um terreno muito complexo que são os municípios em que, de fato, vivemos.

Em nossos municípios há outros espaços que não teve com o cofinanciar serviços. Mas nos municípios não podemos abrir as portas às unidades de acolhimento e dizer para quem está acolhido, “Olha, vá lá fora aguardar o cofinanciamento ou o orçamento”, porque nós não podemos.

Frente a esse processo em que as precarizações no trabalho e nas relações se dão no município por “n” situações, como a falta de recursos orçamentários nesse momento de crise em que o país atravessa, e, principalmente, quando muitos de nós já tínhamos entendido, ou acolhido uma “falsa ilusão” de que estávamos seguros num Sistema Único de Assistência Social, de que estavam pisando num terreno firme, entendemos como ainda somos frágeis. Como estamos suscetíveis à mudanças de governos que podem levar tudo de uma política construída por várias mãos.

Então, a fala “SUAS Resiste” não pode ser feita só nesse espaço da Conferência da Assistência Social. Ela precisa estar presente nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, tem que estar em nossa fala com os usuários. A gente precisa pensar no que se fala e como fala. Não nos curvemos frente às adversidades do momento. Sigamos em frente!

Rosa Luxemburgo nos fala sobre a necessidade do movimento na realidade. E por que para falar dessa necessidade pela voz uma mulher feminista? É porque a Política de Assistência Social é eminentemente feminina. Em sua maioria é liderada por mulheres, seja na gestão, seja nos postos de trabalho. Somos mulheres e resistiremos sempre.

Então, nós criamos a forma e demos conteúdo ao Sistema desta Política Pública. Implantamos unidades públicas de referência para que cidadãos e cidadãs busquem o acesso ao direito e à proteção Social Pública. Definimos competências singulares em cada ente deste Sistema. Fizemos um pacto federativo, um pacto federativo que a gente percebe, a todo momento, sua enorme fragilidade. Porque todos os entes podem, exceto o município, dizer que não tem condição de cofinanciar, não tem condição de garantir o repasse regular. Como a gente pode falar ainda de cofinanciamento que não representa a necessidade real do serviço que a gente usa na ponta?

Padronizamos as prestações de serviço e regulamentamos uma dinâmica do sistema. Sabemos onde queremos chegar! Todavia ainda vários desafios que precisam ser enfrentados, dentre eles:

- Mesmo desde o primeiro plano decenal aprovado na quinta conferência continuamos enfrentando na política de assistência social tanta coisa que não é de competência da assistência. Ainda nas conferências de 2017 nos municípios, enfrentamos

situações que não são da nossa competência e que chegaram para as agendas dos municípios.

- Nossa comunicação na Assistência Social ainda deixa a desejar, a nossa articulação de fala desse serviço ainda não é clara mesmo depois de 10 anos percorridos no primeiro Plano Decenal da Assistência Social.
- No segundo plano decenal, nós temos grandes desafios para consolidar o SUAS de vez. Nós temos o desafio de universalizar a cobertura da assistência social.
- Temos outros desafios como o de enfrentar a realidade do trabalho infantil; aperfeiçoar a gestão; ampliar o financiamento e manter a transferência regular de recursos financeiros.

Esses são grandes desafios que a gente enfrenta hoje. A incerteza de saber se vamos ter recurso para pagar trabalhador, para manter serviço, para manter unidade aberta.

- Precisamos valorizar o trabalhador no SUAS, articular serviços com benefícios, fortalecer o controle social democrático, implementar e aprimorar o vínculo com as entidades privadas.
- No entanto, ainda temos correntes que nos prendem a um passado perverso: o conservadorismo e a intolerância com a diversidade e com o pensamento diferente. Nunca se viveu no país um momento tão forte e de tão acentuado conservadorismo. Nunca foi tão declarada, como nesse presente momento, a onda de culpabilização da miséria com cortes arbitrários de benefícios do Programa Bolsa Família e do BPC.
- Ajuste fiscal imposto pelo capital com repercussões graves na retirada de direitos da classe trabalhadora. Programas sociais à margem do SUAS, mantendo sua forma, mas esvaziado de

seu conteúdo. Temos serviços tipificados voltados à Primeira Infância, mas somos contrários a toda e qualquer serviço que descaracterize a política Pública de Assistência Social.

Por inúmeras vezes iremos defender o quanto for preciso: já temos serviços tipificados de zero a seis anos; já temos serviços de proteção básica em domicílio, já temos normativa que nos orienta no atendimento a primeira infância dentro do que é nossa competência real.

- Atualmente ocorre o desfinanciamento do SUAS, com o deslocamento de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o Programa Primeira Infância que só tem o nome de Criança Feliz, mas nos remete àquilo que a gente tem de mais triste e conservador dentro da história da Assistência Social que é o Primeiro Damismo.
- O não cumprimento das transferências federais gerando insegurança aos gestores municipais e a famigerada PEC 55 que congela as despesas primárias e sociais por 20 anos, como se o maior gasto neste país que abole as despesas que ajuda banqueiro como se o maior custo fosse o custo social. Como se o prejuízo fosse o nosso usuário.

Movimentar-se é imprescindível e a nossa agenda enquanto colegiado é a implementação imediata do segundo plano decenal há dois anos em vigor, mas que ainda está somente no papel. É preciso avançar e efetivar a definição das metas nacionais que possam dar desdobramento ao segundo plano, como a elaboração de novos pactos de aprimoramento e a ampliação quantitativa de benefícios e serviços socioassistenciais. Isso vale também para os benefícios eventuais que, até hoje, só os municípios arcam, só os municípios cofinanciam e executam.

É preciso avançar na implementação imediata da Política de Educação Permanente e fortalecimento do CAPACITASUAS, com a garantia do funcionamento pleno da rede de capacitação já instalada e iniciada. Não queremos desqualificar, queremos fortalecer essa capacitação dos trabalhadores.

É preciso se movimentar na ampliação imediata da proteção social especial de forma a torná-la acessível a todos os municípios, independente do seu porte. Infelizmente, hoje, as formas de violência diferenciadas não escolhem porte de município, seja ele pequeno porte 1, as metrópoles, passamos por mazelas similares.

Devemos avançar na extinção dos programas socioassistenciais que não sigam as normativas do SUAS, que corrompam a efetividade do Sistema, e que retirem a identidade das prestações próprias da Assistência Social e sobreponham ações que responsabilizem o SUAS pelo atendimento de necessidade da competência de outros órgãos setoriais.

Entendemos a necessidade de articulação com outras políticas públicas, mas entendemos que não nos cabe realizar atividades que não nos competem, não somos responsáveis pela agenda de saúde ou muito menos pela inclusão escolar. Cada política deve se responsabilizar pela sua pauta, pela sua agenda.

É necessário progredir na implementação imediata de um programa nacional de recuperação e qualificação da rede física de Proteção Social Básica e Especial. Não se pode falar em implementar um Sistema de Proteção Social se nossas unidades ainda sofrem com a ausência de unidades físicas. Vivemos de aluguel nos espaços de nossas unidades de Assistência Social. Não temos unidades básicas para gerir

sistemas tão inovadores que sequer a gente consegue ter os computadores das unidades da gente.

Por fim, a Mariana já apresentou o retrato que mostra que o maior financiador dessa política de assistência social, segundo as fontes do portal de transparência de 2015 são os municípios. Esse quadro de financiamento precisa ser revisto, uma vez que 11,14 bilhões de todo financiamento é proveniente dos municípios. Essa realidade, dependendo de cada estado tende a ficar mais forte, mais evidente ainda.

É preciso avançar no maior financiamento público federal e estadual para o SUAS, com a ampliação do cofinanciamento da política de assistência, com repasses regulares e automáticos sem interrupção e sem outras condicionalidades, para que seja garantida a prestação sistemática e regular dos serviços e dos benefícios.

É essencial a ampliação do cofinanciamento para aprimoramento da gestão municipal da política de assistência, sobretudo no campo da vigilância socioassistencial e da gestão do trabalho, com recursos oriundos de emendas parlamentares que eles serão destinados ao custeio ou investimento no SUAS e que sigam as normativas do SUAS. Assim como é necessário o retorno à condição original dos critérios de repasse das transferências federais para custeio do serviço e gestão, imediata suspensão do efeito da Portaria 36 de 2014 que restringe a articulação, o número e congelamento de parcelas.

Ainda na questão do financiamento do SUAS é preciso destacar a importância da adoção imediata de regras mais flexíveis da ampliação de recurso do SUAS, de modo a dar autonomia na aplicação dos recursos desde que compatível com as diretrizes e o segundo plano decenal.

Esse é o movimento que a Política de Assistência Social necessita urgentemente. Peguemos a história na mão e transformemos a agenda do CONGEMAS em propostas a serem deliberadas nessa Conferência. Na luta nesse momento, mais do que nunca precisamos ter coragem e ousadia para defendermos o que construímos coletivamente na primeira década do SUAS.

Hoje, o SUAS está seriamente ameaçado pela onda conservadora e ultraliberal em curso. Que essa Conferência seja uma oportunidade para nos fortalecermos na defesa intransigente do SUAS como modelo estratégico de efetivação da lógica do direito na assistência social.

Muito grata a todos, resiste SUAS, avante SUAS.

**Sr. Fábio Moassab Bruni – Presidente do Conselho Nacional de  
Assistência Social / CNAS**

Boa tarde. Primeiro dizer da satisfação de dividir essa mesa coordenada pela nossa conselheira Maria José, dividir com a minha amiga e conselheira também Mariana, diretora da proteção especial, com a Leísa que também é conselheira e com a Andreia, ambas aqui representando os estados e os municípios.

Eu peço para a apresentação ser projetada. E nessa mesa, então, a gente começa falando um pouco do sentido dessa mesa e o que a gente quer com ela. Pode passar.

Eu acho que quando a gente ouve a gestão falar, a gente já se deteve nas metas do plano, nos objetivos estratégicos do plano e todo aquele conteúdo bastante diretivo que o plano decenal dá e que, inclusive, o Conselho Nacional nos seus instrumentais motivou os municípios e os

estados a se debruçarem sobre os objetivos e as metas que estão ali no plano decenal.

O que eu quero fazer aqui com vocês é convidar vocês a refletirem e um pouco do sentido de refletir. Refletir é, então, segundo o dicionário, desviar a atenção primária e fazer uma retrospectiva para que a gente tenha um momento mesmo coletivo para pensar juntos o estágio de estruturação do SUAS.

O processo de avaliação e de formulação de políticas públicas, ele é contínuo e é isso um pouco que a gente trouxe na conferência passada, conferência de 2015, em que a gente encerrava o primeiro plano decenal e estávamos dando perspectiva, dando aquela diretriz, as primeiras diretrizes para o segundo plano decenal.

E nesse sentido eu acho que vale a pena, então, a gente pensar um pouco em como a gente estava em 2015, qual era a conjuntura brasileira, como foi que a gente fez uma avaliação do primeiro plano decenal?

O próprio plano traz já na avaliação do plano, mas eu queria trazer aqui, compartilhar aqui, a gente compartilhar aqui algumas notícias de mídia mesmo, para a gente ver com quais conteúdos a gente lidava diariamente no ano de 2015.

Então, em 2015 a gente tinha, por exemplo, agência da ONU dizendo que o crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou o Brasil a sair do mapa da fome. Em 2015, a gente tinha também uma pujança da Classe C ascendendo e os jornais destacando que a renda dos mais pobres foi a que mais havia crescido na última década com um aumento de 42%.

O trabalho infantil, indicado pela PNAD de 2015, caindo quase 20%. Tinha o acesso dos negros as universidades crescendo, mas a maioria



ainda branca. Mostrando também que a gente não pode tratar desigualdade apenas pelo seu conteúdo de renda, mas que a gente precisa também mostrar e considerar outras situações, outras vulnerabilidades para além da renda, cor, gênero e a gente estava, então, em processo de reestabelecer essa igualdade.

A gente tinha campanhas do próprio Tribunal Superior Eleitoral, quem é responsável pela eleição que é o símbolo maior de uma democracia, estimulando a participação, campanha sobre democracia participativa que é um pouco do que a gente tem aqui. O TSE fez essa campanha, não sei se dá para ler os cartazes, mas dizendo que democracia se faz com colaboração, participe.

Então, a gente tem a primeira década do SUAS, uma avaliação que o próprio plano, segundo plano decenal, traz na sua introdução que foi uma avaliação extremamente positiva, ruptura com os paradigmas das ações emergenciais, firmou a assistência social orientada ao desenvolvimento social e a prevenção, fortaleceu a participação social.

O segundo plano também traz esse dado que é muito impressionante, 95% das deliberações de 2005 a 2015 estava ou realizadas ou em andamento. E, no entanto, voltando também para 2015, a gente olha algumas notícias que não estão muito em acordo, vamos dizer assim com aquela avaliação potente que a gente fazia e positiva.

O relator do orçamento de 2015, por exemplo, propunha um corte de 10 bilhões de reais no programa Bolsa Família, eu acho que vocês se lembram aqui como que foi essa movimentação, quer dizer, em que pese o Bolsa Família ser estratégico para o país, ser importante para o governo uma falta de legitimidade para que... Pela casa que devia representar o povo brasileiro.

O “El Pais” apontando que o Brasil era, então, um Brasil em permanente violação de direitos humanos e outros dados mostrando o quanto a gente tem ainda que avançar, por exemplo, o número de presos dobrando em 10 anos e passando de 600 mil, uma criminalização da pobreza e a gente sabe que esses que estão sendo presos, eles tem idade, eles tem faixa etária, eles têm cor, a gente identifica isso também no contexto de 2015, um ano, segundo a retrospectiva do G1 marcado pelo racismo e pela intolerância.

Além disso, situações em 2015 que mostraram um desafio permanente da gente de atuar e atuar de maneira precisa em situações sociais que a gente não esperava, o caso da lama de Marianas, o caso de Belo Monte e todo um contexto que o “El Pais” colocava de pessoas se tornando refugiadas no próprio país, uma taxa de desemprego alta e crescente até 2015, uma inflação também bastante alta prejudicando o poder de compra dos mais pobres, denúncias na OIT e em aplicação de acordos que o Brasil tinha assinado e finalmente a CCJ do Senado querendo suspender a política nacional de participação social.

Então, por um lado, a gente tinha o TSE estimulando a democracia participativa e a CCJ suspendendo o Decreto de participação social, essa mesma CCJ. Veja como são as coisas, que aprovou a admissibilidade da PEC em 2015 disse que não à participação. E, por fim, uma falta de legitimidade dos nossos usuários, o próprio estatuto de cidadania dos nossos usuários sendo colocado em cheque e até associações propondo suspender o voto de quem recebia Bolsa Família.

Portanto, acho que uma coisa importante da nossa reflexão é exatamente essa, então, o que a gente colocou no segundo plano que a avaliação do primeiro plano tinha sido muito positiva, ela foi incorreta?

A gente desconsiderou alguns aspectos da realidade, eu acho que um pouco de cada coisa e é isso aí. A realidade é dinâmica e a realidade é muito contraditória.

Esse artigo recente que eu coloco o link aí traz... O autor fez uma análise das redações que zeraram no ENEM por desconsiderar os direitos humanos e ele analisa os dados daquela edição do ENEM em que teve o tema de gênero e trazia um texto de Simone Buvuá e ele diz, “olha, não é nada daquilo do que a gente espera” o tema era sobre feminismo e 60% das pessoas que zeraram a redação do ENEM, porque desconsideraram os direitos humanos eram mulheres e eram mulheres estudantes de escola pública, então, como que a gente lida com essa realidade tão contraditória?

E esse autor coloca essa frase que eu achei bastante interessante que 2017 é filho de 2015 e neto de 2013 quando a gente teve aquelas grandes manifestações.

Voltando aqui à nossa reflexão, acho que a gente pode falar um pouco, construir Políticas Públicas de Estado, a gente tem perspectivas de longo prazo, a gente tem múltiplos atores. Vocês estão vendo aí os bonecos, diferentes colorações partidárias, diferentes pontos de vista, a gente tem estado, União, a gente tem Sociedade Civil, todos numa mesma mesa jogando um jogo que está ali. Esses atores mudam, esses atores eventualmente tem interesses diversos, interesses contraditórios, mas o jogo é esse.

Então, se a gente quiser trazer o jogo para o nosso lado, a gente tem que combinar com outros atores, se chegar alguém que não sabe jogar, a gente tem que combinar como que vai se dar essa interação.

Então, pode haver desaprendizados, pode haver retrocessos, aquela fala, “era melhor no tempo de não sei quem”, que é muito diferente do que a gente colocava quando a gente colocou em 2015 consolidar o SUAS de vez. Isso dá uma ideia de uma progressividade que mais se assemelha a andar de bicicleta, andar de bicicleta você aprende uma vez, você sabe sempre e você só melhora, um ambiente muito mais estável, muito menos dinâmico, a gente não está falando disso, eu acho que essa é uma reflexão importante.

Nessa segunda década do SUAS, então, o que a gente precisa reafirmar? A assistência social é uma política de direitos e esse é o grande mote do segundo plano decenal. O grande risco que a gente tem é chegar em 2025 e a gente ter uma grande parte das metas atingidas, um cumprimento das deliberações e ainda assim a gente ser considerado uma política de segunda classe para cidadãos de segunda classe.

Eu trago aqui algumas reflexões dos paradigmas que a gente precisa superar, pobreza e trabalho, isso daqui é recentíssimo, vocês dão uma olhada na internet e vocês veem com ela está recheada de conteúdos que deslegitimam a nossa política e que deslegitimam os nossos usuários.

Eu trago aí dois exemplos que eu tirei do Twitter que são da semana passada, de alguns dias atrás, “meu querido, não recebo ajuda do Governo, muito menos 70 reais do Bolsa Família, eu vivo do meu trabalho honesto e digno”, então, opõe, quem recebe Bolsa Família, então, não seria honesto? Não seria digno? Até faz uma gozação ali com a grafia da... Bolsa Família, Bolsa folgados, Bolsa Votos. Então, é isso, se a gente sai daqui e vai conversar ali na esquina qual o tipo de reação que a gente tem da sociedade à nossa política?

Quando a gente tem alguns anúncios de que o programa vai ser mantido para emprego, toda vez que tem algum anúncio tem sempre uma confusão nos meios sociais do que significa isso na vida das pessoas.

E o próprio banco mundial num estudo recente lançado semana passada ou duas semanas atrás mostra o quanto a comunidade internacional também desconhece o nosso sistema de proteção, desconhece que a gente tem benefício para complementar renda e a gente tem o benefício para substituir renda, esse é documento, um ajuste justo aqui, ele propõe, por exemplo, que Bolsa Família, BPC e aposentadorias rurais se unam, ou seja, até quando a gente vai dizer que o Brasil construiu um caminho próprio de proteção social e é por ele que a gente vai lutar.

Outro grande paradigma é o questão de vulnerabilidade e pobreza. A sociedade precisa entender, a gente está tratando de pobreza, mas a gente não está tratando só de pobreza, a gente está tratando de direitos e quando a gente fala de direitos, qualquer pessoa pode ser vulnerável, o caso do Pelé, na semana passada estava de cadeira de rodas, caso de gravidez na adolescência, tem gravidez na adolescência em todas as classes, isso eu coloco uma situação para a política muito grande.

O nosso conforto da sociedade brasileira com a desigualdade, a gente vê cenas absolutamente chocantes, a gente mostra um condomínio de luxo em São Paulo faz divisa com uma favela.

Eu acho que com a PEC do teto dos gastos que nós somos contra, o CNAS várias vezes se manifestou contra a PEC do novo regime fiscal, a gente vive sobre ela, não tem como agora, vamos ter que lidar com ela agora pelo menos por algum tempo, acho que em menos de 10 anos a gente vai ter que rever essa PEC, porque a gente já sabe

hoje, em um ano de PEC a gente sabe os desafios que a gente tem para a gestão.

Mas acho que a gente tem que refletir também sobre as estruturas de Estado que reforçam essas desigualdades. Trago ali dois quadros, um que é o benefício que mostra os benefícios do programa Bolsa Família e que revelam ali que a gente paga para as famílias das crianças... Para as famílias que têm crianças do Bolsa Família, a gente paga 39 reais para as crianças de zero a 15 anos, enquanto que a classe média que está ali na maior faixa de renda e que faz a sua declaração de imposto de renda, ela tem de isenção do imposto de renda o equivalente a 2.275 reais por ano, o que significa em torno de 600 reais por criança, por ano, isso dá cerca de 50 reais, ou seja, na prática, a gente está transferindo renda para as famílias mais pobres e não priorizando o nosso benefício de Bolsa Família.

São questões que perpassam governos, isso não tem a ver exatamente com um ou outro governo, mas tem a ver com a nossa estrutura social que reforça essa desigualdade.

Acho que a gente tem que, de fato, assumir bravamente a nossa política de comunicação. A gente tentou algumas inovações, vocês acompanharam a questão dos vídeos desse ano, a gente teve mais de 130 mil acessos, fizemos live, mas reforçar sobretudo a voz pública dos usuários, encontrei também no Twitter esse perfil, não sei se dá para ler, mas que é a associação dos felizes beneficiários do programa Bolsa Família, classe média, aí vamos nós.

Ou seja, a nossa comunicação tem que ser, de fato, repensada, porque a gente precisa chegar em quem precisa dos nossos serviços, dos nossos benefícios e também fazê-los comunicar que isso é um direito deles.

Quero trazer dois lançamentos aqui que são bastante importantes para todo o coletivo do Conselho Nacional, ainda sobre política de comunicação, um tutorial de boas-vindas aos conselheiros de assistência social, totalmente online, disponível aí, vocês estão lá no estande do CNAS tendo contato com esse material e também a gente.

Mariana trouxe aqui que este ano a gente conseguiu realizar o primeiro encontro nacional dos usuários do SUAS e a gente vai fazer ainda nessa edição da 11ª Conferência Nacional um pré-lançamento, a gente ainda não está com todas as gravuras prontas, mas um pré-lançamento da cartilha dos usuários do SUAS ilustrada pelo ilustrador Ziraldo e ele graciosamente deu esse nome, SUAS, modo de usar, usuários essa cartilha é de vocês, foi construída pelo CNAS para vocês.

Acho que a gente tem que superar também o desafio da articulação entre os poderes, aqui é um exemplo de uma Câmara, de uma audiência pública em que a gente esteve presente.

Eu acho que a gente tem que também tratar da assistência social acessível, o que é uma assistência social acessível? Assistência social acessível que o plano tanto diz é aquela que faz a diferença na vida das pessoas. Não dá mais para a gente chegar e ter um atlas de violência que diz que negros e jovens são as maiores vítimas e a gente cruzar os braços. Isso é compromisso e responsabilidade nossa.

Não dá mais para ter desabrigados pela lama enfrentando preconceito e desconfiança. Não dá mais para a gente ter operadores do direito e frase está cortada pela ilustração de libras, mas é uma frase de um Ministro do STJ que diz que heterossexual está virando minoria e perdeu direitos.

Não dá mais para a gente discutir isso nesse contexto. A gente tem que atuar bravamente intersetorialmente. Concordo com a Andreia, a gente sabe o nosso escopo, a gente precisa ter uma interlocução qualificada com as outras políticas, não vamos fazer o trabalho das outras políticas.

Então, trago essa gravura na esperança também de que a gente aqui internamente consiga consensos do rumo que a gente vai tomar nessa conferência, um SUAS forte depende do esforço coletivo de todos nós, muito obrigado e boa conferência para a gente.

### Manifestação de Membros da Plenária - Debate

#### **Sra. VERA FRITZ**

Estou preocupada, porque nós estamos aqui já faz dois dias e eu, Vera, ainda não percebi, não entendi que SUAS é esse que nós queremos, que SUAS é esse que nós precisamos. Nós todos, usuário, o trabalhador, o gestor, as nossas propostas vão atender as nossas necessidades? A necessidade de Brasil, a gente acabou de ver uma exposição aqui e uma delas dizia que 90%... 95% das deliberações de conferências foram acolhidas. Foram acolhidas? As nossas deliberações serão acolhidas? Quem vai executar o que nós estamos discutindo? E conferência está acima de partido político, conferência é política, política pública, conferência não é política partidária, se eu só tenho o olhar do A, me falta o olhar do B para que eu possa formar uma opinião. Eu não tenho a verdade, o outro pode ter, mas eu preciso ouvir e nós precisamos ter o olhar do A e do B, para que nós possamos decidir dentro dessas propostas que vieram quais são as melhores propostas para o Brasil, onde nós vamos chegar com esta política, para quem é esta política? Para todos nós. O SUAS é para todos nós... Assim como o SUAS. Muito obrigada. Eu espero que nós saíamos daqui com um trabalho de qualidade.



**Sra. ELI ROSE CARDOSO - Acará/PA**

Boa tarde. Boa tarde senhores, senhoras, me chamem de Rose, sou do município de Acará, estado do Pará. Na apresentação da colega do MDS ela elencou vários itens, apresentou o trabalho do governo federal, embora em alguns itens eu não concorde, fica aqui o parêntese com essa realidade que nós vemos lá na ponta e eu queria citar aqui a atenção à adversidade territorial e socioeconômica, eu peço para todos nós que posteriormente vamos para os grupos e na plenária final faremos a nossa votação sobre o fator regional, é um pleito antigo desde a minha época de acadêmica, 20 anos se vão, vemos essa discussão e não se concretiza, fica aqui a reflexão e a pergunta, o que está faltando para que os estados recebam a atenção diferenciada para suas necessidades diferenciadas, o que está faltando? Porque para fazer uma visita no estado de São Paulo ou no Rio de Janeiro é totalmente diferente de eu pegar um barco em Curralinho e fazer uma visita para o usuário, eu gasto três vezes mais óleo, motorista, lancha para fazer a mesma visita que possivelmente em outros municípios seja em dois, três quilômetros de distância, então, eu não posso, assim como todos os demais municípios que fazem, que têm essa realidade, receber o mesmo valor, porque isso é respeitar o usuário de assistência social? Se eu poderia atender 100, eu vou atender 10. Então, é este o meu movimento, respeitar, sim a regionalização, mas com dinheiro. Obrigada.

**Sra. SUELI GUILHERME - Socióloga/PA**

Boa tarde. Sueli Guilherme, sou Socióloga, Pará. E eu vou falar, sabe companheira Elisa, não vou repetir, porque não estou a fim de ser redundante e me sinto contemplada com sua fala, mas eu resumo sua fala dizendo que nós não estamos aqui para discutir igualdade, porque igualdade está no papel, o Brasil é modelo em igualdade no papel em todas as leis que a Europa vem aqui copiar, o problema é que não se

põe na prática e o problema é que não se discute equidade. Equidade é garantir cofinanciamento diferenciado para as realidades diferenciadas, dos imigrantes que estão chegando lá em São Paulo aos Ribeirinhos que estão no nosso estado e cada peculiaridade de cada estado, mas eu vou querer fazer uma fala para representante do MDS, porque me preocupam algumas questões que, de novo, a gente fica no utópico, seria utopia se realmente a gente transformasse ela em realidade, dizer que o ACESSUAS aumentou o cofinanciamento, eu desconheço, que eu saiba houve repactuação para os municípios que não conseguiram gastar, porque eu conheço vários municípios que utilizaram o ACESSUAS com muita qualidade e muito compromisso e não tiveram novas pactuações nesse ano. Outra coisa que eu gostaria de dizer que me preocupa muito hoje é a alta complexidade, sabe por quê? Porque a gente fala em prevenção toda hora, a gente fala em prevenção e a gente sabe que isso é importante, mas a gente ainda não conseguiu dentro do SUAS compreender proteção social especial. A gente não conseguiu compreender, porque dia 22 o Temer foi lá e aprovou a alteração do ECA sobre a questão de adoção e permanência em unidade de acolhimento? Bacana. Eu fiquei 15 unidades de acolhimento e eu não quero abrir para ninguém, é bacana que vai ficar só 18 meses, mas como? Com um sistema de garantia falido? Com o judiciário que não está nem aí e faz audiência concentrada, porque é obrigado? Como? Como eu vou garantir numa unidade de acolhimento no meu município que tem 40 crianças e adolescentes que eu pego um juiz e diz para mim, “não, Sueli, não dá mais para entrar na família, vai para a adoção internacional”, aqui meu amigo, cadê o fortalecimento de vínculos, cadê o fortalecimento das famílias? Que não tiveram condição. Para finalizar, infelizmente não vou poder estar sexta, porque houve um problema no voo, marcaram minha sexta de manhã, eu queria que vocês me representassem nesse sentido, nós já estamos aqui para discutir uma mera formalidade de metodologia de regimento, nós estamos aqui para abolir o passado, eu não admito retrocesso no SUAS. Fora Temer.

### **Sra. JUCIRLEI RODRIGUES - Pará**

Boa tarde mesa. Boa tarde a todos os conferencistas. Meu nome é Jucirlei, sou do estado do Pará também, queria fazer uma fala aqui e colocar alguns pontos que foi colocado aqui pela representante da Secretaria nacional de Assistência Social e dizer que eu queria viver nesse mundo em que ela mostrou aqui, porque, de fato, a realidade na qual nós vivemos não é essa que foi mostrada aqui. Trabalho infantil aumentou, pobreza aumentou, pessoas que precisam e necessitam do programa Bolsa Família estão sendo cortadas e retiradas sem as mínimas... O mínimo estudo necessário para verificar a situação das famílias, então, nós precisamos conhecer o país para poder falar, porque algumas colocações que são tidas de formas, digamos assim, técnicas, mas que não condizem com a realidade são fáceis de colocar e não está no slide e dizer aqui “é isso, aquilo e aquilo outro”, mas na prática, a realidade do nosso país, infelizmente, não é essa que foi mostrada aqui. Então, trabalho infantil, pessoal, é uma realidade que a gente vê em todos os cantos do país nesses últimos tempos, pobreza, nós saímos do mapa da fome e estamos voltando, então, que país é esse? E eu queria perguntar para você realmente qual é o país em que você vive? Porque eu vivo no Brasil e a realidade não é essa. A outra questão é em relação ao fator amazônico, de fato, precisamos tratar com diferenças as localidades, as regiões que tem realidade diferentes, como por exemplo a região amazônica, nós temos rio, já foi colocado aqui, me sinto contemplada com a fala do colega, no entanto, é diferente de você trabalhar numa região de estrada e numa região de rios que você gasta dias, horas, semanas para chegar numa família, para chegar numa comunidade, portanto, recurso é necessário, sim para atender a essas famílias. O Fábio colocou aqui a questão de algumas informações trazidas pela imprensa, a imprensa, de fato, ela manipula e ela coloca aquilo que ela quer e em algumas situações, de fato, não são verídicas, saímos do mapa da fome? Saímos. Estamos voltando. Democracia participativa nós tínhamos pessoal, infelizmente, nós não

temos mais, de fato, houveram avanços, nós temos certeza que houveram avanços e, de fato, em alguns tempos era melhor do que hoje e nós temos certeza que nós podemos afirmar isso que sim. No tempo de alguns gestores públicos era melhor do que com o Michel Temer. E só finalizando, é o seguinte, que 2017, Fábio, 2017, não é fruto de 2013 e 2015, 2017 é fruto da ação de golpista Michel Temer e sua corja.

### **Sr. MARCOS DA SILVA**

Boa tarde, conferencistas. Boa tarde, defensores do SUAS. Meu nome é Marcos, sou de Bom Jesus do Itabapoana, estado do Rio de Janeiro e o que eu tenho a dizer é o seguinte, gente, precisamos nos unir... Perdão. Para fortalecermos o SUAS, estamos aqui para fortalecermos uma democracia que só consta na constituição. O serviço de assistência social consta na constituição, ou seja, no papel e cadê a realidade? E outra, gente, hoje, quem está presidindo o Brasil é abandalha, é a banda podre, o senhor Michel Temer que todo mundo está conhecendo foi Deputado constituinte, então, ele sabe o que pode e o que não pode, as cláusulas pétreas estão sendo revogadas, dentre essas, a retirada de recursos para o SUAS, por exemplo, eu sou usuário do SUAS, sou... Eu uso, eu tenho o BPC e é por essa razão que estou aqui com todo sacrifício, com recursos próprios para defender essa causa que é o SUAS e mais uma vez, parabéns a todos os conselheiros do SUAS e a plateia aí de modo geral que fortalece cada vez mais, eu considero o SUAS uma família, nós vamos sair do papel, vamos para as ruas, vamos fazer movimento, porque o que a gente precisa é barulho. Fora Temer.

### **Sr. SEVERINO JÚNIOR - Pará**

Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, mesa. Sou Severino Júnior, sou assistente social, também na docência e pesquisador da universidade

federal do Pará. Eu me coloco aqui na condição de ter sido a pessoa que incitou esse momento de debate por acreditar que a plenária da 11ª Conferência de Assistência Social estava sendo prejudicada quando no momento... Nos momentos após as palestras, não estava sendo aberto para o debate e eu achei, principalmente, nessa mesa a necessidade de se debater. Ontem, o Frei Beto nos brindou com uma brilhante análise de conjuntura, o Brasil chega a 2017 amargando o sabor do golpe contra a institucionalidade democrática, institucionalidade democrática escrita no solo sólido dessa nação. Golpe implementado por grupos políticos com a conivência do judiciário e com o apoio da grande mídia objetivando hegemonia política. E para um país que teve a experiência de ter sido colonizado, globocolonizado e agora neocolonizado, isso significa para nós a barbárie da vida social e esse momento é um momento que se contrapõe a todos os direitos que foram construídos e conquistados a duras penas a um período que remonta pré-Vargas, esse momento que está sendo implementado por esse Governo ilegítimo e golpista de Temer ameaça a vida e todas as conquistas que foram adquiridas pela classe trabalhadora e eu gostaria de contrapor a fala da representante do MDS quando ela diz que 91% do CMAS estão como instrumento de controle do BPF, isso faz parte do pacto aprimorativo de gestão, nós sabemos. Porém, é relativo quando não é oferecida logística para os CMAS desenvolverem esse papel. E a outra coisa que eu... A fala da nossa companheira, porque ver e reconhecer povos tradicionais não adianta, precisa se rever a questão do financiamento levando em consideração as especificidades regionais como é o caso do fator amazônico e assim romper com a perspectiva...

**Sra. VALDENISE DE SOUSA**

Boa tarde a todas e a todos. Sou Valdenise, represento o Pará, moro em Portel, no Marajó, onde a gente tem que sair cerca de quase dois

dias de viagem até chegar no nosso estado do Pará e a minha indignação que eu coloco indignação é na fala do Secretário do CNAS, quando ele coloca no slide fotos com dados e no meio desses dados algumas fotos sem fonte, de onde vieram? Nem todos tinham fonte, alguns tinham e outros não. E todos aqui sabem que o programa Bolsa Família diminuiu o índice de violência doméstica com nós mulheres, então, isso é o avanço, isso é uma conquista, agora, dizer que o Governo passado só dava o anzol, só dava o peixe? E esse governo que não dá o anzol, não dá isca e ainda tira o peixe? Que governo é esse? Governo golpista e machista, porque não acreditam que nós mulheres somos capazes de governar o nosso país. Estou muito indignada sim e provo. Moro no estado que é o segundo maior estado de violência doméstica no mun... No país, o estado do Pará e muitas mulheres são mortas todo dia por esse machismo que impera e agora está imperando dentro do patamar maior que existe no nosso país, infelizmente, mas saibam vocês que ano que vem é eleição e nós iremos mudar, que nós sejamos multiplicadores, todos nós que estamos aqui e que todos esses golpistas, machistas e fascistas que se aproveitaram para tirar um direito que foi garantido, querem tirar o direito garantido que já lutamos, muitos foram mortos para que todos esses direitos fossem garantidos e eu jamais vou me calar, jamais, sou lutadora de direitos humanos, não vou deixar passar. Não vou deixar passar.

### **Sr. MARCELO MADEIROS**

Boa tarde plateia. Boa tarde usuários, trabalhadores, gestores, primeiro aqui fazendo com muito respeito saudação à mesa, mas a crítica tem que ser feita e clara, quem representa um governo que golpeia a vontade popular tem que passar pelo crivo da sociedade brasileira e passar pelo constrangimento, sim, constrangimento, sim, de ser chamado de golpista, porque duas falas aqui citaram como se o SUAS fosse à parte da sociedade, como se não tivesse interligado com ou-

tras políticas públicas, como se ele não tivesse sido desmontado na hora da reforma trabalhista, no meu estado, uma empresa internacional ofereceu trabalho a 520 reais, esse trabalhador vai ter carteira assinada e vai precisar do benefício, vai precisar do Bolsa Família, porque esse valor que ele vai receber não vai garantir a condição de sobrevivência dele. Então, nós temos que fazer aqui como trabalhador, certo? Que sou, trabalhando com população em situação de rua dentro de albergue, na abordagem social, sabendo que ex-trabalhadores que estiveram comigo foram para a rua, hoje são atendidos da assistência social para nós trabalhadores termos que pensar o seguinte, não é fazer a fala do usuário, porque o usuário que tem que fazer sua fala, eu defendo, dentro da mobilização, igual, como venho da mobilização do SUS, que 50% sim tem que ser de usuários, 50% dos conselhos têm que ser de usuários e os usuários têm que ter a qualificação para fazer a sua defesa. Ao mesmo tempo, nós temos que ter clareza dos avanços, mas também dos grandes retrocessos que nós temos hoje, nós temos avanço em poder vir aqui colocar, mas nós temos retrocessos claros, claros dentro da conjuntura nacional e observando isso, para um Presidente ilegítimo que na hora de colocar suas pautas, como a PEC 95, certo? A emenda constitucional 95 que diz que não precisa saber da vontade popular, porque ele sabe muito bem quem o colocou lá, foi a mídia, foi o judiciário, um Congresso corrupto e...

**Sr. DELTON SILVA - Ceará**

É bom que não faça isso, não dou nem boa tarde, sou do Ceará. Observando as falas aqui, quando falaram que questão de recursos, então, nós estamos aqui fazendo um plano para 10 anos, esse recurso quando chega lá no CRAS que o CRAS é o pai, vem do conselho e vai para o CRAS e o CRAS é quem faz o trabalho na sociedade, nós sabemos disso, assistente social do CRAS, não é isso? Vocês sabem disso, quem trabalha no CRAS sabe disso. Então, os recursos, nós devemos

fazer com que esses recursos saiam daqui definidos, a responsabilidade do federal, a responsabilidade do estadual e a responsabilidade do municipal, os municípios dizem “eu espero pelo federal”, o federal, “eu espero não sei por quem” e o estado pelo outro e a população sofrendo. Vamos definir esse recurso, 1%, 0,5%, 3%, de cada arrecadação que seja destinado ao Conselho social de cada município do estado e do nacional e quando o cidadão aqui falou a questão de assistente social resolver a situação. Gente, como que um assistente social dentro de um CRAS, dentro de um conselho vai resolver o problema do povo só com os dedos? Assistente social não pode obrar milagre, não, ela vê a situação, ela tem vontade de resolver. Eu já vi assistente social sair da casa do camarada quase chorando e não poder dar uma cesta básica, porque não vem do poder público, então, vamos definir esses recursos. A outra cidadã falou aqui que o Bolsa Família, o auxílio idoso, o aposentado ajuda no desenvolvimento econômico do país e esses recursos são negados. Como que pode se desenvolver? Então, vamos nós, pelo menos, definir esse recurso como foi feito lá no SUS, 10%, 15%, 20%. Então, minha fala é essa e quero dizer para encerrar, eu fui na Câmara dos Deputados Federal na hora do almoço... Fui barrado de entrar na Câmara Federal. Eu gravei no celular, se tiver gravado eu vou mostrar depois.

### Manifestação dos Participantes da Mesa

#### **Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS**

Como nós tivemos muitas perguntas, eu vou tentar responder de uma forma mais agrupada alguns conteúdos que foram similares de perguntas aqui que nós recebemos. Até agradecer as contribuições que vieram de alguns representantes, do José da Silva, da Vera Fritz, Eli Rose Cardoso, Sueli, Jucilei, Marcos, Severino, Valdenise, Marcelo e



Delton. Se eu perdi algum nome aqui é que não registrei. Primeiro, eu avalio que quando a gente faz essa conferência, nós estamos também conferindo algumas bases de definição da nossa política. E uma delas que me parece ser bastante presente nos debates que estão sendo colocados e nas constatações que estão vindo da plenária ao longo desse dia e que vieram nos cadernos de deliberações, existe, em relação ao nosso pacto federativo. Ao compromisso dos entes federados para com a política de assistência social. Foi muito feliz a fala do CONGEMAS em apresentar a representação dos municípios no custeio dessa política pública, apresentando como um grande avanço em relação aos municípios, em gasto de recursos para manutenção e preservação dessa política. O que nós ainda precisamos avançar e estamos batalhando por isso na recomposição dos orçamentos e dos recursos na obrigatoriedade para que nós tenhamos a obrigatoriedade na constituição federal dos recursos para assistência social em nível federal, estadual e municipal, nós vemos naquele slide do CONGEMAS que a ordem de grandeza, de valores repassados por municípios e pela União é na ordem de bilhões e a ordem de recursos repassados pelos estados ainda é de milhões. Nós estamos ainda diante de desigualdades de gestões, quando a gente fala aqui de gestão pública, de governo, nós temos que entender que existem governos, existem estados que financiam e estados que não financiam. Então, nós estamos diante de um momento de reafirmar essas bases e de batalhar para que consigamos ir juntos para um padrão de representatividade perante o nosso orçamento, porque é do orçamento que a gente faz políticas que alcançam os territórios desiguais que nós temos, a diversidade de Brasis que nós temos e de violações e violações de direitos que nós temos. Então, acredito que para inspirar os nossos trabalhos, nos nossos grupos, nós tenhamos de ter em mente os entes federados e os compromissos que precisamos batalhar pela obrigatoriedade dos orçamentos. Nós entendemos também como um segundo ponto que a conferência traça um olhar para os usuários e usuárias da Política de

Assistência Social, mas ao disparar o olhar para os usuários da assistência social, ele dispara também o olhar para as políticas sociais para além da assistência, não só a assistência social, não é só assistência que dá resposta, aliás, a assistência construiu seu caminho do não lugar, não é ausência da saúde que faz a assistência social, não é ausência de educação que faz a assistência social, nós já firmamos seguranças afiançadas do SUAS e estamos batalhando por essa defesa, agora, essas seguranças se comportam de forma diferenciada nos territórios, o estado do Pará foi muito feliz em trazer essas observações, todos os representantes que vieram aqui trazer a diversidade territorial, a diversidade das regiões que nós temos dentro dos próprios estados, a complexidade da diversidade dos públicos e das famílias em modelos diferentes de famílias que nós temos nos desafiam a pensar serviços não específicos, mas metodologias especializadas dentro dos nossos próprios serviços já existentes para alcançar esses públicos que estão hoje na invisibilidade para o acompanhamento familiar, hoje, não estão na invisibilidade para identificação, porque nós já temos mais de 24 povos e comunidades tradicionais registrados no Cadastro Único se não me engano que nós temos dentro desse grupo população em situação de rua que foi uma conquista muito recente de 2008 para cá que nós temos uma política nacional para a população em situação de rua. Essa trajetória tem que ser semelhante para os outros povos, grupos e comunidades tradicionais em reconhecer direitos, diretrizes, políticas e metodologias de atendimento. Nós também temos clareza que os serviços de alta complexidade e aqui eu queria muito respeitosamente e carinhosamente citar a nossa querida Telma Maranhão que foi diretora da proteção especial nos últimos cinco anos que nos trouxe em muitos momentos a reflexão de que a alta complexidade põe em cheque a proteção social básica e é verdade, porque se nós temos de atender a proteção fora da família, quando há uma violação grave que exija necessidade de um afastamento da família de origem é porque as outras medidas não foram suficientes ou que não alcançaram

aquela família de uma forma preventiva, então, nós temos tanto que olhar para integração entre a proteção social especial básica especial que é a nossa batalha hoje para integrar, não só CRAS e CREAS, mas também incluindo serviços de acolhimento, os fluxos, seja pela reintegração familiar, seja antes de ser inserido aos serviços de acolhimento como nós estamos trabalhando metodologicamente, alguns debates internos para avançarmos no reconhecimento da guarda subsidiada na assistência social, que nós ainda não chegamos, nós pretendemos chegar a essas famílias para evitar o acolhimento precoce, avançamos nos Centros DIA para as crianças com deficiência de famílias que possuem, então, nós temos de alcançar as pessoas adultas com deficiência, os idosos com deficiência em Centro DIA. E nós temos também a nossa relação com a saúde, a necessidade de integração também para os serviços de alta complexidade para pessoas idosas com a nossa Câmara Técnica da CIT, buscando trazer a referência do que é custeio de saúde, o que é custeio de assistência, o que pode ser compartilhado dentro das unidades de acolhimento para pessoas idosas que hoje estão presentes em 97% de coordenação pelas entidades socioassistenciais, nós temos também a necessidade de integrar serviços com benefícios, porque nós sabemos que, muitas vezes, não está na visibilidade do acompanhamento familiar da nossa proteção especial, do nosso PAEF. Quero também registrar aqui que foi citado, mas nós fizemos uma expansão do nosso programa ACESSUAS este ano, a resolução do CNAS 19 de 2017 já coloca 26 milhões de reais para o programa ACESSUAS que foi uma conquista assim e um clamor muito dos municípios que pretendiam continuar ou avançar em outras referências para inclusão do mundo do trabalho de famílias que possuem essa necessidade e só registrar aqui ainda na erradicação do trabalho infantil, nós estamos completando este ano 21 anos do PETI e o programa de Erradicação do Trabalho Infantil que há 21 anos vem apresentando uma trajetória decrescente no Brasil, hoje, é referência mundial na erradicação do trabalho infantil, mas, de fato, nós chegamos a

um patamar de que nós temos diversas situações de trabalho infantil, nós estamos planejando agora em 2018 debater as formas de trabalho infantil que estão classificadas na lista típica como as piores formas, como tráfico de drogas, exploração sexual que, muitas vezes, fica na invisibilidade de ser trabalho infantil e como nós precisamos ainda adentrar em outras formas ainda não mapeadas, nós tivemos aqui no encontro do Rio Grande do Sul, cadê o Rio Grande do Sul? Deixa eu ver aqui. Está ali. Nós ouvimos do Rio Grande do Sul no encontro estadual do PETI que agora, novas formas de trabalho infantil nos desafiam a pensar se os serviços de convivência são suficientes, por exemplo, os meninos que estão em evasão escolar que não estão para a escola e estão faltando aula, porque estão passando as noites fazendo monitoria e assessoramento os marmanjos a passar de fase em videogame, eu não sei falar essas coisas, mas os adultos que não conseguem passar de fase nos videogames estão contratando a molecada para passar de fase durante a noite e os meninos estão recebendo em remuneração em bitcoins, são modelos de trabalho infantil degradantes, noturnos que estão aparecendo nas nossas famílias, que estão nos desafiando a pensar quais as formas de trabalho infantil, que nós temos de enfrentar e que temos de continuar batalhando pela sua redução considerando também que as nossas fontes oficiais nos apontam que houve uma redução de 21%, esse é um esforço de coletivo de todos nós. Quero dizer que a nossa equipe está no estande do MDS para responder às demais dúvidas que vocês não conseguiram apresentar aqui na mesa hoje, porque não estava previsto esse espaço para debate mesmo, nós abrimos aqui exatamente por compreender a importância desse espaço, mas na medida do possível, nós vamos também acolher cada uma das questões com a nossa equipe de todo o MDS e também de outros atores do Governo Federal que estão na nossa conferência, para que nós possamos sair daqui esclarecidos a respeito das nossas dúvidas e trazendo também contribuições daquilo que a gente achar importante. Muito obrigada.

**Sra. LEÍSA MENDES DE SOUSA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS**

Acho que vou começar pelo final do que anotei. De uma certa forma, uma inquietude e uma inquietação, a gente estava conversando aqui, não é Andreia, de que a gente precisa, de fato, promover nos nossos estados e municípios ampliar um pouco mais a condição de voz dos nossos usuários e usuárias, pela necessidade que eles têm tido aqui de se manifestar, de falar, de se fazer ouvir nos causou essa sensação de que esse momento de escuta e fala da política de assistência social em outros espaços, eles precisam acontecer e eu fico também refletindo que as redações dos nossos planos, inclusive, a redação dos 10 direitos socioassistenciais, será que ela é alcançável para os nossos usuários, quão difícil é compreender um direito que tem uma redação tão extensa, o que a gente precisa fazer para, inclusive, às vezes, até falar menos e escutar mais? Eu acho que o momento que nós tivemos esse um minuto de silêncio hoje, Maria José, para homenagear alguém que defendia o SUAS como usuário, eu acho que foi o momento que mais falou para mim nessa conferência, foi o momento que a gente pôde escutar e silêncio de quem não pôde, por exemplo, estar aqui para defender o direito que precisa. Então, acho que são as reflexões que a gente precisa fazer e eu acho, Fábio, que esse momento é muito oportuno, porque o tema da nossa conferência é garantia de direitos no fortalecimento do SUAS e, de fato, é um cenário adverso e muito difícil para a gente conseguir alcançar isso. Então, nós estamos num momento de conferência, de verificar, de averiguar, de checar, de confirmar, de examinar e de observar e nesse movimento de conferência é importante que a gente ao sair daqui, que as nossas deliberações sejam indicadores para nortear o nosso fazer de SUAS e Fábio no Conselho Nacional, a gente precisa ressignificar, muito provavelmente, refletir qual é o fôlego que nós precisamos, estados e municípios para fazer esse SUAS, para fazer com que essas deliberações estejam refletidas no nosso planejamento, na nossa organização, na

nossa execução, no nosso monitoramento, nas nossas avaliações e em práticas mais exitosas de SUAS, a gente vem fazendo exaustivamente conferência a cada dois anos e temos perdido o fôlego para colocar as deliberações em prática. É, de fato, companheiros do Pará, inegável que a gente precisa reconhecer as diversidades de cada região, de cada estado e de cada município e como representante do Nordeste, também não posso deixar de colocar as adversidades de ser uma região com extrema exposição, não somente a fatores de vulnerabilidade social, mas a fatores, por exemplo, como crises hídricas que nós temos passado e que afetam o processo de vulnerabilidade social e dizer que estou muito preocupada enquanto gestora de estado no acompanhamento às metas do pacto de aprimoramento dos municípios e agora com os nossos dos estados e eu considero que o nosso pacto e o nosso plano decenal precisa ser revisado, porque a gente tem metas já comprometidas com esse cenário limitante que o SUAS está vivenciando. E para concluir quero deixar duas contribuições da psicologia, como psicóloga que sou, de quanto menos civilização e quanto menos acesso a direitos, mais violência a gente está disponível a vivenciar. Então, garantir direitos não só fortalece o SUAS, mas também nos vai dar condição de ressignificar nossa vivência como ser humano. E a outra é aquilo que a gente não elabora, a gente repete, infelizmente, nós não conseguimos elaborar, por exemplo, o passado de exploração e de escravidão que nós vivemos e não é à toa que a gente está vivendo ranços de escravidão e de exploração social em nosso país, então, a gente precisa, de fato, fazer um movimento de ressignificar essas nossas práticas não só na política de assistência social, mas prática como ser humano, obrigada pela atenção de vocês.

### **Sra. ANDREIA LAUANDE - CONGEMAS**

Queria inicialmente parabenizar a todas as intervenções, já vinha falando com a Leísa aqui da necessidade que a gente precisa levar para

os municípios espaços para além das conferências, a gente acaba, muitas vezes, limitando nas conferências, o único momento de fala e discussão dessa política e tanto nós trabalhadores, gestores e usuários precisamos discutir, porque, por muitas vezes, nós falamos para nós mesmos somente e nesse momento precisamos ter uma expansão também dessa fala para além das paredes, as barreiras do SUAS, para as academias, universidades, precisamos formar... Incentivar na formação profissional uma discussão mais acirrada, mais acentuada, precisamos pensar num momento muito sério que a gente passa hoje que é a judicialização da política de assistência social, nós em todo momento somos as mesas nossas de gestores abarrotadas de dotação, de documento e determinação para que as equipes técnicas cumpram mandatos, cumpram acompanhamento, judiciais quando uma luta muito maior é por concurso público no judiciário, que lá se tenha em todo país, que chame concursado, que se tenha concurso, que se possa ter uma organização maior de trabalho. Nós temos situações extremamente complexas que vão de municípios menores a municípios maiores, onde é impossível conseguir se implantar um sistema Único de Assistência Social, onde, talvez, a única equipe completa de trabalhadores na prefeitura municipal acaba sendo a da assistência. Então, são enormes desafios que a gente traz e desses desafios eu queria pegar a fala que o primeiro é o companheiro do Rio de Janeiro trouxe, que nós estamos num momento muito complexo que para nós nos traz o desânimo, a falta de coragem de enfrentar, mas para nós eu queria dizer que a gente tem tanta coisa que a gente conseguiu que não dá para deixarmos passar em branco, não dá para desistirmos e arregaçarmos as mangas e lutarmos a cada momento por aquilo que a gente entende e essa luta precisa ser uma luta conjunta, precisamos mais uma vez, quero reiterar, trabalhadores, gestores, os nossos inimigos não são quem estão perto de nós, é muito mais longe, precisamos beber da conjuntura, da aula de conjuntura de Frei Beto para que a gente entenda muito maior onde que estão os nossos inimigos e onde

que a gente precisa enfrentar. E dentro dessa linha de enfrentamento, eu queria aproveitar um dos elementos muito ricos que a delegação do Pará estava inspirada hoje de tarde, se inscreveu com uma riqueza de detalhe para nós aqui, somou muito com a gente, dentre eles, a gente precisa rever e tem um desafio, queria pedir que todos nós pensássemos juntos, nós temos um caderno de proposta enorme que precisamos juntos, não defender propostas individuais, não é a minha redação, não é o que eu trouxe, mas propostas operacionais, que, de fato falem com a nossa realidade, nós não precisamos levar um tratado para a nossa cidade de volta preenchido, nós precisamos levar a operacionalização, precisamos levar discussões que são exequíveis, não dá mais para se trabalhar num cofinanciamento da alta complexidade que se tem hoje. Não se pode trabalhar no que a gente consegue dizer que vai se cofinanciar com 500 reais para uma criança e para um adolescente no acolhimento, onde não tem recurso para a pessoa idosa e uma demanda que se recebe hoje é pessoa idosa para o acolhimento, população em situação de rua nem se fala, porque onde não tem penitenciária nas capitais, por falta da política de execução penal, automaticamente, vira uma população em situação de rua e você consegue trazer, infelizmente, uma demanda muito maior que não é da política de assistência para dentro da gente ainda. Então, tem várias e várias situações que a gente vem trazendo, precisamos repensar e fechou com chave de ouro a fala que a gente traz da necessidade da vinculação orçamentária, das discussões, podemos ter “n” divergências daquilo que se quer, daquilo que se discute, hoje, de manhã, a admissibilidade da PEC que trata 1% da receita líquida que daria 7 bilhões para os serviços que a discussão tem sido essa, porque provém inicialmente da ampliação de serviços, mas que precisa ser revista agora na Câmara um texto melhor, mas que precisamos avançar, precisamos avançar significativamente, não dá para ficarmos toda vez com o pires na mão que muda o gestor e não se tem orçamento aprovado, orçamento garantido para efetivar uma política pública, então, por fim, quero dividir com vocês a poesia de um



maranhense chamado César Teixeira, onde ele é autor de uma canção das mais fortes nossas que hoje é de domínio público chamada oração latina e lá para o finalzinho da canção chama oração latina ele diz assim, “e quem nos ajudará a não ser a própria gente, pois, hoje, não se consente esperar” e ele exclama mais à frente ainda, “somente a rosa e o punhal e a rosa poderão fazer a luz do sol brilhar”. Então, que sejamos com a arma na mão e com a rosa no coração, em frente da diversidade e da defesa de uma política pública. Obrigada pela oportunidade de dividir com vocês.

**Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI - Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS**

Obrigado. Eu acho que a gente teve uma série de considerações aqui em relação às falas, mas todas elas eu acho que mostram de certa forma uma convergência. Eu acho que a convergência é um repúdio a essa tese que está em voga e que agora tem sido implementada de maneira mais forte de que é a tese de que os direitos sociais e tudo que a gente conquistou até agora não cabem no PIB, não cabem no PIB, que a constituição federal avançou demais e não consegue dar conta de uma institucionalidade, de um orçamento e de chegar na nossa população. Então, isso é o que está sendo questionado. Eu acho, como a Andreia disse, Leísa também colocou, Mariana, que o que a gente precisa nesse momento, que de 2015 para 2017, a gente só aumentou a complexidade do que a gente vem vivendo, o contexto hoje é o mesmo, essa tese está há algum tempo, os direitos sociais sempre foram questionados, mas com a mudança de Governo, ela ganhou um fôlego adicional nas agendas de reforma e é sobre elas que a gente falou aqui e elas que a gente repudia e a gente não pode aceitar isso, porque isso reflete um projeto de país, a gente está falando aqui de um projeto de país que busque romper com aqueles paradigmas, o paradigma da pobreza e do trabalho, o paradigma da pobreza e da

desigualdade, o paradigma da vulnerabilidade da pobreza, é sobre isso tudo que a gente está falando. Então, acho que se, de repente faltou algum dado na minha apresentação e eu acho que a colega tem razão, a gente precisa sempre trabalhar com dados concretos, a gente sabe que também nesse jogo, às vezes, circulam os dados de um lado, de outro, que a gente precisa sempre checar a fonte, então, se existe algum slide ali que não tenha a fonte, talvez não tenha aparecido também pela janela de acessibilidade, a gente coloca sem problema, mas reforçar isso, a gente precisa caminhar com dados concretos, a gente tem hoje na assistência social, a gente tirou ela do não lugar e a gente tem dados sobre um tudo na assistência social, eu acho que Mariana colocou aqui alguns dados, a Andreia colocou os dados de orçamento e hoje, a gente só consegue discutir se vai ser 1%, se vai ser custo de serviço, porque a gente tem dados sobre isso. Então, é isso que a gente precisa avançar, como que a gente consensua aqui, quais são os dados que nos interessam, como que a gente vai... O colega colocou que a imprensa manipula, a gente tem que trabalhar os nossos dados para ganhar essa agenda pública, a agenda entre nós está razoavelmente consensuada, a gente precisa ser... A gente é pró direitos, a gente é contra desigualdade, mas como que a gente vai ganhar a agenda pública desse debate? E eu digo isso, porque ano que vem, a gente tem, de novo eleição e essa agenda reformista, conservadora, ela pode continuar e pode continuar dentro de um projeto legitimado pelas urnas, a gente precisa ter clareza disso, a próxima conferência, em 2019 é extraordinária, então, a nossa preocupação precisa ser, o que a gente vai discutir aqui que a gente tenha nos próximos dois anos a capacidade de fazer essa conferência. Essa conferência foi feita por 99% dos municípios, por 100% dos estados, então, todos os entes, vamos dizer assim, participaram do processo, a gente está na etapa nacional, então, a responsabilidade aqui de cada delegado, de cada estado que veio é muito importante, é só com esse consenso, a gente tem dois dias para formar esse consenso e para seguir o ano que vem,

que é um ano difícil, um ano eleitoral e em especial o primeiro ano de governo que é quando a gente tem a 12ª Conferência. É disso que a gente está falando, a gente tem que pensar o curto e médio prazo mirando os 10 anos do plano decenal. É com esse espírito que fecho essa mesa, agradeço aos participantes e passo para a coordenadora da mesa, Maria José.

### 5.3. Prêmio Mérito CNAS

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Agora, iniciaremos as atividades relativas ao ‘Prêmio Mérito CNAS: “Participação e garantia de direitos. Você faz controle social da assistência social? Então, compartilhe”. Trata-se de uma forma de reconhecer e dar visibilidade às vivências concretas que exemplificam as contribuições do controle social para a política pública de assistência social e geram impacto na vida do usuário e na assistência social. Essa é a terceira edição do prêmio e tem um formato inovador. Os 10 conselheiros selecionados estão presentes nesta Conferência e escolherão entre si as cinco melhores propostas, as quais serão as vencedoras do prêmio. Convidamos para sentar nas primeiras poltronas reservadas para esse momento os 10 conselheiros selecionados. Na categoria 1: conselhos de assistência social de municípios de pequeno porte 1, representados pelos conselhos municipais de Elisbão Veloso, Piauí e de Jussara, Goiás. Na categoria 2: conselhos de assistência social de municípios de pequeno porte 2, representados pelos conselhos municipais de assistência social de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul e de Porteirinha, Minas Gerais. Na categoria 3: conselhos de assistência social de municípios de médio porte, representados pelos conselhos municipais de Caçador, Santa Catarina e Serra Talhada, Pernambuco. Na categoria 4: conselhos de assistência social de municípios de grande porte e metrópole, representados pelos municípios de Feira de Santana, Bahia e Maracanaú, Ceará. Finalmente a categoria 5, composta pelo conselho do Distrito Federal e

pelos conselhos estaduais, sendo estes representados pelo Rio Grande do Sul. Para a escolha da experiência vencedora, foram entregues cédulas de avaliação a serem utilizadas durante as apresentações dos conselhos, apenas sendo possível votar na categoria em que o Conselho não estivesse concorrendo. A experiência que tivesse a maior nota seria a vencedora. A apresentação dos trabalhos foi iniciada com a exibição do vídeo de Elisbão Veloso, seguida pela exposição feita pela senhora Ivanildes Maria dos Santos, representante do conselho de assistência daquele município.

### ***APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA***

A senhora Ivanildes Maria dos Santos cumprimentou a plenária e aos conselheiros presentes e parabenizou o CNAS pela oportunidade criada para estar compartilhando experiências exitosas no âmbito controle social. Cumprimentou a todos os demais municípios que concorriam ao Prêmio Mérito CNAS 2017. Em seguida, a expositora destacou, na experiência do seu município, a música como elemento de transformação social. Afirmou que o controle social de fato e de verdade deve fiscalizar, deve sugerir à gestão, deve implementar o Sistema Único de Assistência Social, fiscalizando e acompanhando a implementação do SUAS e dessa forma materializar os serviços, as ações, os programas e benefícios da assistência social. Esclareceu que a proposta apresentada foi uma sugestão do CMAS de Elisbão Veloso à gestão em 2013 e tem sido desenvolvida, tendo como beneficiários os usuários de programas de transferência de renda que, muitas vezes, vivem em um ambiente de pobreza, violência, drogadição. Segundo a expositora, essa é uma ação de transformação social que a música vem trazendo e, com certeza, possibilitando aos usuários desenvolver seu potencial, adquirir valores e possibilitar impactos positivos na vida pessoal e social dos beneficiários. Esse é o papel do controle social, é garantir direitos, participação dos usuários. É colocar os usuários no centro dessa agenda social, através de reuniões descentralizadas,

acompanhando a rede de serviços socioassistenciais, de fóruns dos trabalhadores, dos usuários, fomentando a intersetorialidade e também a interface com as demais políticas públicas. Finalmente, a apresentadora afirmou que é o controle social que a conferência convoca a fazer mais do que nunca, face a um cenário ameaçador pelo qual passa o Brasil.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Anuncia a exibição do vídeo relativo à experiência de Jussara, Goiás e, em seguida, a apresentação da senhora Marinete Borges de Oliveira Santana, representante do conselho do referido município.

**Sra. MAURINETE BORGES DE OLIVEIRA SANTANA - Representante do CMAS de Jussara/GO.** Após a apresentação do vídeo, a senhora Marinete apresentou-se como assistente social e integrante do conselho municipal de assistência social, onde representa a categoria dos trabalhadores. Cumprimentou o Conselho Nacional pela iniciativa do Prêmio Mérito e também a todos os participantes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Informou que em 2011, os integrantes do conselho e alguns gestores começaram a se reunir para estudar a tipificação e a política nacional de assistência social. Em 2013, conforme o vídeo apresentado, com a nova gestora, houve uma análise sobre a dinâmica de atuação do conselho municipal, sendo a mesma classificada como subalterna, o que motivou fazer alguma intervenção. E qual foi essa intervenção? Estabelecer uma relação institucional entre conselho municipal e a gestão de assistência social, ambos produzindo um diagnóstico presencial sobre atividade dos usuários e dos serviços nos bairros, assentamentos e dos grupos de agricultura familiar. Com isso, tornou-se possível colocar na agenda municipal a assistência social como política pública, com a aplicação da lei do SUAS, a primeira do estado e a instituição de cinco comissões permanentes. Com a representação de trabalhadores, das unidades públicas e das

entidades civis foi possível uma formação sistemática, trabalhando-se em rede. Instalou-se o fórum municipal de trabalhadores da assistência social com direção própria. Com os usuários da assistência social foi possível a realização de atividades coletivas nos territórios e a instalação do primeiro fórum municipal de usuários do estado de Goiás com a sua coordenação própria. O Fórum de entidades, instalado em 2011, foi composto por entidades inscritas hoje no CNAS. Os três fóruns objetivam fortalecer o controle social. Qual foi a contribuição da ação do conselho? Do controle social para assistência social na localidade? O Conselho Municipal de Assistência Social tem um programa semanal de rádio e publiciza todas as deliberações. A qualidade do controle social possibilitou a qualidade dos serviços da gestão municipal de assistência social. A evidência dos serviços, a qualidade de resultados, a economia de custos e o resultado é a assistência social, a agenda hoje municipal reconhecida pelo poder público, pelo controle social e a garantia de direitos.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Vamos exibir agora os vídeos da categoria 2 relativa aos Conselhos de assistência social dos municípios de pequeno porte 2. Quem concorre são os CMAS de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul e de Porteirinha, Minas Gerais. Os vídeos foram exibidos.

**Sra. SORAIA APARECIDA SILVA – Representante do CMAS de São Gabriel do Oeste** – Após cumprimentar os presentes, a representante do Conselho tratou sobre os seguintes pontos. Nos municípios de pequeno porte, podemos verificar que a base participativa da sociedade também se mostra pequena, fazendo com que se pense em novos padrões de interação e comunicação para uma melhoria na efetividade do controle social. Surge, então, a proposta da utilização dos meios eletrônicos e redes sociais com a intensificação do uso do e-mail e a criação de um grupo de conselheiros via *WhatsApp*. Também pode ser utilizada a criação de grupos específicos de cada comissão, in-

cluindo desta forma o relacionamento direto com o órgão gestor e a vigilância socioassistencial, possibilitando, então, a todo instante e continuamente o exercício do papel de conselheiro, muito mais atuante no próprio conselho, que é o espaço de negociação e discussão, como também a melhor participação dos membros nos eventos regionais, estaduais e nacionais, ficando cada vez mais em conexão com todas as informações disponíveis, inerentes à nossa política pública de assistência social. Além do já frequente uso do e-mail, o aplicativo *WhatsApp* auxiliou e muito na atuação dos conselheiros junto aos usuários, na discussão das pautas, nas conclusões das reuniões, no processo de tomada de decisões, na divulgação das atividades realizadas pela gestão, pela rede socioassistencial e principalmente na divulgação da participação dos usuários nas conferências. Por fim, tornou-se então em uma ação continuada dando margem ainda perante os resultados para a criação muito em breve de uma página do *Facebook* exclusiva do Conselho, onde será ampliado ainda mais o alcance dessa instância de controle, fazendo com que principalmente os usuários da política possam interagir melhor com seus representantes, trazendo demandas e participando simultaneamente de tudo que acontece na plenária com sugestões, questionamentos e o mais importante, entendendo melhor o que, de fato, é o controle social. Dessa forma, pode-se estimular o empoderamento dos usuários na participação dessa instância de controle. Ganha-se, também, no interagir com as demais políticas setoriais com a ideia de que possa ser replicada a experiência e com isso melhorar e agilizar as articulações intersetoriais, gerando ganho para a sociedade.

**Sra. DANIELLE CANTOÁRIO - Secretária-Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Porteirinha** - A expositora se apresentou e cumprimentou a todos os presentes, principalmente as delegações de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul pelas dificuldades que enfrentaram para chegar à Conferência. Em seguida, caracterizou

Porteirinha como um município basicamente rural, com metade da população concentrada na área rural e a grande maioria das entidades, das associações também concentradas na área rural do município e uma configuração bastante diferente, com relação às entidades. Porteirinha tem cerca de 200 associações. Em 2013, mais de 200 eram inscritas no CMAS, o que foi analisado como uma situação muito estranha, muito difícil, porque praticamente nenhuma dessas associações atuava, de fato, com a política de assistência social. O município tinha um impasse para resolver e o Conselho chegou a um consenso para poder orientar essas entidades. Decidiu levar uma orientação sobre o que é a política de assistência social, qual é o papel das associações, uma vez inscritas no Conselho, para que elas pudessem, de fato, ser consideradas entidades de assistência social. Em 2015, iniciou-se um processo de realização de oficinas. O município tinha sido dividido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável em núcleos e as orientações foram levadas a todas as entidades, através desses núcleos. Cada núcleo tem em média de oito a 14 associações e todas elas receberam orientações com relação ao preenchimento do plano de ação, planejamento das ações que as entidades iriam realizar, inclusive, com relação à articulação com a rede pública do SUAS. Foram orientadas sobre a necessidade da parceria, da articulação para realização de um trabalho efetivo, um trabalho de qualidade que, realmente, atendesse às necessidades dos usuários. A partir daí foi possível fazer uma audiência pública com as entidades para apresentar para a sociedade quais são as entidades que, de fato, executam os serviços de assistência social. Os impactos foram muito positivos, mas ainda existe a necessidade de ampliar esse trabalho de imprimir continuidade às ações iniciadas.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Na categoria 3, conselhos de assistência social de municípios de médio porte, concorrem os CMAS de Caçador, Santa Catarina e Serra Talhada, Pernambuco. Vamos aos vídeos.



**Sra. MARIZETE FÁTIMA - Presidente do CMAS de Caçador** - A expositora, após se apresentar como representante da Sociedade Civil e Presidente do Conselho Municipal fez as considerações a seguir apresentadas. A Constituição Federal de 1988 trata da ordem social e prevê as políticas de assistência social. As definições constitucionais são regulamentadas pela LOAS e a NOB/SUAS legitima os conselhos municipais responsabilizando-os no sentido de promoverem a fiscalização do Fundo de Assistência. Assim, a Comissão de Finanças, composta de forma paritária, adota efetivo procedimento e análise da prestação de contas do município, visando o aperfeiçoamento das contas públicas e a boa gerência dos recursos, desenvolvendo métodos inovadores para o combate do desperdício e, principalmente, a fiscalização da administração financeira. No município de Caçador, antes de 2013, o controle financeiro das contas correntes de cofinanciamentos federais, estaduais e dos recursos próprios, era feito pela contabilidade do município, sem a participação efetiva do Conselho. Com a eleição de um novo conselho, a comissão de finanças iniciou uma prática diferente, ou seja, a fiscalização efetiva dos documentos fiscais e as contas correntes bancárias passaram a ser monitoradas pelo Conselho. Por consequência, novas demandas da fiscalização foram surgindo. Com a materialização dos objetos do plano de trabalho de cada serviço, a prática precisava ser uma ação continuada entre os conselheiros dos mandatos subsequentes de forma rápida, acessível e fácil compreensão. Atualmente, a Comissão exerce a efetiva função de fiscalizar, acompanhar, avaliar o desempenho financeiro dos recursos socioassistenciais. Assim, desenvolveram-se planilhas para facilitar o controle financeiro da gestão do SUAS, o que implica no empoderamento dos conselheiros na fiscalização e no Controle Social de forma eficiente e eficaz, atingindo os objetivos trazidos pela NOB/SUAS nos seus artigos 84 e 86. Com o tempo esgotado, a expositora deixou aberta a possibilidade de socializar de forma mais detalhada a experiência do seu município que pode ser replicada para os interessados.

**Sra. MARIA DO SOCORRO - CMAS Serra Talhada/Pernambuco** - A expositora saudou a todos os presentes em nome da delegação de Pernambuco e se apresentou como assistente social. Informou que o Conselho de sua cidade desenvolve importantes ações com o objetivo de fortalecer e qualificar a participação dos usuários do SUAS nos espaços de controle social por meio de incentivo à criação de Fóruns. Como fruto desse trabalho que já vem sendo realizado desde janeiro, já foi possível realizar o Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, além do Fórum dos Usuários do SUAS e o Fórum das entidades Socioassistenciais do município. A expositora finalizou deixando a seguinte mensagem: “Nesse momento que estamos vivendo, essa ação é muito importante e ela é digna de ser replicada, porque nós precisamos mesmo é da participação popular nesses espaços e com muita qualificação”.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Vamos assistir agora os vídeos da categoria 4: Conselhos de Assistência Social de Municípios de Grande Porte e Metrópole. Nessa categoria concorrem os municípios de Feira de Santana, Bahia e Maracanaú, Ceará. Os vídeos são exibidos e, em seguida acontecem as exposições.

**Sra. ÂNGELA DE OLIVEIRA - Presidente CMAS Feira de Santana/BA** - A expositora se apresentou como presidente do Conselho Municipal de Feira de Santana. Informou sobre a dificuldade inicial de selecionar o que apresentar, para não parecer que o município estava reinventado a roda, visto que o Conselho Municipal de Feira de Santana, desde 1994 existe efetivamente e que a primeira casa dos conselhos no Brasil foi criada em Feira de Santana. Então, o município resolveu apresentar um diferencial que pode ser levado para todos os municípios que estão aqui. Qual é esse diferencial? Criar um núcleo para estudar, para ter os trabalhadores, os usuários, as entidades inseridas nisso para fortalecimento de todos, diante de tantos desmandos que

estão aí. Trazer o núcleo de estudo e pesquisa da assistência social para essa Conferência, não tem o objetivo de concorrer. O Conselho já está agraciado por estar aqui. O núcleo existe desde 2008, reunindo-se todas as quintas-feiras e agregando várias entidades, várias associações com apoio das faculdades e da universidade federal, além do apoio municipal e estadual. São importantes os resultados alcançados durante todo esse percurso, nas conferências, nas plenárias ampliadas, nos fóruns. Então, o conselho hoje tem uma estruturação muito boa, é um conselho que tem as Comissões efetivas, as comissões que trabalham rigorosamente toda quinta-feira em reuniões ampliadas dessas três comissões, como essa Comissão Específica da instância de controle social. Rigorosamente, também toda segunda quinta-feira do mês, realiza-se reunião mensal que é a reunião ordinária. Na última quinta-feira do mês realiza-se uma reunião extraordinária e ainda acontece a reunião ampliada do conselho, oportunidade em que se faz as visitas itinerantes aos equipamentos. Atualmente, o Conselho está sendo provocado a fazer reuniões itinerantes nos bairros da cidade. As primeiras reuniões desse tipo foram realizadas, tendo reunido 300, 400 pessoas mobilizadas através dos CRAS e dos CREAS. A discussão com essas comunidades mostra o que elas realmente estão precisando, necessitando e qual é o nosso papel enquanto controle social. Trazemos algumas pessoas, representantes, para o nosso grupo. Então, o que é preciso fazer é a socialização do que é possível fazer em conjunto para o fortalecimento do SUAS.

**Sra. KELMA CARDOSO - Maracanaú/CE.** A expositora cumprimentou a mesa, na pessoa de Leonardo, do Rio Grande do Sul, pela dificuldade enfrentada pela sua delegação para participar da Conferência. Cumprimentou as delegações de Feira de Santana e do Ceará que estão juntas, como municípios de grande porte, apresentando suas experiências. Em seguida, se solidarizou com todos que estão trazendo as experiências dos seus municípios, o que faz de todos vencedores.

Informou que a experiência trazida pelo seu município refere-se ao exercício da Presidência Ampliada no intuito de fortalecer e defender o SUAS. O que é a Presidência Ampliada? É a presidência composta por Presidente, Vice-Presidente e Coordenadores das quatro Comissões Temáticas Permanentes que se reúnem periodicamente pelo menos uma vez ao mês, mas algumas dessas comissões se reúnem, inclusive, duas ou três vezes, dependendo da demanda e conta com o apoio da Secretaria Executiva. Antes da Reunião Ordinária do Conselho, realiza-se o levantamento do que está acontecendo em cada uma das Comissões para tentar dirimir algumas questões e já fazer uma pauta para que a reunião ordinária seja mais qualificada e atenda às várias demandas do município que é um município grande, marcado pela riqueza e pela desigualdade social. No ano passado, com todo esse cenário econômico, político e social, o município conseguiu desenvolver uma grande agenda, com várias ações, reunindo mais de 300 pessoas, trabalhadores e usuários, gestores e conselheiros num auditório, decidindo-se que as principais ações deveriam ser em defesa do SUAS. Então, participaram inicialmente 300 pessoas. Constituíram-se equipes e decidiu-se que a agenda seria bastante participativa, incluindo circo de cultura, caminhadas nas ruas, panfletagem, audiência, movimento nos fóruns. As ruas de Maracanaú foram preenchidas com o grito de fora Temer. No município, há o entendimento de que o Controle Social é meio, ele é meio para avançar na participação social. A expositora encerrou sua participação lembrando Frei Betto, quando ele pediu para guardar o pessimismo e ser solidário. Então, ser solidário a todos os colegas que estão aqui presentes, inclusive, ao CNAS pela dificuldade que teve também na organização desse prêmio. Agradece ao estado do Ceará que está aqui presente e finaliza com a frase “Juntos somos mais fortes”.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Veremos agora os vídeos da última categoria. A categoria 5, Conselhos Estaduais e do Distrito Federal. Apre-

sentam-se, em seguida, os vídeos do Conselho de Assistência Social do DF e do Rio Grande do Sul.

**Sra. DÉBORA - CAS/DF** - A expositora cumprimenta a todos e apresenta a senhora Deise que, na ocasião, também estava representando o CAS/DF. Refere-se ao título do trabalho em apresentação: “Orçamento e finanças: como entender para melhor empreender”. Lembra que orçamento é sempre um assunto tabu, a famosa caixa preta, mas sem dinheiro, não se faz nada. Então, ter um orçamento bem distribuído das políticas públicas é fundamental, principalmente, quando se vive um período de contenção de despesas. Assim, é preciso conhecer para poder investir nas ações prioritárias para aqueles que estão na ponta do SUAS. A proposta em apresentação, segundo a expositora, acabou por quebrar paradigmas, pois, a parceria com o órgão gestor possibilitou uma nova forma de apresentação dos dados orçamentários e financeiros. Como vocês viram no vídeo, aquele QDD, era uma sopinha de letras e números, ninguém entendia nada, o sistema de acompanhamento governamental também não era entendido. Então, veio a proposta. Na época ainda havia um problema a ser enfrentado. “Quando nós entramos no CAS/DF, em 2009, ninguém queria ir para a Comissão de Orçamento e Finanças”. Havia uma série de processos atrasados, um acórdão do TCU para responder, uma baixa execução do fundo. Então, quando se falava em dinheiro, todo mundo fugia. O Conselho entrou em entendimento com o órgão gestor e solicitou capacitação. Foi elaborada uma cartilha e, em seguida, a apresentação do conteúdo em gráficos de fácil visualização. Tudo colorido, permitindo entender os números e o que eles representavam. Além disso, também foi apresentada, de forma lúdica, uma série histórica que era utilizada como um brinquedo. Assim tornou-se possível conhecer o movimento do ano em vigor e de anos anteriores. Quando se falava especificamente da proposta da Lei Orçamentária, o Conselho pedia isso em três anos e era possível, brincando, saber o que

era o antes, o durante e o depois. Tornou-se possível visualizar aquele programa de trabalho numa série histórica e no vídeo aparece bem as carinhas. O Conselho se inspirou no sinal de trânsito e, conforme o momento, determinado programa de trabalho, na execução orçamentária, utilizava-se o vermelho, que era sinal de alerta, não estava bom e o Conselho tinha que ficar atento. O sinal amarelo era um alerta e o verde sinalizava que estava tudo certo. É possível acreditar que foi aprimorar o Controle Social, a função primordial dentro do Conselho. Os conselheiros se apropriaram de ferramentas importantes para o seu trabalho e, ainda hoje, mesmo tendo dificuldades com a mudança de gestão, esse modelo de análise do orçamento continua sendo utilizado. Ainda é possível colocar a Comissão de Política junto com a Comissão de Finanças para fazer a parte qualitativa das análises e também foi possível alterar a forma de apresentação desses dados ao órgão gestor. Para finalizar, pode-se afirmar, com convicção, que esse modelo pode ser reaplicado em qualquer conselho.

**Sr. LÉO MONTEIRO - Presidente do CEAS/RS** - O expositor cumprimentou os presentes e faz uma saudação especial a todos os que estavam participando do Prêmio Mérito do CNAS. Referiu-se à sua situação como sendo a primeira vez em que um usuário ocupa a Presidência de um Conselho Estadual. Informou que o que iria falar não é fruto de conhecimento técnico, não é de conhecimento acadêmico, mas é o que angariou, o que acumulou ao longo da vida e que, sendo uma pessoa com deficiência e pobre, sempre optou por mostrar protagonismo e não mostrar vitimização. O expositor questionou o fato de não ter sido apresentado o vídeo que representava a experiência do seu grupo e que, inclusive, o vídeo que foi apresentado tinha partes de atividades do Governo em um outro projeto, apresentando o evento em que o Governador apareceu junto com a Secretária que sonou a possibilidade de todos os delegados virem aqui. Esse espaço foi utilizado em detrimento do vídeo encaminhado para a Con-

ferência. Apesar disso, o expositor afirmou ser importante participar da Conferência como uma forma de fortalecer o SUAS e participar do concurso foi uma oportunidade de mostrar para o Brasil essa organização que o Rio Grande do Sul teve para promover as pessoas, para levar lá nos longínquos municípios do interior do estado o conhecimento e a capacidade de se efetivar o controle social. O Rio Grande do Sul é composto de 497 municípios, quase 80% são de pequeno porte. Então, há uma necessidade muito grande de informação com a mudança de algumas leis. Isso cria dificuldades para as pessoas nos municípios e para os conselhos municipais. Com essa preocupação, o Conselho preparou um evento chamado de ciclo de debate, tendo como lema descentralizar para fazer o Controle Social do SUAS, efetivar o Controle Social do SUAS. É um evento que acontece nos municípios polo, nas regiões do Rio Grande do Sul, de acordo com a territorialidade. É um ciclo de debates que acontece de dois em dois anos, desde 2014. Então, em 2016, aconteceu o segundo e o terceiro deverá acontecer agora em 2018. As informações desses ciclos de debates são todas compiladas e se reverterem em informação para os municípios, com a certeza, plena de que só o conhecimento tornará efetivo o controle social. Só o conhecimento fará com que sejam ultrapassados esses momentos de perda, de retrocesso, propiciados pelos Governos que se instalam. O Conselho considera que o trabalho desenvolvido e apresentado, além de levar o conhecimento, fortalece o processo de controle social, local e contribui para que o direito adquirido seja, de fato, direito garantido. Concluída a fala, o expositor fez seguinte comentário: “Parece que agora nós teremos a oportunidade de ver o nosso vídeo que foi preparado com tanto carinho”. Realizou-se a exibição do vídeo do Rio Grande do Sul, após o que, o expositor fez um novo comentário “Embora tenha sido pela metade, mas já melhorou um pouco”.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Neste momento, então, serão contabilizadas as pontuações e, em seguida, informaremos os vencedores do Prêmio Mérito CNAS 2017. Enquanto isso, vamos ouvir uma palavra do senhor Fábio Bruni, Presidente do CNAS e da senhora Rosângela Santos, Vice-Presidente do CNAS.

**Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI - Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS** - Eu quero primeiro agradecer a presença dos 10 conselhos e compartilhar um pouco com essa plenária como foi que o CNAS pensou esse prêmio esse ano. Essa é a terceira edição desse prêmio. Nas outras duas edições, havia uma formatação da premiação bastante diferenciada. Na primeira edição, o Conselho mesmo apontou quem eram os ganhadores e, na segunda, foram considerados apenas os dados do Censo para a premiação. O que se pretende, nessa edição, é ter, de fato, a possibilidade de trazer boas práticas e, para isso, foi necessário mudar a maneira de funcionamento desse prêmio. Foi um prêmio com edital, destinado exclusivamente aos Conselhos. É um Prêmio Mérito CNAS, restrito aos conselhos de assistência social, entendendo-se que é um prêmio do Conselho Nacional, da Conferência Nacional para os Conselhos Municipais e Estaduais. Nas outras edições houve a participação e premiação de entidades, de Fóruns. Dessa vez, por ser um prêmio do Conselho, decidiu-se destacar os conselhos como a grande instância de controle social. A partir daí o CNAS decidiu que os ID Conselhos de 4 e 5 seriam aqueles que estariam habilitados a concorrer, o que possibilitou a apresentação de uma centena de propostas. Constituiu-se uma Comissão Avaliadora que fez uma avaliação cega de todas as inscrições, ou seja, a Secretaria Executiva retirou a identificação dos trabalhos e, a partir disso, foram atribuídas notas, quatro conselheiros deram as notas. Posteriormente, foram feitas visitas in loco a essas iniciativas. Todos os conselhos que estão aqui foram visitados por conselheiros, pelo pessoal da Secretaria Executiva e



também mandaram os vídeos que estão compartilhados. Então, só para dizer para vocês da nossa felicidade e gratidão pelos conselhos que participaram. Entendo que, independente de ganhar ou não, todos saímos daqui vitoriosos de ter a possibilidade do compartilhamento e de ter vocês aqui como representantes do Prêmio Mérito CNAS. Muito obrigado, vou passar para a Rosângela.

**Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS - Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social - FNUSUAS/PA -**

Que bom ver os lutadores do SUAS ainda aqui nesse momento tão especial para nós que é, de fato, premiar quem faz o Controle Social da Política de Assistência Social. Eu pude visitar, fui ao Conselho do Piauí, estive lá em Caçador. Foram experiências fantásticas. Eu teria muita dificuldade de escolher uma, porque para mim, todas são grandiosas. Eu penso que, independentemente de quem vai ganhar ou perder, não tem um perdedor. Acho não, afirmo, com certeza, todos já são vencedores, porque se inscreveram, estão entre os 10 de mais de cinco mil municípios desse país e a gente pôde ver de perto, o CNAS e a Secretaria Executiva, o quanto que vocês têm feito controle social com afinco, de fato, com a responsabilidade que a gente está falando aqui nessa conferência que é do controle social e da Política de Assistência Social. Então, estão todos de parabéns, nada mais que eu possa falar aqui vai traduzir o que é emoção, eu teria dificuldade de escolher um, mas parabéns a todos. Deixa eu falar com vocês outra coisa. Todos os vídeos, com todas as experiências, vão estar no estande do CNAS, onde será possível assistir, compartilhar e trocar informações. Só passar lá que vão estar os vídeos e tudo isso. Parabéns, é assim que se faz controle social da política de assistência. Nenhum direito a menos. Viva o SUAS!

### 5.3.1 Abertura Solene

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Senhoras e senhores, bom dia.

O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, agradece ao Itaú Social e à Caixa Econômica Federal, patrocinadores da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Pedimos a atenção de todos para assistirmos ao vídeo da Caixa Econômica Federal, patrocinadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social... (exibição do vídeo promocional). Convidamos para compor a mesa de abertura: A Secretária Nacional de Assistência Social, Maria do Carmo Brant; o Senhor Presidente do CNAS, Fábio Bruni; a senhora Vice-Presidente do CNAS, Rosângela Santos; o Representante do segmento de usuários da assistência social, Samuel Rodrigues; o Representante do segmento de entidades da assistência social, Carlos Nambu; a Representante do segmento de trabalhadores do SUAS, Célia Zenaide da Silva. Registramos a presença na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social da Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS, Vanda Anselmo Braga e do Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Estado da Assistência Social, FONSEAS, Josbertini Clementino. E para dar segmento ouviremos o senhor Presidente do CNAS, Fábio Moassab Bruni.

**Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS** – Bom dia. Eu quero, espero que nos tenhamos hoje um segundo dia bem produtivo de trabalho, eu quero dizer para vocês que ontem nos tivemos um atraso, mas que hoje reprogramamos e eu quero, de imediato, marcar um pouco do que vai ser o dia de hoje. Nós começamos, então, com essa mesa de abertura, uma mesa mais rápida até em função do nosso horário, seguimos com a premiação do Prêmio Mérito CNAS, e após as mesas de Balanço da Sociedade Civil que é aquela mesa das estratégias coletivas e a do Balanço do Plano Decenal. A programação da tarde será tal como se encontra na programação que foi entregue na bolsa de vocês. Feito

esse esclarecimento, eu quero dizer da nossa satisfação como Conselho Nacional em receber essa delegação toda, são mais de dois mil participantes na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Eu acho que nós conseguimos, esse ano, fazer um processo bastante diferenciado de orientação aos municípios, de orientação aos estados, de aproximação com as relatorias estaduais e esperamos que esse processo de participação qualificada se reflita nas deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Então, conto com o apoio de todos vocês que estão participando dessas discussões. Vamos juntos construir um SUAS mais acessível como rege o Plano Decenal. Eu declaro aberta a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Ouviremos agora a senhora Vice-Presidente do CNAS, Rosângela Santos.

**Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA** – Cadê os usuários da Política de Assistência Social deste País? Usuários? Presente. Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas na nossa Conferência Nacional de Assistência Social. Só isso por agora.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Com a palavra agora o representante do segmento de Usuários da Assistência Social, Samuel Rodrigues.

**Sr. SAMUEL RODRIGUES – Representante do Fórum Nacional da População de Rua** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Presidente. Bom dia Vice-Presidente. Bom dia, Secretária. Bom dia senhores delegados, conferencistas, enfim. Quero ser bem breve aproveitando a fala do Presidente que abre essa conferência e também dizer sejam bem-vindos à 11ª Conferência, sejam bem-vindos a esse espaço democrático por mim e acredito que pelos senhores considerado de grande

importância e de grande relevância. Eu queria, em nome da Rosângela que está aqui do meu lado, é a Vice-Presidente desse Conselho Nacional cumprimentar todos os usuários do Fórum Nacional, quero em nome da Conselheira Carmen da ONEDEF cumprimentar todos os usuários com deficiência, em nome da Tatiana, também Conselheira Nacional cumprimentar toda a comunidade e todos os movimentos, todos os segmentos Trans, da Elisa Costa, todos os povos de comunidades tradicionais, enfim, sejam também bem-vindos e recebidos nesse espaço. Em nome da Conselheira Maria José todos os usuários de CRAS, de CREAS espalhados por esse País. Cumprimentar a população de rua mais uma vez presente na Conferência marcando seu espaço. Sejam também bem-vindos companheirada, que nós possamos deixar a nossa contribuição nesse processo da conferência.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - E agora com a palavra o Representante do Segmento de Entidades de Assistência Social, Carlos Nambu.

**Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco - Salesianos** - Bom dia, Plenário. Bom dia? Sejam todos bem-vindos. Quero em nome do Presidente Fábio e da Secretária Carminha cumprimentar as autoridades da mesa e em nome de todos os nossos usuários que são o Centro do debate da nossa Conferência, cumprimentar todos os conferencistas, todos nós estamos na luta pela Política de Assistência Social. Uma salva de palmas para todos os conferencistas. O Movimento Nacional de Entidade de Assistência Social foi criado na última conferência. Na verdade, foi um avanço, um amadurecimento do segmento de entidades e ele deu continuidade a um processo de militância do Fórum Nacional de Entidade de Assistência Social. Acho que é importante a contribuição das entidades no atendimento, assessoramento, defesa de direitos e na garantia de direitos. E aqui gostaria de citar a importância do nosso trabalho conjunto na Sociedade Civil com o segmento de usuários e trabalhadores também para nessa

atuação termos uma ação mais mais efetiva de atuação nessa política, uma contribuição do nosso segmento. Queria até que ficassem de pé nossos conselheiros do segmento de entidades. Uma salva de palmas para eles. Porque quando a gente está num segmento a gente não representa a gente mesmo, a gente representa um coletivo, então, acho que isso é importante em todo o processo de construção e de contribuição e nós temos um grande desafio, temos o segundo plano decenal, só que nós ainda temos um orçamento deficitário para 2018, todos sabem disso, está faltando só 50,56% daquilo que o CNAS aprovou, aproximadamente, 1,1 bilhão, então, eu acho que é importante nossa luta, do segmento de entidades junto com o segmento de usuários e trabalhadores. Estamos nessa luta e estamos nessa mobilização nacional, porque não existe assistência social sem o nosso orçamento e 2018 nós temos esse grande desafio do segundo plano decenal que é a universalização do SUAS e a integralidade das políticas sociais. Uma boa conferência para todos nós.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - E agora com a palavra a representante do Segmento de Trabalhadores do SUAS, Célia Zenaide da Silva.

**Sra. CÉLIA ZENAIDE DA SILVA - Segmento de Trabalhadores do SUAS** - Bom dia a todas e a todos. Em nome da Rosângela, nossa Vice-Presidente, eu cumprimento a mesa, sou Célia Zenaide, mulher preta, trabalhadora do SUAS, Psicóloga, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia-CFP, e nessa mesa represento o Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS. Eu quero destacar que o CNAS não é só composto pelos... O segmento de trabalhadores não é só composto pelo CFP, mas também é composto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social, pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, pela FENAT, pela Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religio-

sas e Filantrópicas, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, pela União Geral dos Trabalhadores, que são os seis segmentos, as seis entidades que compõem o segmento dos trabalhadores. Nós do FNTSUAS declaramos não ao desmonte do SUAS. Fora Temer. O Fórum Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS declara que o SUAS resiste. Apesar da reforma trabalhista em curso que retira os direitos das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, inclusos as usuárias e os usuários do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, denunciemos que a Constituição está sendo rasgada e isto se demonstra pela Emenda Constitucional 95 que congela o orçamento em 20 anos e em nome do ajuste fiscal colocam as políticas da saúde, da assistência e da educação para disputarem recursos entre si, levando milhares de brasileiras e brasileiros à linha da pobreza, miséria e da fome, os deixando desassistidos. Devemos aproveitar a realização dessa conferência para demonstrar a força e a vez do Controle Social, trabalhadoras e trabalhadores unidos com usuárias e usuários na defesa e permanência do SUAS. Nos moldes construídos da Política Nacional. Desta forma, dizemos não ao corte de recursos públicos e ao desvio desses para programas que remetem às velhas práticas da filantropia e do Primeiro Damismo. No nosso entendimento, programas como Criança Feliz, Primeira Infância, são práticas pontuais e descaracterizam o SUAS. Trabalhadoras e trabalhadores do SUAS unidos na diversidade da luta, o SUAS resiste, nenhum direito a menos, SUAS por mais SUAS na garantia de direitos. Fora Temer.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Agora, com a palavra a Secretária Nacional de Assistência Social Maria do Carmo Brant.

**Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO - Secretária Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS** - Bom dia a todos. Eu quero dizer em primeiro lugar como Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, e Secretaria Nacional de Assis-

tência Social, SNAS, que é um grande orgulho nós estarmos em pleno processo e no final de uma conferência nacional de assistência social. Acho que todos nós precisamos nos orgulhar, porque houve todo um processo bastante legítimo de conferências municipais, conferências estaduais e agora com um conjunto de propostas que vieram dessas conferências, estarmos realizando a conferência nacional de assistência. Eu quero dizer para vocês, que isto é um orgulho e é alguma coisa muito cívica nossa, nós estamos aqui numa conferência de extrema importância para avaliar e fazer propostas com relação à política de assistência social e ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Acho que como fala nossa de Ministério, quero dizer especialmente a todos os segmentos que estão aqui e sobretudo aos gestores municipais que nós estamos liberando exatamente nessa semana 500 milhões que permitem a nós saldarmos muitas das parcelas que ainda não foram pagas do Sistema do SUAS. Gente, independente do Governo que está aqui, nós precisamos afirmar e dizer, o SUAS não foi desmontado, vamos parar com isso. Não há descontinuidade. Por fim, para finalizar, lembrar a todos nossos delegados que nós estamos falando aqui numa política de estado e não numa política de governo. Obrigada.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Agradecemos a todas as autoridades que compuseram a mesa. Muito obrigado. Pedimos a todos que aguardem uns instantes para darmos segmento ao nosso evento.

#### **5.4. Estratégias coletivas para a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS**

**Sra. MÁRCIA DE CARVALHO ROCHA - Coordenação Nacional do Movimento de Entidades da Assistência Social** - Bom dia! É um prazer muito grande estarmos mais uma vez aqui numa conferência. Um espaço tão importante, tão rico para nós militantes da Política de As-

sistência Social, independente do segmento que fazemos parte. Nós temos bem consciência da importância desse espaço, da importância da preservação e de continuarmos sempre acreditando na força desse espaço que é a Conferência Nacional. Nós vamos tentar dividir a nossa fala em três reflexões. Lembrando a questão da sociedade civil como fonte de poder político, muito claro na nossa Constituição Federal, na LOAS, a importância de estarmos lutando pela afirmação da sua dimensão pública, da dimensão pública da assistência social e a defesa da integralidade das ofertas da assistência social. Nós vamos tentar dividir e fazendo recorte do papel das entidades, perante essas três demandas que temos aí. Nós temos como base a rede socioassistencial privada, a rede socioassistencial privada está bem clara na política nacional de assistência social e ela é composta por equipamentos públicos e pelas entidades em cada território, ela é responsável por estar fazendo todo o trabalho de proteção para os usuários na rede em que se envolve a ação da Sociedade Civil, do Governo, ou seja, de todos os atores envolvidos na política pública de assistência social. O que se prevê na rede socioassistencial é que a política possa ser realmente, aplicada, que as ações possam ser planejadas, permanentes e continuadas. Para que isso ocorra, os atores têm que estar sempre dialogando, discutindo, pensando nas necessidades dos territórios, para que possa realmente chegar até os usuários as ações de atendimento, que, geralmente, são feitas por equipamentos tanto públicos ou privados. As ações de assessoramento que é algo novo na política de assistência, digamos que na questão da normatização, mas uma ação que a sociedade civil já desenvolve historicamente, porque no assessoramento que nós conseguimos estar repensando os territórios, atuando junto com a vigilância socioassistencial, para que possamos entender as singularidades, as dificuldades de cada território, para que possamos estar realmente pensando, planejando ações que venham a atender as necessidades do usuário, pois, são os usuários, aqueles que nós temos como principal em toda a nossa forma de atu-



ação. Nós também temos aí as ações de defesa e garantia de direitos. Essas ações são previstas para estarmos realmente empoderando, atuando com protagonismo dos usuários de comunidades e ação onde a gente está muito próxima em cima de fortalecer os usuários no seu protagonismo, nas tomadas de decisão, na forma de atuação, é importante que o Conselho Municipal se aproprie do seu papel junto à rede socioassistencial, porque, em muitos momentos, o Conselho não toma realmente o seu papel de estar fazendo controle social junto à gestão, para que a Rede Socioassistencial esteja atendendo, principalmente, as singularidades territoriais, porque nós sabemos que o Brasil é continental e nós temos diversidades muito grandes, às vezes, no mesmo estado, nós temos situações totalmente diversas de um município para o outro e temos que estar contextualizando isso e o conselho municipal tem uma importância muito grande de estar junto à gestão para estar de forma mais atuante cada vez mais atuante participando do planejamento de todas as ações de cada território, temos também as ações de habilitação e reabilitação, inclusão no mundo do trabalho, ou seja, cada rede socioassistencial deveria estar compondo, no mínimo, ações voltadas para todas essas necessidades que venham a contemplar as necessidades dos usuários. Nós trouxemos algumas informações quanto à atuação das entidades nos territórios. Para uma entidade compor a rede socioassistencial, nós temos uma resolução do CNAS, que é a Resolução nº14 de 2014, essa Resolução vem determinando quais são os critérios, quais são as situações que cada entidade que compõe a rede socioassistencial tem que cumprir. Então, ela tem que ter, no mínimo, condições físicas, técnicas, estruturais para que ela possa, realmente, estar compondo a rede e tem que assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios sejam ofertados, mas na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários. Ela tem que também estar garantindo a gratuidade à universalidade, ou seja, não se pode ter limites para que o usuário tenha acesso àquele serviço, ou seja, o limite com relação a gênero, a

raça, religião. É claro que cada entidade tem que estar dentro da sua condição estrutural para atender às demandas que o território ali requer. Então, segundo o CNEAS, o Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social, um estudo feito pela SAGI em 2013, nós temos aí um panorama da quantidade de entidades em cada região do Brasil. Vemos que a região Norte é onde tem menos a presença das entidades, então, a gente vê aí que é uma região onde a gente percebe que tem a maior vulnerabilidade de cobertura de proteção pela própria singularidade do território. As dificuldades de locomoção, as dificuldades ainda de atuação junto às diversidades culturais que existem na região Norte. Nós vemos que o transporte é um dos principais dificultadores. Nós temos municípios que não se consegue chegar se não for de barco. Então, nós precisamos repensar a forma de atuação, ver de forma diferente os territórios para que a gente possa realmente atender às necessidades dos usuários. A região do Brasil onde tem a maior concentração de entidades é a Região Sudeste, seguida pela região Nordeste. A gente reforça que a Sociedade Civil é, na verdade, a soberana e que nós sabemos que a nossa Constituição Federal dá de forma muito clara o poder do cidadão. E o papel entre todos os militantes, todos os segmentos da Sociedade Civil, da Política de Assistência Social, é cada vez mais fazer com que cada usuário, cada cidadão, cada trabalhador, ou mesmo os dirigentes de entidades percebam seu papel para que isso realmente possa se valer. Ou seja, nós temos que cada vez mais concentrar nossas atuações para que os usuários possam realmente se sentir empoderados, os trabalhadores e também as entidades para que possamos fazer valer onde estamos, o nosso território, o sentido de poder que temos, cada usuário, cada membro que compõe a Política de Assistência Social, porque a rede socioassistencial é onde tudo deve acontecer realmente, a política de assistência social deve acontecer na sua base na totalidade e as entidades vêm contribuindo desde a origem da política, antes mesmo de nós termos uma política de assistência, nós vemos que apesar de ter-

mos tido uma história ainda em cima de práticas assistencialistas, de práticas caritativas, nós percebemos que temos um trabalho grande, principalmente, o movimento nacional de entidades para se mudar esse olhar, para se mudar esse paradigma de que as entidades não entendem as singularidades e as necessidades dos usuários. Esse cenário já vem se modificando há muito tempo, as entidades hoje percebem cada vez mais o seu papel de, principalmente, controle social, nós ainda temos muita necessidade de atuarmos no atendimento, mas já queremos sim, ter condições de atuar somente no Controle Social, no assessoramento, na defesa e garantia de direitos. Para nós, será uma conquista muito grande se conseguirmos ter todo o atendimento necessário para os usuários, realmente, como algo garantido. Mas não podemos deixar de ressaltar a importância das entidades em todo esse processo e a necessidade ainda que temos da atuação das entidades. Então, o controle social é, realmente, aquilo que vem dar mais força, se nós conseguirmos realmente ter essa atuação forte na rede socioassistencial, todos os atores envolvidos no processo continuado de participação, ou seja, possibilitará aos cidadãos meios e canais para contribuição no planejamento, execução, fiscalização e controle das instituições e organizações governamentais, controle social com exercício pela sociedade para o controle das ações governamentais e participação do processo, planejamento, execução, avaliação da política pública que ainda é um grande desafio. Nós temos realmente aqueles atores que estão envolvidos de forma concreta, que estão envolvidos de forma direta em todas as ações, que eles possam participar ativamente do planejamento. Nós percebemos que, às vezes, os planejamentos dos territórios acontecem para que se tenha cumprido uma tabela, ou seja, nós temos um prazo para enviar um planejamento para os ministérios por questão de recurso e isso acontece, às vezes, de uma forma tão corrida, que não se dá tempo realmente para que os atores de cada município, de cada território possam opinar, possam participar. E é fundamental para a política de assistência, que o plane-

jamento, que um bom diagnóstico, que a ação da vigilância socioassistencial aconteça de forma eficaz na ponta, porque são essas ações que fazem com que a rede socioassistencial possa realmente estar tendo ações de proteção, respeitando todas as diversidades, as singularidades, as necessidades de cada território, porque cada território é único. Nós temos que estar levando sempre em consideração a questão da regionalização, não podemos pegar políticas, ações que são feitas para a região Sudeste e aplicar no Nordeste, aplicar no Norte e sem o planejamento, sem o diagnóstico, fica quase impossível de se ter uma atuação de uma forma mais eficaz para os nossos usuários. Meu tempo já esgotou, mas nós queríamos só aproveitar aqui, só uma informação que eu acho importante estar deixando. A estruturação e implantação do SUAS no país alcançou uma expressiva ampliação da rede socioassistencial. Em 2015, além das unidades públicas estatais, 18,5 mil entidades e organizações de assistência social estavam inscritas nos conselhos municipais de assistência social e no DF e no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, CNEAS. O contingente de trabalhadores inseridos nas entidades e organizações de assistência social que integram a rede de proteção socioassistencial contabilizava mais de 330 mil profissionais, isso do Censo SUAS de 2011. Número superior aos profissionais inseridos na gestão pública de assistência social, em torno de 72 mil em 2015. Observamos diante dos dados a importância das entidades na organização de assistência, na organização da política de assistência social. A representatividade das entidades certificadas teve investimento analisado e como resultado chegou à conclusão que em média a cada um real que a instituição filantrópica, ele retorna cerca de seis reais à população, isto é, segundo dados oficiais, isso foi uma pesquisa que foi paga pelo FONIF. O FONIF é um Fórum Nacional de Entidades, também que pagou uma empresa para se fazer um levantamento e nós termos essa informação, ou seja, segundo dados oficiais, em 2014, a previdência social brasileira arrecadou 374 bilhões e isentou o valor de 10 bilhões do

setor filantrópico no pagamento da cota patronal. Em contrapartida esse setor aportou valores tangíveis e pregados como direitos indiretos. Diretos indiretos, materiais de estrutura intangíveis, qualidade, conhecimento, desenvolvimento e devolveu de quem teoricamente tirou 10 bilhões mais do que 60 bilhões, ou seja, seis vezes mais do que realmente foi pago. Então, é informação que nós achamos importante estar deixando aqui para esse pleno. Vejo que para o segmento de entidades, um dos maiores desafios é nós termos cada vez mais o protagonismo dos usuários nos planejamentos e também que os nossos diretores tenham entendimento de políticas públicas.

**Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

**- COFFITO -** Bom dia a todos e todas! Eu gostaria de começar agradecendo à indicação, agradecendo estar representando o segmento dos trabalhadores do CNAS, agradecer ao Benedito que representa a CNTSS, a CUT, agradecer à Clátia que representa a FNATPREV, ao Josenir que representa a OAB, Cleonice que representa o GT e Leovane que representa o Conselho Federal de Psicologia e eu represento os terapeutas ocupacionais, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Uma das questões que a gente gostaria de ressaltar aqui como foi dito na mesa de abertura a gente teve o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, o nosso segmento de trabalhadores dos seis representantes, três fazem parte também do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS que é um Fórum que tem feito um trabalho importante nesse país em relação à organização dos trabalhadores e a gente convida a todos para que se aproximem do nosso Fórum, além do Fórum Nacional, nós estamos organizando no Brasil todo os FETSUAS e os Fórum Regionais também. Então, em relação à questão das estratégias coletivas, como que a gente tem pensado isso em relação aos trabalhadores? Primeiro que a gente entende que qualquer estratégia coletiva para o SUAS, para que as ações

do SUAS sejam implantadas, implementadas, que se fortaleçam, que haja uma expansão, a gente tem que ter trabalhadores preparados para o SUAS. E a gente se pergunta como estão as questões referentes a esse fortalecimento dos trabalhadores nesse Sistema de Assistência Social. Então, a gente vem discutindo a efetivação da NOB/RH, a NOB/RH não está implantada no seu contexto de forma ampla, de forma a garantir todos os direitos dos trabalhadores do SUAS, a gente quer discutir a Resolução nº17, a Resolução nº 9 e a implantação da NOB/RH de uma forma que realmente tudo que está lá contemplado esteja, realmente, efetivado para que a gente tenha trabalhadores qualificados, preparados e prontos para desempenhar todas as ações do SUAS, seja na proteção social básica, seja na proteção especial, seja na questão dos Benefícios Eventuais, em todas as ações vindas para o SUAS. A gente quer estar sempre em discussão dessas resoluções para que ela possa expandir, porque, o que a gente tem visto hoje dentro do cenário do SUAS, a gente tem visto hoje que a maioria dos programas, a maioria dos municípios trabalha com equipe mínima do SUAS. Nós temos uma Resolução nº 17 com vários trabalhadores que foram discutidos, que foram inseridos para desenvolver trabalhos dentro do SUAS e a gente continua a trabalhar com equipe mínima dentro do Sistema, a gente sabe que o financiamento não é fácil, os cortes estão sendo drásticos, mas a gente precisa trabalhar a ampliação de todos os profissionais do SUAS prestando assistência dentro desse sistema para que a gente fortaleça esse sistema. Uma questão que é fundamental para os trabalhadores, nós não vamos conseguir um trabalhador, uma classe trabalhadora do SUAS forte, comprometida com a alta rotatividade que nós temos hoje enfrentado dentro do SUAS, nós temos trabalhos extremamente precarizados. E eu queria falar de uma grande contradição do SUAS, da Política de Assistência Social, PAS, se a gente fosse se debruçar em cima da Seguridade Social é a única política que a maioria dos trabalhadores não é concursados, a saúde, a maioria é concursada e a minoria é contratado. A pre-

vidência do mesmo jeito. A assistência social é justamente o contrário, se faz concurso para trabalhador da saúde, da educação, da previdência, mas não se faz concurso para trabalhador da assistência social, isso gera uma alta rotatividade, um trabalhador que você qualifica, no outro ano ele está saindo, porque não tem mais condição de trabalhar com vínculos tão precários, então, o que se discute seriamente é concurso público nesse país, porque nós temos os trabalhadores das entidades filantrópicas religiosas que são contratados, mas, na verdade, o cenário é o mesmo para a rede SUAS pública, é incoerente, é contraditório, o profissional contratado não está só na rede filantrópica e religiosa, nas beneficentes, está simplesmente também no setor público que gera uma grande contradição e uma grande fragilidade. Então, estratégias coletivas implicam em trabalhadores contínuos, permanentes, sem concurso público isso não consegue ser atingido. Uma outra questão que é fundamental, a mesa de negociação coletiva que nós fomos contrários quando ela foi instalada ainda na gestão anterior com o nome de mesa de gestão do trabalho. A mesa era para ser chamada mesa de negociação dos mesmos moldes como existe na saúde, mas a gente recebeu o nome de mesa de gestão, resolvemos participar, porque a gente achava fundamental estarmos presentes e porque dentro dessa temática existia o item negociação e para nós trabalhadores do SUAS essa mesa é uma mesa de negociação, prioritariamente de negociação, essa mesa nacional começou a funcionar na gestão anterior e está continuando agora nessa gestão, mas ela não vai resolver o problema se ela não tiver a ramificação da mesa, multiplicação da mesa, então, onde estão as mesas estaduais de negociação do SUAS, onde estão as mesas municipais de negociação do SUAS? Quando serão instaladas? Quando nós vamos ter trabalhadores realmente com mesas democráticas criadas para que haja uma resolução dos problemas dos trabalhadores? Sem mesa de negociação instalada, não vamos conseguir estratégias fortes do SUAS também não vamos conseguir estratégias fortes do SUAS com trabalhadores preca-

rizados. Então, concurso público e mesa de negociação têm que ser instalada, está na NOB, está prevista na Legislação e a gente precisa fazer o enfrentamento dos trabalhadores, pressão, organização para que essas mesas sejam instaladas e consigam mudar os nossos cenários. Uma outra questão sobre núcleos de educação permanente, que é uma outra luta da Classe Trabalhadora, o SUAS precisa ser qualificado, os trabalhadores precisam ter constantemente qualificação, porque o SUAS é dinâmico, novas coisas chegam, existem ações inovadoras e a gente precisa ter o núcleo permanente que até hoje também não foi atendido de acordo como preconiza a NOB, então, nós estamos numa luta permanente, pressionando, exigindo instalação dos núcleos permanentes para que a gente possa ter toda a qualificação que o trabalhador merece, porque, muitas vezes, as pessoas acham que a política de assistência social que está mais perto da população, com mais vulnerabilidade, com mais carência não precisa de qualidade, pelo contrário, quanto mais se lida com vulnerabilidade social, mais complexa é a ação do trabalhador. Eu acho muito mais complexo, a gente está dentro da comunidade, vulnerável, com as diversidades, mais do que você estar dentro de um hospital, então, vamos entender que complexidade é estar sim dentro da situação de vulnerabilidade, com a população, atuando com a população, então, precisamos ter qualificação permanente. Uma outra questão que é importante é organizar os trabalhadores para que eles assumam o papel dentro do controle social, eu não trouxe o dado, porque a gente teve que cortar muitos slides, mas é muito preocupante quando a gente teve dentro do CNAS apresentação dos departamentos mostrando que 44% dos conselhos desse país, municipais e estaduais não têm a sua representação do segmento dos trabalhadores completa. Isso é grave, nós temos conselhos municipais com vagas ociosas sobrando de trabalhadores nos municípios e nos estados, então, a gente tem que decidir e ter estratégias de fortalecimento dessa representação para que a gente tenha trabalhadores em todas as instâncias do con-



trole social participando, intervindo, propondo e muitas vezes denunciando quando as ações não são feitas a contento e quando os trabalhadores estiverem em situação de precarização, mas para isso, a gente precisa ter um fortalecimento da nossa representação e que a gente tire esse percentual que nos envergonha e nos preocupa de 45% dos municípios brasileiros, dos conselhos brasileiros de assistência social sem representação completa do segmento dos trabalhadores e isso é uma questão que o Fórum Nacional dos Trabalhadores pautou e vem discutindo para que a gente possa reverter esse cenário de grande preocupação. A participação nos movimentos sociais a gente precisa estar participando de todos os movimentos sociais, sejam movimentos setoriais, sejam os movimentos que surgem de acordo com as adversidades que a gente enfrenta, então, hoje, a gente tem um grande desafio que é enfrentar essas reformas desestruturantes que estão sendo propostas, a reforma trabalhista está aí posta com grande número de trabalhadores sendo demitidos, todos nós sabíamos que isso ia acontecer e a gente tem denúncias de vários estados, vários municípios onde após a implantação da reforma trabalhista, vários trabalhadores começaram a ser demitidos para serem contratados, por outras vias que não são a via de concurso público nem a via do contrato oficial por terceirizações e por outras questões, então, a gente tem hoje um grande enfrentamento que é contra a reforma trabalhista que veio atingir muito o mundo do trabalho e trazer as relações escravocratas do trabalho de volta ao Brasil, é uma reforma que não veio a estruturar, pelo contrário, veio desestruturar todo mundo do trabalho e nós do Fórum Nacional dos Trabalhadores como dos outros segmentos, as outras representações dos trabalhadores das SUAS é que estamos enfrentando e se posicionando contrários à reforma trabalhista e da mesma forma a reforma da previdência. Então, a nossa posição é contra essas reformas desestruturantes, reforma da previdência não pode ser compatível com o SUAS, ou SUAS ou reforma previdenciária. A reforma previdenciária atinge de feio, de pronto,

o SUAS, é uma reforma que vai ampliar e muito o número de usuários que precisam da assistência social nesse Brasil, nós não podemos aceitar uma reforma da previdência da forma como ela está apontada. A terceirização como já falei, a reforma da previdência são posições que os trabalhadores têm em contrário, porque é a volta do século passado, do vínculo de escravocrata do trabalhador, perda de direitos sociais totais do trabalhador, 15 minutos hoje é suficiente para um trabalhador almoçar, eu queria saber se é suficiente para a família das pessoas que aprovaram essa reforma trabalhista almoçarem. Contra a PEC da fome que congelou investimentos na saúde, na educação, na assistência social e na previdência, quer dizer, nós vamos ter uma população crescente e o investimento não cresce junto. Se a gente tem um quarto em que botamos duas pessoas e no futuro vamos botar 100, eu quero ver como se vai viver dentro desse quarto com 100 pessoas quando cabiam duas. E é isso que vai acontecer. Até em um evento perguntei se avisaram ao mosquito da dengue que ele não pode crescer, porque demandas na saúde, demandas na assistência social, famílias não vão mais precisar do Bolsa Família? Parou? Não vamos ter novas famílias precisando? O BPC, não vamos ter novas pessoas com deficiência, idosos precisando? Congelou tudo? Então, tem que congelar os problemas, manda congelar os problemas. Uma outra questão que as pessoas que me conhecem nesse CNAS, é absurda a volta retrograda, machista do primeiro damismo no SUAS. É absurdo. Não existe lugar para Marcela Temer dentro do SUAS, minha gente, não existe, nós não podemos conviver com o Primeiro Damismo, eu gostaria de perguntar como se chamam os maridos das Prefeitas, das Governadoras, de uma Presidente da República, não se dá um papel de Primeiro Damo, porque para a gente mulher, que lutamos tanto por um outro papel da mulher na sociedade, a gente tem que voltar a esse papel machista de primeira dama? E não é, não tem nos genes da primeira dama a formação para SUAS, minha gente. Então, é incompatível, sou a primeira dama, tenho uma formação de engenei-

ra e vou para o SUAS? Por quê? Porque a caridade é a cara da primeira dama, foi imposta a isso nessa sociedade, então, querem trazer todos esses contraditórios de um avanço de uma política que se estabeleceu, que cresceu, que é uma política de compromisso, então, a gente tem que se colocar contra o primeiro damismo e contra todos os programas que não sejam inseridos dentro da tipificação do SUAS. E principalmente uma luta que não foi dos trabalhadores, não foi dos usuários, mas foi uma luta de todos nós e a gente tem que dizer isso bem claramente, o CNAS como um todo, gestores, trabalhadores, entidades e usuários, nós unidos enfrentamos e estamos enfrentando esse corte absurdo de orçamento no SUAS então, todos nós no CNAS estamos unidos nesse enfrentamento. Nós não aceitamos um corte orçamentário que congela, destrói e simplesmente encerra o SUAS nesse país. Então, é contra tudo isso que nós trabalhadores estamos lutando e a gente espera que com essas ações a gente possa, sim, discutir estratégias coletivas, porque trabalhador só pode estar participando de estratégias coletivas se ele tiver respeitado seus direitos e ele tiver condição de trabalho dentro de um sistema que muda e reduz a desigualdade social nesse país. É um sistema que precisa ser respeitado e é um sistema que tem que ter luta para que a gente possa e por isso, vamos aqui fazer denúncias, vamos aqui fazer movimentações legítimas e democráticas como as que a gente assistiu ontem, mas vamos garantir que essa conferência se conclua para que a gente possa ter um instrumento de luta, mais um de luta para enfrentar todos os desmontes das políticas públicas nesse país.

**Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS - Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social - FNUSUAS/PA** - Bom dia a todos e a todas! Estou muito emocionada de estar hoje aqui nessa conferência, porque por mais da história do SUAS, é a primeira vez que a gente tem uma usuária sentada numa cadeira do CNAS. Isso, para mim, remete que, de

fato, o SUAS existe sim, porque eu estou aqui. Assim como o Léo está lá no Rio Grande do Sul, como a Fátima está no Conselho Municipal do Rio Grande do Sul, como a gente tem também em Belo Horizonte, em vários lugares desse país. Então, está na hora dos usuários se moverem, se encantarem pela política e cada vez mais a gente poder estar juntos e se fortalecendo nessa luta. Mas eu gostaria de cumprimentar os meus colegas conselheiros nacionais, a conselheira Elisa Costa e eu nome dela eu gostaria de saudar todos os povos e comunidades tradicionais que se encontram na conferência Nacional de Assistência Social, em nome da Conselheira Maria José gostaria de cumprimentar todos os coordenadores de Fóruns, do Fórum Nacional de Usuários do SUAS que se encontram aqui nesse plenário hoje participando da conferência nacional. Em nome do Conselheiro Carlos Nambu. Vou voltar para cá. Em nome da Conselheira Carmen Fogaça, usuária da política de assistência social e representante do movimento de pessoas com deficiência, gostaria de saudar toda a confiança que foi a mim disponibilizada por esses colegas conselheiros para estar na mesa. Gostaria também de saudar a população em situação de rua, em nome do Conselho Samuel Rodrigues, gostaria de saudar pessoas em situação de rua nesse país que ainda tem, e muito. Gostaria de saudar a conselheira Tatiane Aquino também, que aqui, em nome da Tatiane Aquino, gostaria de saudar toda a diversidade LGBTI que se encontra junto conosco nessa conferência trazendo a fala da diversidade nela, hoje, colocada. Se for para a gente começar a falar da Política de Assistência Social, a gente vai começar, eu gostaria de falar, não poderia perder esse momento que é o único momento que vou ter de fala na Conferência para trazer o olhar do usuário que, de fato, está dentro da política, dentro do equipamento, dentro dos programas e projetos da Política de Assistência Social. Tem uma questão que a Márcia traz que para nós é de suma relevância, que precisa a assistência social avançar muito. Uma é a questão do fator Amazônico que para nós a Amazônia, eu sou Amazônia, sou do Pará e para nós a questão do fator

Amazônico significa tão desigual, nós não queremos ser tratados de forma desigual, mas a gente quer que o recurso da política de assistência seja tratado de forma que chegue a todos os povos da Amazônia. Outra questão é a questão do semi-areado, precisa ser tratada de forma diferenciada e não desigual também, porque o recurso não pode ser o mesmo de forma igual para esse país, porque esse país não é igual na sua geografia. É preciso que a gente avance nesse contexto realmente de poder estar dialogando com a estratégia de fortalecimento da garantia de direitos no fortalecimento do SUAS. Uma outra questão que eu trago, bastante pertinente, é que hoje não há luta a luta precisa ter uma sinergia entre os segmentos que compõem a Política de Assistência Social e dentro dela estão as entidades, estão os trabalhadores da Política de Assistência e nós usuários cada vez mais protagonistas da nossa história, chega que alguém fale por nós, a gente costuma dizer que nada para nós sem nós, nada para nós sem nós. Quero ouvir os delegados. Nada para nós sem nós e isso a gente não vai admitir, se historicamente aconteceu de termos trabalhador, porque já aconteceu sim, ainda acontece, trabalhador que ainda se acha no direito de falar em nome de usuário e eu estive em várias conferências desse país e pude constatar isso, que ainda existe, não é no seu todo, mas ainda existe sim e aqui nós temos vários usuários e eu sou testemunha, porque sou usuária de um CRAS, eu visito um CREAS, eu visito um Centro POP, então, eu sei como a coisa funciona, nós temos muitos trabalhadores que são comprometidos sim e para mim, não há estratégia melhor nesse momento que não seja a estratégia do empoderamento do usuário da política de assistência social. É preciso que o usuário compreenda e se compreenda dentro da Política de Assistência Social. Nós não queremos mais ninguém falando por nós, nós temos voz, a gente fala, a gente pensa e nós queremos contribuir cada vez mais para que essa política se fortaleça, para que o sistema de assistência social esteja cada vez mais fortalecido. Uma outra questão que eu trago para nós, para nossa reflexão é a questão de a gente

precisa envolver todos. Eu, se chegar num CRAS, digo a vocês, porque já estive, se eu chegar do jeito que estou aqui, eu sou muito bem recebida e as pessoas acham que sou assistente social, que sou psicóloga ou que sou educadora social e eles jamais vão imaginar que eu possa ser uma usuária da política de assistência social. Gostaria de trazer para a nossa reflexão que qualquer um que está aqui hoje nesse espaço pode vir a precisar dessa política e essa política precisa atender, não é olhar a cara, a roupa, se a unha está pintada, se o cabelo está penteado ou não para atender. A gente precisa dialogar com a garantia de direitos, isso não é favor, não, gente, usuário precisa compreender que a Política de Assistência Social não é um favor de nenhum governo, de nenhuma gestão, direito adquirido, direito garantido é direito adquirido, ou o contrário? A gente precisa trazer um olhar para os povos e comunidades tradicionais desse país. Temos aqui muito poucos, posso perguntar e contar no dedo. Quantos indígenas têm aqui? Dois. Porque eu sou filha do povo xavante, sou da etnia xavante, minha mãe e minha vó são do povo xavante, tem dois indígenas. Se eu perguntar quantos povos ciganos hoje estão nessa Conferência Nacional de Assistência Social, três. Se eu perguntar quilombola, cadê os quilombolas? A gente consegue ver uns cinco. Mas ainda somos muito poucos, muito pouco para uma conferência de assistência. E cadê os povos e comunidades de matriz africana? A gente já consegue ver um pouco mais, mas ainda a gente vê que é pouco. Cadê os ribeirinhos? É isso. Poderia seguir aqui uma série de povos e comunidades tradicionais que ainda, infelizmente, 2017, com todo o sistema que a gente tem, com toda a luta de muitos de vocês, porque quando eu cheguei, a luta já estava pronta, já tinha muita luta antes de mim e vocês que lutaram muito, aqui tem muitos, professor Edval Bernardino, Mauricéia, Ieda Castro, Solange, tantos outros, poderia citar muitos que lutaram para que um dia uma usuária pudesse sentar na cadeira do CNAS. Ser a vice-presidente desse conselho Nacional sinto-me muito honrada de estar nesse momento, num momen-

to em que a gente passa pelo desmonte da política de assistência nesse país, representar os usuários dentro do Conselho Nacional de Assistência Social. Saibam que enquanto eu estiver no Conselho Nacional, eu irei defender os direitos dos usuários da política de assistência social desse país. Não tenham dúvida disso em nenhum momento. Para concluir, tenho duas coisas ainda muito importantes a dizer. O Conselho Federal de Psicologia, junto com o Fórum Nacional de Usuários do SUAS, em 2015, a gente já havia feito uma conversa, porque a gente via o quanto que o usuário da política de assistência ainda tem que ser aquela pessoa que eu falei ainda há pouco, pessoa desarrumada, pessoa. Tem que olhar, tem que ter uma cara e nesse sentido, a gente desde 2015 está com a campanha que traz o olhar do usuário, o lançamento da campanha de combate ao preconceito ao usuário da política de assistência social. Não é para afrontar ninguém, nem trabalhador, nem entidade, ninguém, a campanha traz realmente o olhar para esse usuário da Política de Assistência Social que hoje a gente ainda é muito discriminada sim e eu digo a vocês que eu cheguei ao Conselho Nacional não foi porque precisava da assistência social, não, eu fui porque estava querendo me inscrever num programa de moradia, porque eu também não tenho casa, eu pago aluguel, sou beneficiária do programa Bolsa Família e foi assim que eu cheguei e quando eu fui lá ao CadÚnico me inscrever ninguém me falou o que era Bolsa Família, nada, peguei o número do CadÚnico e voltei para o programa de moradia e liguei para uma amiga minha, assistente social, passou uns três, quatro meses, quando eu vi, chegou à minha casa o cartão do Bolsa Família, o estigma é tão grande que eu mesmo compreendendo por muitas vezes o que é garantia de direitos, sendo agente de direitos humanos, eu não me sentia dentro dessa política de assistência social, eu não me via, não me via. E hoje estar aqui fazendo junto com o Conselho Federal de Psicologia, o lançamento dessa campanha, vocês não sabem o significado disso para mim, é uma grande honra poder estar contribuindo para que muitos usuários na Política de Assis-

tência nesse país compreendam o que é direito, compreendam o que é dever do estado e é isso que a gente quer, não tem outra forma de discutir. Para concluir, Solange a gente vai passar o vídeo da campanha rapidamente, eu gostaria de ler uma poesia que para mim representa muito as minhas andanças por esse Brasil afora no processo conferencial. Fui a tantas conferências municipais, estaduais que eu não quero falar para não perder alguma pelo caminho, porque fui a tantas, me aproximei de tanta gente, tanta história, tantas coisas e eu trago essa poesia que, para mim, retrata essa minha caminhada por esse país, então, saibam vocês que até junho do ano que vem, eu estarei no CNAS na luta e na resistência, na garantia de direitos do fortalecimento do SUAS não tenham dúvida disso. Não tenham dúvida. Solange está sendo boazinha, por que... A Solange está sendo muito legal, sabe por quê? Essa conferência é para nós usuários da Política de Assistência, sem nós essa política não existe e é a hora de nós usuários nessa Conferência 2017, lutar e resistir. Nenhum direito a menos. Vou para a poesia finalmente. Sou feita de retalhos, pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma. Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'. Então,



é isso que tenho para dizer aos usuários da política de assistência, nenhum direito a menos, vamos ver o vídeo da campanha.

## **5.5. Apresentação dos Eixos da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social**

### **Coordenação da mesa:**

**ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO** – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

**NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO** – Representante da Capemisa Instituto de Ação Social

**MESTRE DE CERIMÔNIA** – Iniciaremos as apresentações dos quatro eixos da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. O eixo 1. A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais será apresentado pela especialista em políticas públicas em gestão governamental, Joana Mostafa. O eixo 2. Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS, pela professora Doutora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, Eleonora Cunha. O eixo 3. Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda como garantia de direitos socioassistenciais será apresentado pela especialista em políticas públicas, em gestão governamental, Letícia Bartholo. E o eixo 4, a legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais pelo Presidente do Conselho Estadual do Mato Grosso e ex-presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS, José Rodrigues.

## · Eixo I. A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais

### **Palestrante: Joana Mostafa**

Coube a mim uma fala um pouco mais conceitual, até porque o eixo 1 é mais conceitual e ele fala mais da proteção não contributiva e o quanto ela é importante para promover a equidade no nosso país. Eu não quero chover no molhado dos videozinhos que a gente fez para a conferência e que eu acho que foram bem instrutivos, então eu vou fazer uma reflexão trazendo elementos que casam muito com a necessidade de uma reflexão mais ampla, para além do SUAS, mas que dá apoio ao SUAS, bem como a todas as outras políticas de proteção social como o SUS e a previdência. Então, me desculpem se eu for um pouco filosófica, mas acho que o momento é filosófico, temos que voltar às bases do pensamento. Antes de tudo quero dizer um postulado, nós aqui e no mundo distribuimos condições de vida de forma desigual entre nós. Acho que disso ninguém discorda, uns mais desiguais, outros menos desiguais, uns países distribuem de forma mais desigual, outros menos desigual. Isso implica que as nossas vidas precisam de condições de vida, ela não acontece só, ela não acontece por um clique, ela precisa ser sustentada, a vida precisa ser protegida. É nesse âmbito que eu quero colocar a proteção social, alargar um pouco o olhar e, ao precisar ser protegida, ela precisa do outro, ela precisa de um reconhecimento social, de que aquela vida é importante. Eu vou perguntar para vocês: A gente realmente acha que toda vida é importante? A gente não distribui de forma diferente o reconhecimento de que uma vida é uma vida que merece ser enlutada, chorada, que merece ter aqui um minuto de silêncio como a gente fez aqui agora? Vocês sabem que o Brasil é o campeão de homicídios no mundo, nós ocupamos o primeiro lugar de homicídios. Eu quero, então, traçar um quadro profundo de onde se inscreve a questão da proteção social. A nossa existência é fundamentalmente precária. A gente não consegue simplesmente existir sozinho, a gente precisa

do outro. A gente precisa do reconhecimento social de que a nossa vida vale a pena ser vivida e protegida. E claro, ter um pouco mais de dinheiro, mais riqueza e etc. ajuda a gente a viver melhor, mas não acaba totalmente com a precariedade da nossa vida, afinal, uma pessoa rica também pode de uma hora para outra morrer ou precisar do SUS, porque a oferta privada não tem tudo como vocês sabem. Mais condições de vida aumentam a chance de você se proteger dessa precariedade. Então surgem os arranjos de proteção social no mundo e nos aglutinamos em discursos e arranjos mais ou menos justos de proteção social, de distribuição de condições de vida a partir desse reconhecimento de que uma vida é “enlutável”, uma vida merece ser vivida. Na modernidade do nosso tempo histórico, isso tomou a forma de proteção civil e proteção social e vem a coisa toda do Estado de bem-estar social, que nós todos falamos e estudamos, no Brasil é organizado em torno da seguridade social, saúde, previdência e assistência social. Eu quero sugerir que do lado conservador - e são esses os elementos que eu quero dar, é o centro da minha fala - há dois mecanismos nefastos que operam a validação de uma dada distribuição desigual de condições de vida, quais são esses mecanismos? Primeiro, o fantasma do outro que irá nos destruir. Eu sei que estou sendo bem doidona, filosófica, mas vamos lá. Então, é o fantasma do outro. “Ou ele, ou eu”, esse tipo de discurso que está se acirrando cada vez mais, ou o bandido, ou o cidadão de bem, ou nós civilizados, ou eles selvagens e irracionais, esse é um discurso secular que nos atravessa e que hoje volta com força, entre nós. O exemplo mais contundente disso é o racismo no Brasil. O fantasma do outro que quer nos destruir tem cor, são as vidas negras, vidas menos passíveis de luto, justificando a violência de Estado. Nós temos a maior contagem de homicídios no mundo. Desde a colônia, o negro e seu corpo são retratados para nós como o selvagem, o irracional, o dotado de desejos sem limites e é essa a transfiguração da questão racial hoje é que o negro é o bandido, é a pessoa em situação de rua, é o viciado em craque, então, do

racismo decorre um profundo despreço pelas vidas negras determinando menores condições de vida para essa população, está vendo como estou olhando, estou tentando alargar um pouco esse olhar. Pensar o racismo no âmbito do SUAS e de suas políticas é absolutamente crucial e outras discriminações, eu aqui só peguei uma que eu acho que é bastante sintomática, mas como o é a discriminação de gênero, a sexual. Então, o primeiro mecanismo é “ou eles ou eu”, vamos ter que fazer uma escolha? Eu acredito que não, estamos todos no mesmo barco e precisamos alargar esse tipo de entendimento.

O fantasma da escassez é o segundo mecanismo. É aquela coisa da falta estrutural. Não tem alimento para todo mundo, não tem terra para todo mundo, não tem orçamento para todo mundo, não tem gente suficiente, não tem pessoas ativas o suficiente para dar conta desses velhos. É o discurso desses binarismos antagônicos. Desde muito cedo isso é incutido em nós. Isto ou aquilo, a gente já fala para a criança: “ou você pode isso ou você pode aquilo, não pode as duas coisas”, “ah, não pode fazer tudo que se quer nessa vida”. Vamos incutindo isso na gente, essa ideia da escassez e hoje o axioma-mor no mundo nosso é o seguinte, “there is no free lunch”, “não há almoço grátis”. Agora estão falando muito isso. E eu quero desarmar isso, isso é uma armadilha. Outros binarismos, por exemplo, sustentar os velhos ou sustentar as crianças, porque as crianças ainda têm futuro, os velhos não, já vão morrer. É aquela coisa, “ah, o orçamento é limitado, então, a gente tem que decidir”. Reformar agora para garantir o futuro, são essas escolhas trágicas que nos colocam como sendo os únicos termos do debate e eu acho que não, “benefícios ou serviços?” Os dois, nenhum? Não vou escolher entre um e outro, não se trata disso, equilíbrio fiscal é a ideia da escassez, do orçamento que precisa estar em equilíbrio, a lei de responsabilidade fiscal. Nós precisamos questionar isso fundamentalmente, se não, não vai ter saída, o teto de gasto, óbvio. E a frase que o Fábio falou aqui na primeira mesa, que, de fato, é o

que os economistas de plantão colocam que a “Constituição não cabe no PIB”. Eu penso que não podemos aceitar essas armadilhas, essa suposta escassez estrutural para justificar escolhas trágicas e para sairmos dessa armadilha política temos que radicalizar a crítica política. Eu quero propor uma crítica radical: Existe, sim, almoço grátis. O óbvio ululante é que a gente não observa a fartura no nosso mundo. O capitalismo, isso aqui é um discurso do Marx lá na crítica ao negócio de Gota, o programa de Gota, que é o seguinte: O capitalismo mais do que produz riqueza suficiente para todos nós, não há escassez estrutural. O PIB, nós produzimos para que esse pacto de sociedade que está na nossa constituição, caiba nele. O economista de plantão da Globo News e do IPEA de onde eu sou, vai sempre falar, nos anos 90 ele falava isso já, “essa constituição que nós fizemos aqui em 88 não vai caber no PIB”, isso já se falava, volta a se falar, no entanto, coube, que engraçado, porque nós fizemos desde 1988. Já vai fazer 30 anos de Constituição Federal e estamos construindo, está cabendo. Então quero desarmar para vocês essa história de que não tem orçamento suficiente. É uma opção política deste governo. Falta muito, claro que falta muito, mas nós construímos muita coisa, muitos países têm muito menor proteção social do que nós e muitos países tem muito maior proteção social do que nós. É uma luta política, é uma escolha nossa e que está plasmada na Constituição Federal e que nós temos que continuar lutando por ela. Então, é possível sim distribuir de maneira mais democrática, inclusiva, solidária e sim, generosa. Você vê que eles falam muito assim: “a previdência social é muito generosa, o benefício do BPC é muito generoso”, quando que ser generoso virou uma coisa horrorosa? Claro, do ponto de vista deles, do meu, não. Então, a gente não pode aceitar que coisas como essa no nosso país ainda ocorram. Vocês viram o relatório da OXFAM que foi recentemente divulgado, seis pessoas nesse país têm a renda equivalente ao que 50% dos pobres têm de renda. Então, pega desses e distribui. A barreira é política, então, eu acho que nós temos que radicalizar esse discurso e pensar

a proteção social de uma forma bem ampla. Vou terminar aqui com a frase do Marx na crítica ao programa de Gota que foi muito criticada, mas eu ainda acho que é válida: “De cada um, segundo sua capacidade. A cada um, segundo sua necessidade.” E o desafio como sempre é político, vamos à luta.

## • Eixo 2: Gestão Democrática e Controle Social: O Lugar da Sociedade Civil no SUAS

### **Palestrante: Eleonora Cunha**

Boa tarde a todos e todas. É um prazer poder estar mais uma vez na Conferência Nacional, agradeço o convite do Conselho Nacional de Assistência Social. Na expectativa de contribuir com esse debate, que é absolutamente relevante nesse momento, começo lembrando que o eixo 2 talvez seja o que trata, de forma mais específica, a dimensão política da Política de Assistência Social. Esta Conferência, e todas as demais Conferências, são espaços políticos e vocês que aqui estão, atores políticos que fazem política, não podem perder a dimensão política dessa Política Nacional da Assistência Social. A Joana já nos chamou atenção para isso, as escolhas que fazemos numa Conferência, as escolhas que fazemos num conselho, são escolhas políticas, às vezes, sustentadas em argumentos técnicos, às vezes, organizadas numa intervenção técnica, mas são escolhas políticas. Isto nos lembra de que, numa democracia, escolhas políticas legítimas precisam ser feitas por pessoas que vão sofrer as consequências destas escolhas. Daí, toda nossa discussão atual de estarmos sob um governo ilegítimo cujas decisões não foram referendadas pelas nossas escolhas lá atrás, quando decidimos por um projeto de Governo, por um projeto de Estado e por um projeto de nação. As nossas escolhas feitas não estão agora refletidas nas opções políticas que esse governo tem feito. Isso é absolutamente relevante! Eu estou falando hoje como cientista política, mas eu tenho um passado como assistente social que trabalho no

SUAS há 30 anos, ou melhor, na Assistência Social há 30 anos. As mudanças que a gente viu no potencial de participação política dos trabalhadores e dos usuários no SUAS nos últimos anos é algo inegável. Não é à toa que aqui temos tantos usuários falando de forma tão apropriada sobre as suas vidas, suas necessidades, seus direitos, desejos, vontades e sonhos. Isso foi uma construção! E uma construção feita a muitas e muitas mãos! Isso é democracia, ou seja, é quando a gente pode começar lá na nossa unidade de serviços, no CRAS, no CREAS, no Centro POP, um processo de discussão sobre o que é assistência, quais são os direitos que a gente tem, por que é um direito e onde alcançamos esse direito. Então, esse eixo 2 nos chama atenção obviamente para muitas conquistas que nós conseguimos alcançar ao longo desse tempo, mas também nos chama atenção para muitos desafios democráticos que ainda enfrentamos no SUAS. Quando falamos de democracia, dois princípios aparecem de forma muito importante: o princípio da igualdade e o princípio da liberdade. Ao falar de democracia, nós estamos falando no âmbito político da igualdade, da possibilidade de todas as pessoas se fazerem representar em público, de poder dizer o que pensam em público, do seu jeito, alguns com mais conhecimento e informação, mais história, trajetória, outros com menos, alguns falando mais pomposo, outros falando de uma forma muito mais afetiva, mas são as nossas formas de falar e as democracias precisam comportar tudo isso. Por isso, o SUAS ter dado tanta ênfase à produção, à criação de espaços de organização de usuários e trabalhadores, por isso termos ao longo desses últimos anos, falado tanto da importância de se constituírem fóruns e além dos fóruns específicos do SUAS, podermos participar de outros fóruns populares, onde poderemos fazer a ponte entre a nossa discussão e a discussão mais geral da sociedade. É possível imaginar que com essa reforma pela qual passamos será ainda pior. E essa reforma trabalhista, isso não vai rebater no SUAS? É óbvio que isso vai bater em todos nós! Já tivemos aqui um monte de depoimentos de pessoas de diversas regiões do

país, dizendo que já estão sentindo isso. Então, a nossa discussão, é claro que ela tem que estar voltada para as nossas questões, mas ela não pode estar descolada das lutas de toda a sociedade brasileira que busca maior igualdade e maior liberdade republicana. O que significa isso? Significa aquela liberdade que não está olhando só para mim e para o meu direito de falar o que eu penso, de fazer o que eu penso, de viver do jeito que eu gosto, das minhas escolhas individuais, mas de entender que as minhas escolhas refletem no outro. Olha o que a Joana acabou de falar... as minhas escolhas podem tanto proteger, acolher, quanto rechaçar e deixar morrer e tornar o outro o que ela chamou aqui de “enlutável”. Eu posso não tornar esse outro “enlutável”, não sofro por ele. Essa dimensão da solidariedade dentro da democracia é absolutamente relevante e nós estamos enfrentando um momento em que ela está sendo rechaçada. A nossa sociedade achasse democrática, diz-se democrática, mas não assume a responsabilidade desta solidariedade com o outro que é igual a ela. Não estou falando aqui de filantropia, de benevolência, não estou falando disso. Estou falando de entender que uma sociedade só cresce se todos crescem juntos. Falar de distribuição de renda é isso... é entender que aquele que tem muito é porque muitos trabalharam para ele ter muito. Então, ele tem por obrigação distribuir o que ele tem com aqueles que trabalharam para que ele tivesse esse muito, isso é solidariedade social, falar de previdência... Gente, sou de Belo Horizonte, estive na regional, numa regional de Belo Horizonte onde estava sendo feito o cadastramento dos idosos para o BPC, É de chorar! Tinha idoso na fila desde 4 horas da manhã... quem mora lá sabe a chuva que está dando em Belo Horizonte nos últimos dias. Fazer com que um idoso esteja às 4 horas da manhã para se cadastrar, morrendo de medo de perder o benefício, que forma de acolhida é essa? Então, acho que temos uma responsabilidade nessa Conferência, enorme! Uma primeira responsabilidade é reafirmar a democracia como um pacto da nossa sociedade em direção à promoção da igualdade de todos e uma



igualdade que passa pelas condições materiais, não é só condição política. Participar de conselho, participar de conferência tem custo. Eu, professora, tenho como bancar esse custo, meu salário me ajuda nisso. Tem um monte de usuários que não têm essa condição. Reunião de conselho 14h na quarta-feira atende muito bem aos trabalhadores governamentais e aos representantes governamentais. A senhora que vive da faxina, ou ela abre mão da faxina, ou ela abre mão de participar do Conselho. Isso são condições materiais de participação política. Nós precisamos estar atentos a essa questão. Democracias são, por natureza, incompletas. Nunca estaremos satisfeitos com o que temos, e não devemos estar, precisamos pensar em incluir mais, em produzir mais igualdade. Trabalhamos muito os aspectos de renda no SUAS, mas ainda precisamos avançar nas questões de raça, de etnia, de gênero, de orientações sexuais. Esse avanço precisamos fazer, pois isso é produzir mais igualdade. Só renda já não nos satisfaz para pensar num nível de democracia que abranja, que alcance, que inclua a todos. Outro problema: achamos que democracia não tem reversão. Tem! Nós estamos vivendo num momento de exceção democrática. Essa discussão que o José levantou aqui, sobre quem nos representa no Congresso, é importantíssima! Quantos trabalhadores vocês observam no Congresso, trabalhador como nós, que ganha salário, vive do dinheirinho suado do nosso trabalho? 60% dos congressistas são ruralistas... eles não têm sensibilidade para o que estamos discutindo aqui. Essa dimensão política das escolhas políticas é absolutamente relevante para pensarmos os próximos passos que vamos dar na área da Assistência. Eu queria finalizar dizendo que há um monte de indicadores para pensarmos o eixo 2 e as propostas que vêm para nós avaliarmos nessa Conferência. Uma primeira questão é que nós temos que pensar em possibilidades do SUAS ser um sistema mais inclusivo e mais democrático, o que significa isso? Nós já criamos espaços de participação política, conselhos, conferências, fóruns, mas nós ainda identificamos fragilidades nesses espaços. Então, temos que olhar

com cuidado os meios de fortalecimento desses espaços deliberativos que o SUAS já criou, eles estão dados. Uma outra preocupação que me parece importante: uma das seguranças que dizemos que vai se garantir no SUAS é a Segurança de Autonomia aos usuários. Autonomia não é só renda, não. Autonomia é a possibilidade de ele vir aqui, falar em público e falar com propriedade. Isso é absolutamente relevante e, para isso, gente, podemos pensar num monte de estratégias, fortalecer os fóruns, seja de usuários, seja de trabalhadores, podemos pensar em estratégias que, de verdade, produzam a igualdade na participação dessas pessoas. Por exemplo, todo mundo que vai para uma reunião sabe qual é a pauta dessa reunião? Estamos informados para participar dessa reunião, temos conhecimento para votar, para decidir, para debater o que vai estar em pauta? Há uma discussão sobre a participação dos trabalhadores no SUAS e uma colega nossa já colocou aqui toda a dificuldade daqueles que se engajam e que sofrem assédio moral, sofrem punições no trabalho, porque estão se engajando no movimento político do SUAS. Isso é impossível, não dá! Precisamos avançar nesse debate. Estar atento aos locais onde os usuários são atendidos, começar a fazer participação política lá no CRAS, lá no CREAS, no Centro POP... é onde o serviço existe, é ali que temos que começar a processo. Nós precisamos pensar nos estímulos à participação política desde onde eles estão. A articulação nossa com outros atores políticos, inclusive de outras áreas e incluindo também o Legislativo. Há atores políticos no sistema político que chamamos “formal”, que é a Câmara, o Senado e Congresso de um modo geral, assembleia legislativa, que são parceiros e usamos isso muito pouco, muito pouco. Então, acho que é importante estabelecermos estratégias de articulação com quem tem tomado decisão em nosso nome e que não está tomando as decisões que achamos que são relevantes... e estamos fazendo o que com isso? Para finalizar, eu chamaria atenção, li atentamente as deliberações que vieram dos Estados e me parece que temos quatro grandes chamamentos para decidir o que vamos

fazer com essas deliberações. Um primeiro chamamento nos diz o seguinte: é preciso compreender para agir e para garantir direitos. E este chamamento, nesse eixo 2, é tão forte que aparece mais de 15 propostas de capacitação. Esse chamamento do compreender para agir e para garantir direitos está dado para nós. Os Estados estão falando isso para nós. O segundo chamamento, que é muito importante também, está dizendo para nós o seguinte: é preciso respeitar os espaços do SUAS, para democratizar esses espaços e o próprio SUAS. Em que sentido? Há um conjunto de propostas que nos diz “precisamos fortalecer conselhos, precisamos implementar a nova composição dos conselhos que foi uma deliberação da Conferência passada, onde distribuimos 25% das vagas para os diferentes segmentos, é preciso respeitar as deliberações que os conselhos têm tomado”. Um terceiro chamamento que essas deliberações nos indicam é no sentido de que é preciso conhecer para lutar e usufruir. E o conhecer aqui é em que sentido? Nós precisamos divulgar o que é o SUAS. É preciso que a sociedade brasileira entenda quais são os direitos socioassistenciais, é preciso que quem demanda a Assistência entenda quais são os serviços, que benefícios a Assistência nos oferta e isso nos chama para um intenso processo de divulgação em linguagem acessível com acessibilidade, utilizando diferentes mídias que alcancem desde aquela pessoa que não tem letramento e não consegue ler, até meu colega da universidade, professor da faculdade de Direito, que se recusa a entender os direitos sociais da Assistência como um direito legítimo. Nós temos que falar essa linguagem que alcança a todo mundo. E o último chamamento que me saltou aos olhos é que é preciso garantir trabalhadores qualificados para que o SUAS se efetive e que os direitos socioassistenciais se efetivem. Isso passa por um processo que garanta condições de trabalho, que garanta condições de acesso ao trabalho, mas também a permanência no trabalho. Há lá toda uma discussão sobre o plano de cargos, carreiras e salários. E dignidade para que esses trabalhadores possam exercer suas atribuições na direção

da garantia dos direitos socioassistenciais. Diante de todo esse chamamento e dado o contexto que não quis entrar aqui por causa do tempo, mas diante desse contexto de adversidade econômica, política e social que nos pressiona, me parece que só nos resta, e, talvez nos reste muito, é o que adotamos em Minas Gerais como grande lema da Conferência Estadual: precisamos organizar, lutar e resistir para garantir que o SUAS avance. Obrigada!

### **· Eixo 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais**

#### **Palestrante: Letícia Bartholo de Oliveira**

Pessoal, boa tarde. Essa é a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, sejam bem-vindos.

Bem, temos que dizer qual o nosso lugar para essa fala, qual a nossa trajetória. Somos uma gestora federal, temos 15 anos de trabalho na seguridade social não contributiva. Em nível federal, ajudamos a construir o Programa Bolsa Família desde o início. Atualmente estamos no IPEA, pesquisando sobre a assistência social.

Falamos de um lado que tem uma vivência distinta da de vocês. Tudo que trouxermos aqui, primeiro, avaliem e usem o que prestar, porque cabe a cada usuário e a cada usuária analisar e falar, “olha, isso faz sentido”, ou “o que ela disse não faz sentido nenhum”. E o que não fizer sentido, mandem para o lixo, e o que fizer sentido podemos usar nos grupos. Isso vale também para cada trabalhadora e cada trabalhador.

Antes de iniciar a fala sobre o tema deste eixo eu preciso me opor a um aspecto da fala do querido José Rodrigues. Ele disse, “vamos vo-

tar em quem respeita e valoriza o SUAS independentemente do partido, não importa o partido”.

Acontece que no Brasil tem o tal de coeficiente eleitoral que, quando você vota em uma figura que você acha o máximo e ela tem “voto para caramba”, ela traz uns três ou mais deputados federais com ela, por exemplo, e que a gente não tem conhecimento. Nesse sentido, vamos votar em pessoas e também em partidos que valorizem a assistência social. O partido importa também devido a este sistema político.

O eixo três trata de seguranças socioassistenciais e acesso a direitos, aquisições, articulação serviço e benefícios. O que diz a sua ementa? A ementa fala sobre direitos e aquisições dos usuários, fala sobre a garantia de direitos como premissa para a qualificação da oferta no SUAS, fala sobre articulação, integração entre serviços, benefícios e transferências de renda para acesso e garantia de direitos, fala sobre visibilidade dos resultados da política de assistência social e dos seus impactos na vida das pessoas.

O que fala afinal? Fala de conseguirmos enfrentar desafios. Os desafios falam muito sobre meios, sobre fluxos e protocolos, do SUAS com o sistema de justiça, sobre revisão do protocolo de gestão integrada, de articulação dos serviços e benefícios.

Então, basicamente, a ementa fala de resultados, objetivos, desenho de políticas, enquanto os nossos desafios à luz do plano decenal nos falam de meios, processos. Por quê? Porque a política pública é seu desenho e sua concretude, ela não é só um desenho bonito. Enfim, não importa só que a política pública tenha desenhos e objetivos claros e inclusivos, se a prática cotidiana do atendimento não é inclusiva, a política não vai ser inclusiva.

É nesse sentido que temos que pensar a integração. Pensar a integração entre serviços e benefícios, a integração entre cadastro único e BPC. A integração entre políticas é boa ou ruim? Depende, pode ser boa e pode ser ruim. Depende das respostas às perguntas: “para que integro?”, “para quem integro?” e “como eu integro?”.

Ora, quando as pessoas reclamam dos serviços da assistência social, como os seus trabalhadores em decorrência das circunstâncias e condições de trabalho, como os usuários do BPC, que estão na fila para se cadastrar, e não estão sendo informados sobre prazos, é porque está ocorrendo uma “integração” que não visa a inclusão das pessoas.

O cadastramento dos beneficiários do BPC pode ser positivo, pode ser inclusivo? Sim, muitíssimo se com o cadastramento trazemos a pessoa para o CRAS, se conhecemos mais a realidade do sujeito.

Não estou querendo dizer que política pública não precisa ter controle. Claro que a nossa política pública precisa ter controle. Se há desvios, se há erros de inclusão, tudo bem, nós devemos tirar a pessoa. Mas tem que avisar essa pessoa, dar a ela o direito de defesa, de ampla defesa, pois essa pessoa é um cidadão.

Sem isso, estamos trabalhando por uma integração que é excludente. Observemos, portanto, a nossa prática cotidiana.

Outra coisa que é importante discutir no eixo 3 e que impacta muito a articulação entre serviços e benefícios, entre o que é dito aqui da política nacional e o que chega para o trabalhador, é sobre que tipo de desvios ou dificuldades há nessa compreensão de articulação. Porque isso impacta também na relação trabalhador e usuário. Temos depoimentos de usuários que dizem, “olha, o próprio tempo de espera no CRAS faz me sentir humilhado” ou, “ela olhou para mim de um jeito ou

ele olhou para mim de um jeito que parecia que não estava confiando que eu era pobre”.

Então, temos que tomar muito cuidado com o tipo de moralidade que levamos para essa relação, para que ela seja, de fato, uma relação acolhedora e geradora de autonomia.

Por isso que temos que pensar no eixo 3 também sobre como que é a nossa “porta de entrada” dos serviços socioassistenciais. O pessoal adora discutir “porta de saída das políticas”. Logo que começamos a construir o SUAS, já estava se falando como que as pessoas iam sair do Bolsa Família. Todos vocês conhecem essa história. Só que não discutimos ainda corretamente as nossas “portas de entrada”.

Então, vamos discutir isso também no eixo 3. A “nossa porta de entrada”, basicamente, são os nossos CRAS. Ela acolhe o usuário? Ela evita julgamento sobre como o pobre deve se comportar? Todo mundo pode chegar nessa porta? As orientações são suficientes ao usuário? Elas são inteligíveis, ou a pessoa não entende nada?

Mesmo que construamos no Brasil, o que tem sido tentado pelo mundo que é um balcão de serviço único em que a pessoa vai e é informada de tudo que ela pode acessar, sem ter de ir a um, dois ou três lugares diferentes, se esse balcão não for acolhedor, não geraremos autonomia no cidadão. Na verdade, estaremos colocando uma “porta fechada” ao usuário. Temos que ter esse cuidado.

Outras coisas que temos que pensar no eixo 3:

Como podemos fazer para que os serviços e benefícios estejam integrados de forma a não deixar as pessoas desprotegidas? Essa integração é inclusiva quando eu integro as políticas públicas? Quando eu olho todos os dados e identifico “poxa vida, tem parcela da população

que não tem BPC, que não tem Bolsa Família, que não está no sistema contributivo e que não está em lugar nenhum? O estado brasileiro não está olhando”.

As informações do cadastro são importantíssimas, a vigilância socio-assistencial tem um papel essencial nessa mirada para o usuário. Só que temos que ter um olhar também que permita olhar as assimetrias que compõem a sociedade desigual. Nós somos uma sociedade classista, racista e machista.

Quando falamos sobre relações de gênero estamos falando sobre relação, sobre mulher e homem. Os CRAS são, precipuamente, espaços de concentração feminina. São as mulheres que estão ali sendo muitas delas vitimadas por violência. O que estou querendo dizer é o seguinte: o machismo é um tipo de violência que agride a mulher, mas também o agressor. É por isso que os meninos morrem de violência juvenil.

Claro que isso tem a ver com machismo. É por isso que eles saem da escola mais cedo. Nós construímos um círculo de masculinidade tóxica. Esse homem está longe da proteção do Estado. Ele gera violência em casa e essa violência gera mais violência. Precisamos dar um jeito de aproximar também os homens da política de assistência social, para aproximá-los também da esfera de reprodução, da esfera familiar, da esfera dos cuidados, porque quando fazemos isso nós contribuimos para que as mulheres tenham mais possibilidade de engajamento produtivo, de trabalho, que tenham relações mais sólidas, que possam ser indivíduos mais autônomos, com capacidade de escolha.

Enfim, são desafios para vocês pensarem nesse eixo três. Obviamente, para tudo isso dar certo, precisamos de trabalhador reconhecido e valorizado, precisamos de usuário participando. E isso requer orçamen-



to. A falta de recursos neste momento nos faz lembrar que o poder público só funciona sob pressão.

Claro que agora estamos num contexto de anormalidade democrática. Mas mesmo em contextos de normalidade democrática, nós não podemos deixar de pressionar. Quando deixamos de pressionar o poder público se acomoda e tendemos a achar que está tudo bem, mas não está tudo bem.

Aposto que temos aqui uma coincidência entre todas e todos que é o seguinte, aposto que nas famílias de vocês, entre os amigos de vocês, muito comumente vocês ouvem assim, “você é muito radical, você briga por tudo, tudo para você é machismo, tudo para você é racismo, aposto...” As vezes somos muito intransigentes com as coisas, não aceitamos mais determinadas falas, pois elas são agressivas. Sabe por que nós somos intransigentes?

Porque quando somos intransigentes com algo que causa sofrimento alheio, estamos adotando, primeiro, uma atitude de amor próprio dizendo, “eu me amo, não quero mais ouvir uma frase machista, isso me dói”, segundo, uma atitude de amor à humanidade, “eu não quero mais isso para a humanidade”.

Então, sabe por que nós somos intransigentes? Porque a intransigência é um ato de amor. Então, que nesse natal pratiquemos a intransigência com o sofrimento alheio, como ato de amor. Vamos que vamos. Avante SUAS. Obrigada.

## · Eixo 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos Socioassistenciais

### **Palestrante: Sr. JOSÉ RODRIGUES**

Boa tarde a todos e a todas. Quero dizer da minha satisfação de poder estar aqui com vocês, pois este lugar me traz boas recordações. Foi aqui que entreguei a Presidência do CONGEMAS para a nossa querida Vanda Anselmo do Ceará, e que junto com a sua diretoria atual está exercendo um brilhante trabalho na representação dos municípios. Por favor, queria que vocês fossem extremamente rígidos comigo com relação ao tempo, porque eu acho que isso é extremamente importante para que a gente possa ter uma boa condução dos trabalhos. Quero agradecer o convite feito pelo Conselho Nacional de Assistência Social feito pelo presidente Fábio Bruni, quero cumprimentar as delegações que aqui estão de todos os estados do Brasil que já foram nominadas por várias vezes, em especial, a minha, do Mato Grosso, que saúdo com muito amor e carinho. Quero cumprimentar ao CONGEMAS, ao FONSEAS, em nome da Vanda e do Josbertini. Cumprimentar a todos os membros da mesa, pessoas que têm uma história linda em defesa do SUAS, e os representantes do nosso Conselho Nacional que estão aqui conosco. Vou tentar usar figura de linguagem, eu, enquanto fui presidente do CONGEMAS e representante dos municípios na CIT, falei reiteradas vezes da importância de nós podermos simplificar a fala para que as pessoas que estão para fora desses muros possam nos compreender. Nós tivemos dificuldade em fazer com que a população pudesse entender os textos que foram encaminhados para serem debatidos nas conferências municipais, daí a necessidade da gravação de vídeos, de fazer interpretações com relação aos conteúdos que nós colocamos neste processo. Em especial, o eixo 4 que é o que vou tratar aqui que é o eixo que trata de legislação. Não há que se falar em direito sem legislação que o garanta. Portanto, vou usar uma figura de linguagem para nós compreendermos de maneira

muito fácil o que nós fizemos na política de assistência social. Nós construímos um alicerce para poder fazer a nossa casa fomos lá na Constituição da República e colocamos nos artigos que a assistência social é direito de todos, depois, nós fomos construindo paredes nessa nossa casa, nós construímos uma lei federal em 93, depois, nós fizemos um telhado para nossa casa, nós fomos fazendo conferências e criando instrumentos, resoluções, portarias, regulamentos para que essa nossa edificação ficasse bonita. Cobrimos a nossa casa, quando nós fizemos a outra lei federal em 2011, depois veio um vendaval e destelhou tudo e criou uma série de dificuldades para nós. Ainda enquanto Presidente do CONGEMAS, a nossa diretoria iniciou o movimento “Avante SUAS”, porque nós já estávamos presenciando um momento complexo da execução do SUAS no País. O que quero deixar registrado aqui é que nós criamos uma política pública para os brasileiros e não foi o partido A, nem B, nem C que criou, então se chega Zé, Pedro, Mané, Migué, temos que respeitar o que nós construímos para o Brasil e dar sequência no que este povo construiu a milhares de mãos e com todos os partidos da república trabalhando na mesma direção, nós precisamos ter muita clareza disso. O que acontece é que alguns tentam interpretar isso de maneira distinta, tentando fazer crer que nós estamos em lados antagônicos, quando, na verdade, os movimentos dos nossos corações estão batendo na mesma direção que é em defesa do SUAS que nós construímos para a república. E esse Sistema Único é inteiro regido por legislações, portarias, por resoluções, por deliberações de conferências e tudo isso é legislação do SUAS, impossível falar disso para vocês em 10, 15 minutos, impossível. Então, pontuei algumas coisas para fazer reflexões, até porque nós já debatemos isso na conferência municipal, já debatemos na estadual e nós vamos fazer isso amanhã de novo. Então, trago aqui algumas reflexões para que possamos prestar bastante atenção no momento que estamos vivendo hoje, nos impactos que essas legislações estão trazendo para nossas vidas e sugerir alguns encaminha-

mentos que possamos andar daqui para frente. A legislação é um instrumento indispensável na estrutura de administração pública que nós temos hoje no Brasil, está certo? Nas nossas conferências municipais, nós já identificamos uma série de dificuldades e encaminhamos para as conferências estaduais. Nas conferências estaduais, nós ainda continuamos enxergando dificuldades de interpretação com relação a isso que nós estamos vivendo hoje, foi por isso que o Conselho Nacional chegou aqui e teve que fazer ajustes nesse caderninho que entregou para todos nós e colocou algumas deliberações em outros eixos, porque nós mesmos nas nossas conferências estaduais tivemos dificuldade de interpretação do que estávamos querendo dizer quando a gente colocou aquelas temáticas no eixo 1, no 2, no 3 e no 4. Nós vamos falar com o povo, nós precisamos facilitar a linguagem. Se dificultamos, nós dificultamos a nossa vida, portanto, uma das primeiras coisas que nós devemos fazer aqui é criar instrumentos que façam com que o nosso diálogo com a sociedade seja simplificado. Os usuários não têm formação de nível superior como os assistentes sociais, como os psicólogos, os advogados e tantos outros profissionais que estão dentro da nossa regulamentação da NOB/RH e da Política de Assistência Social, portanto, tem muita dificuldade em entender o que estamos falando. Quando estamos falando de um cuidar do outro, de eu ser responsável pela pessoa que é membro da minha família nós vamos para dentro da política e falamos: “olha, nós vamos fazer um serviço de fortalecimento de vínculo”, O usuário não está nem entendendo o que você está falando quando você o chama para essa conversa no CRAS, quando você o aborda na população de rua. Ou facilitamos a fala, ou nós vamos perder a guerra. Nós precisamos falar com o povo, nós precisamos conversar com as pessoas que estão do lado de fora dessa sala, isso inclui o parlamento do Brasil, isso inclui o poder judiciário e o Ministério Público que não compreendem também o que falamos, por isso, na Conferência Estadual do Mato Grosso, nós deliberamos para ir dialogar com eles lá dentro da Escola do Ministé-

rio Público e do Judiciário para eles entenderem o SUAS e pararem de ficar dando ordem judicial equivocada e notificações recomendatórias que não tem a ver com as competências dessa política pública. Quando nós tratamos de financiamento dos entes federados é importante compreendermos que se nós não tivermos condições de falar direito com a sociedade para eles entenderem a importância da política de assistência, nós só vamos ter orçamento minguado, porque eles acham ainda, alguns deles, que nós somos um grande balcão de entrega de cesta básica, que nós ainda continuamos num modelo anterior de assistencialismo, que nós somos distribuidores de dentadura e do primeiro pé de botina para entregar o outro depois da eleição. Ou mudamos essa conversa com a sociedade para eles entenderem a importância da PEC que colocamos para tramitar dentro do Congresso Nacional e ganhamos a adesão da sociedade brasileira para que ela seja aprovada, ou nós vamos continuar vindo aqui na próxima conferência e discutindo a mesma coisa. As pessoas precisam saber do que estamos falando. Quando defendemos algo, as pessoas precisam compreender o que estamos falando do lado de lá, não adianta nós ficarmos falando sozinhos aqui, está certo? Quando falamos do pacto federativo, eu acredito que precisamos fazer uma reforma estruturante, portanto, é importante meus amigos e minhas amigas, que assim como os nossos companheiros que estão lá na educação e na saúde e em outras políticas públicas se envolvam nas grandes discussões nacionais com relação à distribuição do bolo tributário, com relação ao modelo de estado. Nós precisamos ir para o mesmo lugar e exigir o lugar da assistência social nas grandes discussões nacionais, porque tudo que faz lá impacta na nossa vida aqui, bate na nossa porta e o resultado dessa brincadeira é o que estão fazendo com a gente querendo desconstruir um modelo que nós implantamos no País, portanto, nós não podemos mais ficar discutindo o nosso assunto com nós mesmos. A nossa política não está limitada às regulamentações e às salas que a assistência social ocupa nos nossos equipamentos de

CRAS, de CREAS, nas nossas unidades da Secretaria de Assistência Social, nas nossas Unidades de Acolhimento e dentro dos nossos conselhos, está para muito além disso. O que está acontecendo hoje no Brasil impacta na minha vida, na sua e de milhões de brasileiros e nós precisamos discutir isso, então, se nós, e eu fiz essa discussão já com várias pessoas, compreendemos que a PEC 95 que hoje vigora e que congelou os gastos desta república e que está impactando na vida dos brasileiros é inconstitucional, e assim entendo que ela é inconstitucional, nós devemos mover uma ação Direta de Inconstitucionalidade como oito membros do Ministério Público já fizeram. O CONGEMAS deve fazer, o FONSEAS deve fazer para revogarmos a PEC 95 e voltarmos os investimentos na Política de Assistência Social e das outras políticas públicas que não estão tendo, é preciso coragem, é hora de lutar. Isso aqui não é uma brincadeira, brasileiros estão morrendo do lado de fora, nosso companheiro do Rio de Janeiro foi muito feliz na fala dele aqui, nós estamos perdendo pessoas todos os dias no País. É preciso cair nossa ficha, a realidade é dura e cruel, essa que está na nossa porta lá, e é por isso que as nossas Unidades de Acolhimento tem tido mais demanda, por isso que temos tido maiores problemas para poder lidar com a realidade brasileira. Se compreendermos que o nosso lugar é outro dentro das políticas públicas, nós precisamos defender a PEC para garantirmos o investimento nosso na Política de Assistência Social. Estamos falando dessa PEC que passou hoje na Comissão de Constituição e Justiça no Congresso Nacional. Foi isso que vocês disseram nas deliberações que enviaram para esta Conferência, abram o caderno e olhe o eixo 4, lá nós temos mais de 30 propostas, sendo que 15 delas falam de vinculação financeira para a Política de Assistência Social. Foi isso dissemos no Brasil inteiro, então, se é isso queremos, é isso que precisamos defender, mas precisamos arrumar o diálogo porque caso contrário as pessoas não vão nos compreender. É preciso revisar os nossos instrumentos, a NOBSUAS e a NOB/RH tem um monte de coisa que escrevemos lá, e que na apli-

cababilidade só dificulta a nossa vida e é preciso facilitar os instrumentos também, porque na hora de executarmos o dinheiro que nós temos na assistência social nós temos que dialogar com contador, com advogado do município, com a equipe de planejamento, com uma série de outras pessoas que não compreendem a Política de Assistência Social e por isso tem vários lugares que temos um monte de saldo financeiro nas contas de municípios e estados sem execução, porque falta clareza e nós passamos por isso todo dia. É preciso implantar as legislações municipais e estaduais do SUAS para garantir a continuidade desse processo nas próximas administrações. Nós fizemos uma orientação nacional para que todo mundo pudesse ter a lei municipal do SUAS, infelizmente isso ainda hoje não é realidade no Brasil. Nós detalhamos lá na orientação que fizemos na CIT o que era para escrever na lei de cada um de vocês. Quando voltarem para casa vão lá atrás do gestor municipal e perguntem que andamento está sendo dado para vocês terem a lei municipal na sua cidade. Quando o município tem essa lei o diálogo com os órgãos de controle fica facilitado. É lá que você vai escrever que benefício eventual não é cadeira de roda e você vai ter uma lei municipal dizendo isso e vai entregar para o promotor e aí ele não vai, nunca mais, encaminhar isso para você. Nós todos temos que ter tarefa de casa para fazer, a nossa vida tem que mudar na nossa casa, todos nós temos obrigações para fazer independente das funções executamos aqui na Política de Assistência Social. Não dá para falar em equidade dentro da Política de Assistência Social se não tratamos os estados do Norte e o Semiárido Nordeste de maneira distinta do que tratamos o cofinanciamento no sul do País. A dificuldade é gigantesca, tem cidade lá com 60 ilhas para você poder administrar, como que executa um serviço de convivência e fortalecimento de vínculo? Como pagamos o mesmo valor para quem está no Pará e para quem está em Santa Catarina onde o estado inteiro é asfaltado e as cidades ficam a menos de 10 quilômetros uma da outra? A lógica é outra, portanto, o financiamento tem que ser outro.

Em âmbito nacional falamos isso há dois anos, colocamos no pacto, no nosso plano decenal e até agora não demos um passo na direção de conseguir mudar a lógica do financiamento, é preciso discutir, e precisamos enfrentar os problemas que estão aí. Precisamos criar metodologia para fazer isso. Nós temos um monte de gente inteligente que já passou por aqui por esse palco, ontem e hoje, que tem condições de nos ajudar a caminhar nessa direção. Nós precisamos avançar na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, por isso quando digo para vocês que temos que entrar nas grandes discussões nacionais, nós temos interpretações da Lei de Responsabilidade Fiscal já de alguns tribunais de contas no Brasil que estão dizendo que nós podemos contratar servidores com os recursos federais e estaduais, porque recebemos no município e como isso não impacta na Lei de Responsabilidade Fiscal? Sabemos que todo mundo está estrangulado, o município já não consegue mais colocar pessoas para trabalhar nas unidades, então, precisamos de outra interpretação e precisamos mudar a legislação federal. Então, as pessoas precisam compreender do que estamos falando para que pautemos os assuntos que de fato são relevantes e que vão fazer diferença na vida de vocês, porque isto é o que vai colocar mais trabalhador na unidade para poder atender à população. Esses assuntos são sérios e relevantes para nós aqui. Nós estamos tendo uma série de dificuldades na implantação do Plano Decenal e lá nós colocamos no item 5.6 - Aprimorar a gestão do SUAS atualizando suas normativas. É isto que estamos tratando aqui nesse eixo, é preciso revisar os instrumentos e as normativas de regulamentação do sistema, todos eles. Nós temos dificuldade de execução em todos eles e é preciso entendermos uma coisa, eu disse isso várias vezes na CIT e vou repetir aqui para vocês, para que fique gravado nos anais dessa Conferência Nacional, quando nós encontramos um problema numa unidade nos municípios do Brasil, seja num CRAS, um CREAS, numa Unidade de Acolhimento, esse problema não é do município, esse problema é do município, é do estado é do Governo Fe-



deral, então quem tem que dar o dinheiro para que o município possa resolver o problema que está lá na estrutura física são os três entes federados. Quando precisamos expandir serviços nos municípios, como unidade de acolhimento e uma série de outras coisas que os municípios são obrigados por força de TAC ou de decisão judicial, essa obrigação não é só do município, ela é nossa dos estados e é da União também. Foi assim que escrevemos na Política de Assistência Social, que essa política é financiada pelos três entes federados, só que não é assim que acontece no município quando o promotor está lá onde a mão dele alcança, e é sobre o Secretário Municipal que a ação judicial vai ser ingressada e é o prefeito que vai ter que implantar o serviço e estamos conversados. Nossos instrumentos estão sendo mais claros com relação à responsabilidade dos entes federados nesse processo? Nós, estados e a União, não podemos nos furtar disso e largar os municípios sozinhos de frente para o problema, porque é lá que as pessoas vão procurar solução, porque eles moram na cidade, ninguém encontra a gente lá no Palácio do Governo e nem vem aqui em Brasília para pedir serviço de acolhimento. É isso que está acontecendo no Brasil. Portanto eu resumi aqui o que está aí no caderno de propostas para vocês. Vocês vão analisar no eixo 4 a vinculação de orçamento que vocês colocaram lá, o piso salarial dos trabalhadores do sistema, penalidade aos estados e União pelo não cumprimento dos seus deveres na Política de Assistência Social, porque os municípios quando não cumprem a função tem suspensão de recursos, não tem? Tem bloqueio, não tem? Para os estados e para União não tem nada, nós não escrevemos nada de penalidade para estados e União, é preciso tratarmos todo mundo, os iguais de maneira igual e os diferentes de maneira diferente. Nós somos atores desse processo e como tal precisamos ter responsabilidades com as nossas funções e obrigações para dentro do SUAS. Pediram também para flexibilizar a execução dos recursos, de fato, tem algumas coisas que colocamos lá na Política de Assistência Social que são complexas na execução e às

vezes, impossíveis de operacionalizar naquele território e hoje temos saldos no ACESSUAS, temos saldo no Capacita SUAS, temos saldo no PETI. Em uma série de lugares do Brasil precisamos rediscutir a lógica de funcionamento e articulação com outras políticas para que isso possa, de fato, se materializar, alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal está lá, revisar NOBSUAS e NOB/ RH, alterar o IGDSUAS e IG-DPBF ( há uma discussão já de fusão dos dois IGDs) e uma revisão do pacto federativo. Se são os municípios que atendem à população diretamente, se são nos municípios que você paga o seu tributo, a lógica da arrecadação tributária precisa mudar. Se é o município que tem que arrecadar tudo é o município que deveria passar os recursos para o estado e para a União. Isso é rediscutir o pacto federativo, não é como acontece hoje que mandamos a maior parte do dinheiro para o Governo Federal e depois ficamos aqui esperando o dia que vamos receber o pagamento do cofinanciamento de volta, no município que moramos, com as pessoas cobrando na nossa porta. Segundo entendimento de alguns juristas, é preciso que façamos cobranças ao Congresso Nacional. Um referendo popular para revogar a PEC 95, isso é um outro caminho também para ser utilizado. As ações Diretas de Inconstitucionalidade e a aprovação da PEC 383 são caminhos que devemos perseguir e eu queria deixar mais duas outras sugestões de encaminhamento para vocês. Primeiro, com relação ao BPC, nós fizemos essa discussão no âmbito da CIT, o Ministério esteve lá conosco, disse que ia revogar a Portaria Interministerial que estabelece o prazo para que os idosos façam inscrição no Cadastro Único até 31 de dezembro desse ano e até agora essa Portaria não foi revogada. O Decreto Federal diz que o prazo para inscrição dos idosos e pessoas com deficiência no Cadastro Único é 31 de dezembro de 2018. Essa portaria restringe o direito da população de exercício do recebimento de benefícios e portanto, ela é restritiva e o Decreto que vem regulamentando a legislação não fez essa restrição. Na minha avaliação ela precisa ser revogada e se o Governo Federal não faz, o CONGEMAS e

o FONSEAS devem ingressar com ações judiciais para revogar essa portaria e não prejudicar mais da metade dos idosos do Brasil que não conseguiram se inscrever no Cadastro Único até agora e que vão virar um grande problema na porta dos municípios em janeiro de 2018. Não pode funcionar dessa maneira. Para concluir minha fala do fundo do meu coração, meu tempo já esgotou, quero dizer para vocês o seguinte: todas as políticas públicas foram para frente e avançaram porque elegeram legítimos representantes em todos os espaços do poder legislativo e executivo e entendo que é esse o caminho que a Assistência Social do País deve tomar nas próximas eleições. Se você puder ser candidato, seja candidato, apoie pessoas que têm compromisso com a política de assistência social, não interessa o partido que você vai se filiar, nós precisamos de pessoas dentro da Câmara de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, dentro do Congresso Nacional que tenham identidade com a política de assistência Social. Nós, hoje, temos a maior dificuldade de dialogar no Congresso, não compreendem o que é um equipamento de assistência social e da importância dessa política, nós precisamos de pessoas lá que entendam do que estamos falando, do quanto dói a fome, do quanto é difícil ficar embaixo do viaduto e do quanto é duro ver seu filho morrer, porque não conseguiu ter acesso ao direito seu e da sua família que o poder público deveria entregar. Encerro aqui minha fala agradecendo a todos vocês, renovando meu compromisso com a Política de Assistência Social dessa república e vou continuar militando, independente do espaço que ocupo sem paixão pelo local onde estou, mas por compromisso com um sistema que eu ajudei a construir há mais de uma década e do meu compromisso com vocês e com o povo brasileiro. Meu muito obrigado e peço licença, porque eu vou ter que me retirar, meu voo sai daqui a pouco daqui de Brasília, eu queria muito poder continuar com vocês aqui, mas deixo aqui toda uma bancada do Mato Grosso apaixonada pelo SUAS que vai continuar com vocês até o final, que Deus abençoe a vocês, que consigamos ter discernimento do que de

fato, é relevante para discutirmos nessa conferência e levar adiante para que tenhamos um novo amanhã. Resistir sempre. Avante SUAS.

## **5.6. Ato em Defesa da LOAS e da Política de Assistência Social - PNAS**

O Ato em defesa do Sistema único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social ocorreu na noite do dia 7 de dezembro de 2018, sob a coordenação do Presidente e da Vice-Presidente do CNAS, e reuniu parlamentares, gestores, intelectuais, trabalhadores, representantes de entidades de assistência social e usuários. O evento revestiu-se de duplo significado: de um lado, foi uma oportunidade para a celebração dos 24 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A celebração foi marcada por um processo informal de avaliação do percurso da política de assistência social nesse intervalo. Por outro lado, o Ato reservou importante espaço para a defesa do Sistema Único de assistência Social e para a crítica às medidas governamentais que afetam o seu metabolismo.

Este Ato, em sintonia com a 11ª Conferência, conferiu importante espaço para a defesa da assistência social como política pública, como direito do cidadão e como dever do Estado e também, como política integrante da seguridade social. Atentos aos acontecimentos políticos que inquietem a sociedade brasileira, convidados e delegados, acentuaram suas críticas aos cortes no orçamento da assistência social, às agressões contra os direitos dos trabalhadores e de usuários e, sobretudo, as ameaças de ruptura com o pacto social e político consignado na Carta Constitucional de 1988.

Os textos a seguir, por força da limitação dos espaços nestes anais, expressa uma síntese das muitas e valiosas intervenções, além de incorporar, na íntegra, duas cartas: uma apresentada pelo Con-

selho Nacional de Assistência Social – CNAS e outra originada do Movimento Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social.

**Fábio Moassab Bruni – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS;**

**Rosângela Maria Soares Dos Santos – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante Do Fórum Nacional Dos Usuários De Assistência Social – FNUSUAS/PA**

### **Denise Paiva**

É uma honra, é uma alegria estar aqui. Estou aqui hoje, transmitindo para vocês uma alegria ímpar, porque sou a assistente social e fui convidada pelo Presidente Itamar para assumir a assessoria de assuntos sociais da Presidência da República e tive uma função muito importante que foi fazer a interlocução com a sociedade, com o Governo e com o Congresso para aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Esta lei que hoje estamos aqui para defendê-la, aprimorá-la e transformá-la inexoravelmente numa conquista da nação brasileira e eu repito, da nação brasileira, isto é, do estado e da sociedade, ela tem uma história muito rica e muito *sui generis*, essa lei foi construída com todo um protagonismo, uma participação dos trabalhadores e das entidades, ela respondeu, a um anseio de estabelecer uma ruptura entre uma visão de caridade, de doação, de benemerência e colocar realmente a assistência numa estatura de política pública e de direito de cidadania. Então, ela vem com esta marca e com essa força da cidadania brasileira. Muito obrigada.

## **Luíza Erundina<sup>2</sup>**

Vim aqui trazer minha saudação calorosa a cada delegado e a cada delegada dessa 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Gostaria muito de ter acompanhado pessoalmente durante todos os dias de trabalho, mas o campo de lutas onde estou não me permite afastar para evitar que haja perdas maiores para o povo brasileiro num momento crítico da vida nacional.

Hoje, nós estamos sob a crueldade de uma ditadura civil, fruto de um golpe parlamentar que tirou a primeira Presidente eleita democraticamente para instalar um golpista, um traidor que é o atual governo do nosso país. É preciso dizer as coisas com todas as letras, não há meios-termos nos dias que estamos vivendo. Essa conferência, pelo que estou sentindo, pelo clima que percebo aqui, pelas notícias que recebi durante essa semana, será um marco, vai ser uma virada na resistência em defesa da assistência social, em defesa do SUAS, em defesa da LOAS, em defesa dos direitos sociais da população brasileira, principalmente dos segmentos mais pobres do nosso povo. Vamos à luta, nunca desistir, acreditar que é possível mudar. Nós todos, juntos, haveremos de virar o jogo, tirar esse governo e pôr alguém legítimo, eleito pelo povo para governar esse país.

## **Edivaldo da Silva Ramos<sup>3</sup>**

Quero cumprimentar ao Conselho Nacional de Assistência Social pela organização desta conferência e cumprimentar de

---

2 Deputada Federal pelo PSOL/SP. Assistente Social e ex - Prefeita da cidade de São Paulo.

3 Ex-Presidente do conselho Nacional de Assistência Social (período). Representante da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais.

maneira muito especial a cada um dos participantes que aqui estão. Historicamente, nós até já ouvimos agora um pouco a fala da professora Denise Paiva e da deputada Luíza Erundina, onde nos apontou que toda conquista da assistência social foi o legítimo exercício do disposto no parágrafo único do Artigo 1º da Constituição de 1988, onde lá diz que o poder emana do povo, ou seja, nasce do povo que o exerce diretamente ou por meios de seus representantes; também estabelece que a assistência social deva ser executada na perspectiva do direto, assegurando à população participar de sua gestão. A LOAS é uma conquista da sociedade, nascida das lutas.

Não podemos esquecer-nos de várias outras conquistas, como, por exemplo, o próprio SUAS em 2003<sup>4</sup>, produto de conferência; o primeiro Plano Decenal de Assistência Social, fruto da conferência em 2005, o segundo Plano Decenal, fruto da conferência/ 2016.

Portanto, minha gente, vamos à luta, continuemos nessa batalha para que nós consigamos fazer com que todas as demandas sejam atendidas e tudo aquilo que foi plantado e construído por todos nós seja respeitado e cumprido.

### **Danilo Cabral<sup>5</sup>**

Boa noite minha gente. O que nos une é o respeito à democracia, à luta em defesa dos excluídos e a crença na organiza-

4 O SUAS foi instituído em 2005 por meio da Resolução CNAS Nº 130 de 17 de julho de 2005.

5 Deputado Federal Danilo Jorge de Barros Carvalho (PSB/PE).

ção e na luta do povo. Esses são os três eixos que fazem com que todos nós estejamos aqui. A democracia está presente aqui, na forma e no conteúdo. No conteúdo, essa 11ª Conferência também trata da afirmação de valores muito caros para o nosso conjunto de militantes sociais: a defesa dos direitos das pessoas mais vulneráveis.

Precisamos compreender, que o que foi proposto pelo governo ilegítimo e que está em curso, isso que a deputada Erundina fala, com tanta convicção, é o desmonte do Estado brasileiro. Portanto, esta união presente aqui na Conferência, demonstra que a gente tem um dever, uma causa que é a consolidação do SUAS e da assistência social, como uma política de Estado.

A partir do debate com aqueles que operam o SUAS: com o FONSEAS, com o CONGEMAS, com os usuários, com o Conselho Nacional de Assistência Social, precisamos apontar um caminho, por meio de um mecanismo legal que proteja o SUAS. Estamos apresentando a nossa chamada PEC 383, eu digo nossa, porque não é minha, ela é nossa mesmo, é de todos nós, visa garantir 1% da receita corrente líquida de toda União. Esse governo ilegítimo dar dinheiro para tanta gente; faz graça e distribui privilégios para aqueles que estão no andar de cima. Nós queremos apenas 1% da receita corrente líquida da União, para preservar a gestão e os serviços do SUAS de forma definitiva. Precisamos resistir contra o desmonte do Estado e ir à luta para preservar as nossas conquistas. A PEC do SUAS é parte desse movimento.

Fora Temer! Avante SUAS, sem retrocessos.



### **Elcimara Rangel Loureiro Alício<sup>6</sup>**

Boa noite, gente. Avante SUAS!

Não poderíamos deixar de vir aqui e registrar a mobilização que o colegiado de gestores tem realizado em todo o território brasileiro, denunciando o corte de verbas da assistência social, denunciando o desmonte que esta política vem sofrendo. Desde o momento em que nós ficamos sabendo do corte, do suposto corte dos 98% no orçamento da política de assistência social, estamos nos mobilizando em todo território nacional: nos nossos estados e nos municípios. Nós do CONGEMAS, juntamente com o FONSEAS, passamos a nos mobilizar e a denunciar. Queremos agradecer ao deputado Danilo Cabral que prontamente acatou nossa mobilização. Nossa mobilização ocorre em várias frentes e utiliza diferentes instrumentos: fomos ao Congresso, e lá denunciamos esse desmonte, denunciamos o corte no orçamento; fizemos uma carta denunciando isso; organizamos um dia “D” em todos os nossos estados, em todos os territórios do SUAS; estivemos aqui com quase todos os presidentes de colegiados dos estados; fizemos audiências públicas para denunciar os ataques à política assistência social. O corte hoje não chega a 98%, mas ainda permanece em quase 50%.

Enquanto colegiado de gestores, estamos aqui nesse ato público dizendo que o nosso lema será resistir e lutar, porque queremos, de fato, a consolidação da nossa Política Nacional de Assistência Social como uma política de garantia de direitos para toda a nossa população.

---

<sup>6</sup> Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

## **Ronald Ferreira Dos Santos<sup>7</sup>**

Boa noite a todos e todas.

Vim falar nessa 11ª Conferência Nacional de Assistência Social em nome do Conselho Nacional de Saúde, lugar que ocupo na representação dos trabalhadores. Trago a solidariedade do Conselho Nacional de Saúde, mas também, o conjunto das preocupações dos militantes que defendem a pauta da saúde, da seguridade social, da democracia, da Constituição (1988) e do estado democrático de direito, que é isso que nós estamos vendo hoje sendo derretido. O que ocorre no Brasil, nesse momento são duas importantes ameaças: uma ameaça à nação brasileira e outra ameaça aos indivíduos, ao povo, que se dá através da negação da soberania do Estado nacional, que se materializa por meio da ameaça concreta da entrega de todas as possibilidades de desenvolvimento do nosso país. Falo também, das ameaças individuais no sentido de retirar, de rasgar todas as conquistas que o povo brasileiro conseguiu escrever na Constituição Federal (1988), em particular da proteção social, dos direitos garantidos a partir do artigo 194 da Constituição.

Vimos, com indignação, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que nos próximos 19 anos, congelará os recursos destinados às políticas públicas comprometendo todo processo de proteção social; a reforma trabalhista; a intenção criminosa da reforma da previdência, etc. Nosso desafio é combater o derretimento da proteção social no nosso país, e só há um remédio: a luta do povo. Creio que 2018 será um ano de vitórias para o povo brasileiro e tenho certeza, que com a mobilização e a participação havemos de vencer... Venceremos!

---

7 Presidente do Conselho Nacional de Saúde

### **Bárbara Trindade<sup>8</sup>**

Boa noite a todos e a todas.

Eu não poderia deixar de dizer, que sem usuários, o SUAS não existe. Nós estamos aqui para lutar pelos direitos dos usuários, porque, infelizmente, os usuários são aquelas pessoas que formam a maioria, mas infelizmente, a garantia de direito deles não está assegurada e nós como delegados estamos aqui para garantir isso.

O pedido que eu faço para todos nós, aqui, essa noite, é que amanhã nós prestemos atenção em cada proposta e se a gente puder modificar alguma proposta que beneficie usuários, vamos fazer isso, porque realmente, quem precisa de nós são os usuários.

### **José Luís Germano<sup>9</sup>**

Boa noite a todos e a todas.

Atualmente fala-se muito de desmonte. Eu me encontro homem, negro, numa cidade onde matam sem piedade, negros e pobres e, eu não entrei nessa estatística e não vou deixar que um governo corrupto venha acabar com as minhas esperanças e com as esperanças de todos aqueles usuários e trabalhadores que estão na ponta. Nós precisamos de união. E o mais importante, de credibilidade e empoderamento. Nós usuários e trabalhadores do SUAS, temos que caminhar juntos.

---

8 Delegada de Salvador – BA. Segmento de Usuários.

9 Coordenador do Fórum de Usuários do Rio de Janeiro e membro do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.

Hoje, no Brasil, eu não falo mais apenas do Rio de Janeiro, estamos vivendo uma realidade diferente do período em que nós tivemos governos que melhoraram a vida do trabalhador e a vida do pobre. Faltou consolidar certas conquistas em leis, talvez esse governo atual não tivesse condições de cortar. Eu acredito na força de nossa união e na nossa resistência. Não vou deixar que Temer nem ninguém tire a esperança do meu povo. Obrigado.

**Marcelo Manduca<sup>10</sup>**

Boa noite, companheiros participantes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, venho aqui como membro da CONFETAN representando o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

Nós precisamos deixar claro que parte de todas essas medidas que nós estamos vivenciando hoje, combatendo, resistindo - nós trabalhadores e os usuários - é decorrente das medidas antipopulares do governo atual. Estamos em uma trincheira comum na defesa da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social. Mesmo sem promover alterações no texto da LOAS e da PNAS, este governo poderá impedir que elas realmente se efetivem conforme o estabelecido. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congela recursos por 20 anos, tudo fica comprometido. A situação se agrava com a reforma trabalhista, que joga mais trabalhadores na informalidade; com a terceirização e outras medidas de mesmo teor. Estas medidas estão jogando uma

---

10 Representante da CONFETAN (?)

pressão adicional para essa política pública, ao mesmo tempo, que reduz a quantidade de recursos para elas.

O trabalhador, o usuário e parte dos gestores devem estar unidos para continuar resistindo a esta política de desmonte. Nossa palavra de ordem é: resistir! Resistir! e resistir! A luta unificou, é o usuário junto com trabalhador.

### **Andreia Esmeraldo<sup>11</sup>**

Boa noite a todos e todas.

O Conselho Federal de Psicologia propôs uma campanha de combate ao preconceito contra os usuários da assistência social. Esse sistema que produz e concentra riqueza em larga escala também gera pobreza em larga escala e, esse cenário de opressão que estamos vivendo, tem feito com que as pessoas mais pobres sejam alijadas de vários direitos, inclusive do direito de se sentir recebido, acolhido e de se sentir detentor de direitos.

O Conselho Federal de Psicologia faz essa campanha, porque esse preconceito atinge frontalmente o cotidiano de cada usuário e de cada usuária do SUAS. Em nome também do Fórum Nacional dos Trabalhadores, eu faço um alerta, porque nós trabalhadoras e trabalhadores do SUAS poderemos ser usados como mão forte do Estado na tentativa de efetivar a retirada desses direitos e provocar o acirramento dos preconceitos. Então, eu volto a dizer que o nosso trabalho é o trabalho de parceria, é o trabalho ao lado do usuário. Somos tão

---

11 Representante do Conselho Federal de Psicologia.

classe trabalhadora quanto os usuários do SUAS e é por isso que a gente tem que fazer o reconhecimento do nosso papel nessa luta em defesa do SUAS. Não falo só como uma psicóloga, mas como profissional que compreende a importância dos laços entre todas as profissões que compõem o SUAS, Então, em nome do Conselho Federal de Psicologia eu chamo a atenção para que nós possamos divulgar e ampliar essa campanha contra o preconceito aos pobres. Obrigada.

### **Luiz Carlos<sup>12</sup>**

O segmento de usuários é a parte frágil da nossa história e eu quero aproveitar na fala da Rosângela para lançar um desafio que é o lançamento da cartilha de usuários. Para a deputada Erundina o desafio é outro: é a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS.

Não vamos aceitar que tirem nossos direitos.

### **Ana Farias<sup>13</sup>**

CARTA EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aprovada no Ato em Defesa da LOAS e PNAS no dia 7 de dezembro de 2017, durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

---

12 Delegado de São Paulo – SP. Segmento de Usuários.

13 Representante da Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social.

A Assistência social, como política pública consignadora de direitos sociais, é uma conquista recente da sociedade brasileira e inscreve-se no campo da proteção social, como uma estratégia de ampliação da seguridade social e da agenda protetiva pública. Por meio da assistência social, direitos sociais constitucionalmente estabelecidos adquirem dimensão universal. Sua virtude fundamental não consiste, essencialmente, em alcançar as pessoas mais pobres; sua validade afirma-se na ressignificação e no alargamento da seguridade social. Com esse entendimento, conclui-se que as reformas em curso ameaçam profundamente o pacto social inscrito na Constituição Federal de 1988, comprometendo os princípios e fundamentos que conformam a Carta Constitucional, notadamente, a justiça social e a dignidade da pessoa humana. Ao celebrar 24 (vinte e quatro) anos de promulgação da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, em meio à realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, usuários, trabalhadores, entidades socioassistenciais, gestores, pesquisadores e militantes desta política, vêm a público manifestar-se em defesa das conquistas acumuladas ao longo destas quase duas décadas e meia. Inspirados (as) pelo tema que orientou todo esse processo conferencial, cada pessoa que assina este documento, reafirma a garantia de direitos como estratégia central para o fortalecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de um compromisso ético e político, assegurado pelos princípios e diretrizes desta política, expressos nos Art. 4 e 5 da Lei 8.742, que vêm se materializando, graças aos esforços e lutas de uma legião suprapartidária de militantes, por meio de estratégias pactuadas em conselhos, conferên-

cias e instâncias de gestão colegiada. Considerando o significado desta política para a sociedade brasileira conclamamos a toda população brasileira para tomar parte desta luta contra a criminalização da pobreza, o retrocesso diante de direitos já conquistados, a redução do financiamento já limitado para o SUAS, a precarização do trabalho no âmbito da política e o desrespeito às instâncias de controle social. Para que o Brasil possa consolidar um sistema de proteção social universal, justo e solidário, é fundamental seguir avançando no desenvolvimento de estratégias que reafirmem a segurança de renda como um direito, o desenvolvimento da autonomia dentro e fora dos serviços, além, de uma rede protetiva com condições (garantia de pessoal, recursos financeiros e infraestrutura) para prover uma acolhida qualificada, pavimentando o acesso pleno ao convívio familiar e comunitário. Neste momento de defesa do SUAS, chamamos a atenção de gestores públicos e legisladores, para que possamos avançar na consolidação de estratégias que amplifiquem os debates e as proposituras para a consolidação legal de direitos socioassistenciais, da gestão descentralizada e do fortalecimento da participação da sociedade civil em instâncias de controle social. Um SUAS forte e do povo brasileiro precisa respeitar e valorizar os trabalhadores, empoderar os usuários, capacitar permanentemente seus gestores, aproveitando todo o potencial da rede não estatal.

Brasília - DF, 7 de dezembro de 2017. Plenária da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social



### **Edson Vitor<sup>14</sup>**

Boa noite.

Eu conheci os serviços ofertados pelo SUAS quando eu tinha 10 anos. Hoje, eu tenho 21 e desde os 10 anos de idade eu sou usuário dessa política maravilhosa que mudou minha vida... Eu lembro muito de como foi: eu estava em frente ao CRAS, na minha rua e uma assistente social que coordenava o CRAS bateu no meu ombro e falou, entre, porque isso aqui é para você! Desde então, eu passei a ser usuário dessa política. Saí das ruas, da criminalidade.... Cresci nessa política, cresci vendo o SUAS dando resultados e hoje posso dizer que sou um fruto do SUAS, um fruto desse sistema que muitos querem derrubar.

Hoje eu estou cursando direito e tenho quase certeza que a minha área de atuação será a assistência social; porque foi de lá que eu cresci, foi de lá onde eu tive oportunidade para crescer; foi na assistência que eu tive oportunidade para crescer e ser o que eu quiser ser para que eu pudesse ser hoje o que eu sou. Obrigado.

### **Carlos Eduardo Ferrari<sup>15</sup>**

Quero saudar toda a militância do SUAS e dizer da importância desse momento em que celebramos os 24 anos da LOAS e se põe alerta para que não tenha nenhum tipo de retrocesso; é um momento que a gente precisa estar unido como nunca estivemos.

---

14 Delegado pelo estado do Ceará. Segmento de usuários.

15 Professor, ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, coordenador da Comissão de Relatoria da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

Foi a partir do SUAS que eu reaprendi os caminhos de luta. Acho que não só eu, mas todo o movimento de luta da pessoa com deficiência que ressignificou suas agendas a partir do SUAS. Foi no processo dessas lutas que avançamos com a política de assistência social, por isso defendemos um SUAS de alianças entre organizações e Estado brasileiro, entre trabalhadores, entidades e Estado brasileiro; um SUAS com controle social forte, com Secretárias Executivas bem estruturadas, com Conselhos que sejam respeitados, com comando único, com gestão descentralizada, participativa, com co-financiamento fundo a fundo; que respeite as deliberações dos conselhos municipais, dos conselhos estaduais e do conselho nacional e de suas respectivas conferências.

O SUAS é nosso. É com base na luta que a gente vai conseguir ampliar este sistema para alcançar cada vez mais brasileiros. Falo aqui como ex-presidente do CNAS, como dirigente da organização nacional de cegos do Brasil, e, neste momento, com alegria de estar à frente da coordenação da relatoria desse evento... Falo principalmente, como cidadão brasileiro.

O SUAS é uma conquista coletiva, da sociedade. Precisamos nos orgulhar disso: orgulhar do que construiu, de estar aqui nesse espaço legítimo, participativo e oxalá que daqui a 10 anos a gente possa estar junto de novo celebrando um SUAS cada vez mais forte, mais universal, mais público e de todo o povo brasileiro.

Viva o SUAS!

### **Carlos Eduardo Queiroz<sup>16</sup>**

Boa noite.

Vamos gritar volta Lula, não sou filiado a partido algum, mas não posso esquecer que antigamente, deputada Erundina, os nossos movimentos eram vistos. Foi a partir do Governo Lula que mulher, que LGBT, que povos e comunidades tradicionais tiveram vez e voz nesse Brasil.

Existe uma cantiga, na tradição babalorixá que diz “que nada, nem ninguém, vai nos impedir de lutar”. Por isso não devemos ter medo de lutar. Que venha Temer, que venha Bolsonaro, que venham todos esses golpistas, vamos mostrar a nossa luta, vamos às ruas, vamos derramar a última gota de suor, mas vamos mostrar a força do nosso povo, a força, inclusive, daqueles que nos antecederam, falo de uma militância que antigamente preparou o terreno do que temos hoje. Muito obrigado.

### **Sueli Guilherme**

Boa noite.

E eu queria falar um pouco e breve sobre o SUAS, mas vou recitar uma poesia de Tom Zé<sup>17</sup> que traduz a minha indignação com esse governo golpista e contra o desmonte do SUAS:

“Meu coração está aos pulos!/  
Quantas vezes minha esperança será posta à prova?/  
Por quantas provas terá ela que passar?/  
Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam/  
entupidas de dinheiro, do meu dinheiro, que reservo/  
duramente para educar os meninos mais pobres que eu,/  
para cuidar gra-

16 Delegado pelo Estado da Bahia. Segmento de usuários (LGBT).

17 O poema declamado é “Só de sacanagem” de autoria de Elisa Lucinda.

tuitamente da saúde deles e dos seus/ pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e/ eu não posso mais./ Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança/ vai ser posta à prova? Quantas vezes minha esperança/ vai esperar no cais?/ É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz,/ mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros/ venha quebrar no nosso nariz./ Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao/ conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e/ dos justos que os precederam: "Não roubarás", "Devolva o lápis do coleguinha",/ "Esse apontador não é seu, minha filhinha"./ Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido/ que escutar./ Até habeas corpus preventivo, coisa da qual nunca/ tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica/ ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao/culpado interessará./ Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do/ meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear:/mais honesta ainda vou ficar./ Só de sacanagem!/ Dirão: "Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo o mundo rouba" e eu vou dizer:/ Não importa, será esse/ o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez./ Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a/ quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês./ Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau./ Dirão: "É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal"./ Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal./ Eu repito, ouviram? IMORTAL!/ Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente/ quiser, vai dá para mudar o final!"

### **Agnaldo Engel Kuevitz<sup>18</sup>**

Boa noite a todas e todos.

Depois da fala da nossa deputada Luíza Erundina que muito nos representa, porque eu faço parte de uma geração mais nova e essa geração mais nova precisa ter memória; ela precisa conhecer a história, porque se hoje a gente tem a LOAS, porque se hoje a gente tem a Política Nacional de Assistência Social e essa política inscrita como uma política de seguridade social, é porque muitas companheiras e muitos companheiros lutaram e resistiram para que nós tivéssemos uma constituição cidadã.

Essa Conferência só vai ser marcada pela resistência se nós conseguirmos sair daqui superando algumas diferenças que nós temos, porque nós temos e temos muitas, mas compreendendo que o momento exige de nós um reconhecimento firme, um direcionamento nítido de que somos classe, de que somos classe trabalhadora, de que somos classe trabalhadora em luta e que precisamos de muita unidade e de muita resistência, nós não podemos aqui nos fragmentar, nos dividir, mas nós precisamos acima das nossas diferenças conseguir sair daqui com uma agenda de lutas, da mesma forma que a gente resistiu antes e resistiu coletivamente, o momento atual nos chama para resistência, para a defesa do SUAS. Nós resistiremos!

---

18 Delegado. Representante do Fórum Estadual de Trabalhadores do Rio Grande Do Sul.

### **Edi Antunes<sup>19</sup>**

Senhoras e senhores, eu não podia deixar de falar, embora as companheiras e companheiros que estiveram aqui já fizeram falas extremamente qualificadas e que demonstraram a resistência e a luta que a gente vem fazendo pelo SUAS. A única coisa que eu queria fazer era mesmo uma denúncia, a mesma que eu fiz ontem sobre a demagogia. A gente precisa ter muito cuidado com a demagogia, porque às vezes o cara vem aqui, pega o microfone e fala um monte de coisa bonita, que é um monte de coisa que a gente está falando aqui em baixo, na militância e parece que o cara é militante... Teve deputado aqui em cima, hoje, falando bonito, mas é deputado golpista, deputado que votou a favor do *impeachment*.

Quase chorei na hora que a deputada Erundina falou aqui, você sabe que tem coerência ideológica ali, você sabe que tem história e tem envergadura para vir aqui e falar o que falou... Não é vir aqui e arrotar um monte de coisa aqui no microfone, virar as costas e sair fora. Então, vai levar a taxa de golpista e eu vim aqui para falar isso. Danilo Cabral é golpista.

### **Fátima Nogueira<sup>20</sup>**

Boa noite a todos e a todas.

Uma coisa que quero falar enquanto a deputada está aqui: nós não viemos para cá para passar vergonha. Hoje, fiquei com vergonha, porque a plenária está assim, praticamente vazia, isso é uma vergonha para cada um de nós. Isso não faz sen-

---

19 Delegado (a)

20 Delegada pelo estado do Maranhão.

tido. O que o Presidente está fazendo é destruir os municípios, os estados de cada um e nós não podemos aceitar o que está acontecendo, nós não podemos aceitar isso. Isso é golpe. E ainda diz assim, “está bom”. Nós podemos achar que está bom? Não está. Não posso ficar acomodada, por isso eu esperava ter mais gente aqui para mostrar nossa força.

Este é o momento de cada um se expressar, falar aquilo que sente, porque se a gente não falar, aí não adianta. Agente pode ficar calada? Não pode. Nós precisamos melhorar o SUAS, nós precisamos melhorar várias outras coisas, entendeu? Por isso nós precisamos saber onde está o dinheiro da assistência, cadê os recursos dos estados e dos municípios? Eu vim aqui para falar e saber dos nossos recursos. Obrigada.

### **Valmir Gomes<sup>21</sup>**

Boa noite para todos e todas.

Eu quero, em primeiro momento agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui. E quero dizer para esta plateia que já está ficando pouca, mas é pouca em quantidade, mas é muito em qualidade, que nós vamos resistir. Eu quero agradecer ao Presidente do Conselho de Assistência Social do estado do Maranhão na pessoa de Jairo pelo trabalho em defesa do SUAS; Quero parabenizar a deputada Luíza Erundina por sua incansável dedicação à luta do povo brasileiro.

Muito obrigado.

---

21 Delegado. Presidente da Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar no estado do Maranhão.

**Marcelina<sup>22</sup>**

Boa noite a todos. Boa noite deputada Erundina.

Antes de subir aqui eu fiz um cálculo. Nós temos 513 deputados na Câmara Federal. Quantos temos aqui nesta noite? Quantos apareceram aqui para ouvir o povo do seu estado? Nós temos o privilégio de termos a deputada. Eu sei que a senhora é de luta, é uma guerreira. Por isso eu peço para senhora levar nossa mensagem aos demais deputados. Eu sou assistida do Programa Bolsa Família e não nego, para mim, estar aqui, foi árduo, não é fácil. Estamos aqui nessa conferência discutindo para que essa ameaça de desmonte do SUAS que aí está não venha a prevalecer. Para que o SUAS não seja desmontado nós temos que falar, temos que nos unir como usuárias do SUAS e com os trabalhadores.

O SUAS é meu, o SUAS é nosso. Queremos o SUAS para todos, para o bem-estar do povo. Nossa mensagem deputada é que queremos a articulação das três políticas: saúde, educação e assistência social para que os nossos filhos e o nosso povo não venha a sofrer.

Muito obrigada.

---

22 Delegada pelo estado do Maranhão, Representante do segmento de usuários.



## 6. Grupos de Trabalho

### 6.1. Deliberações Aprovadas nos Grupos de Trabalho

Os participantes da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos em grupos de trabalho tiveram a oportunidade de debater e votar nas deliberações de dois eixos.

Os (as) Delegados (as) no ato do credenciamento, indicaram os Eixos em que desejaram participar das discussões, sendo 1 (um) Eixo no período da manhã e 1 (um) Eixo no período da tarde, até o limite de vagas disponíveis. O sistema distribuiu automaticamente os (as) Delegados (as) para os Grupos de Trabalho e salas em que deveriam participar. Cada um dos doze grupos de trabalho votou em cinco propostas constantes no Caderno de Deliberações e uma proposta nova. As dez propostas do Caderno de Deliberações mais votadas por eixo, e as doze propostas novas por eixos, foram encaminhadas à plenária final.

#### Eixo 1: EIXO 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais

Número no caderno	Propostas aprovadas
1	Garantir que as três esferas de governo cofinanciem os benefícios eventuais, e que anualmente os recursos repassados sejam ampliados.
26	Alterar os critérios de concessão do BPC estabelecendo: a) Aumento de renda per capita para meio salário mínimo b) Redução da idade do idoso para 60 anos c) Não computação do valor do benefício na renda per capita para efeitos de concessão do BPC a uma segunda pessoa idosa e ou com deficiência. d) Não computação de

	<p>benefícios previdenciários de até um salário mínimo no cálculo da renda per capita para concessão do BPC à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; e) Não computação da renda do curador no cálculo da renda do curatelado para fins de acesso; f) Ampliação em 25% o valor do BPC para pessoas que necessitam de cuidador; g) Concessão de 13ª parcela anual; h) Incluir as pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC); i) garantir a continuidade da vinculação do benefício ao salário mínimo nacional; j) Garantir a continuidade do modelo de avaliação das pessoas com deficiência baseado no CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade) para o acesso ao BPC.</p>
47	<p>Garantir que o Programa Bolsa Família seja um direito constitucional de enfrentamento da pobreza e promoção de equidade, justiça social e dignidade humana, tornando-se uma política de Estado e não de governo.</p>
31	<p>Manter e garantir a avaliação biopsicossocial do BPC da pessoa com deficiência, conforme Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências - ONU/2008 e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6949/09, conforme redação original do art. 203, inciso V da CF, rejeitar as propostas de alteração do BPC contidas na PEC 287/16, não sendo contabilizado o valor do BPC na renda per capita para nova concessão de benefícios no mesmo grupo familiar, bem como para outros programas sociais (Bolsa Família), ampliar o acesso ao BPC para idosos com idade mínima a partir de 60 (sessenta) anos, garantir acesso às pessoas com renda per capita de ½ salário mínimo e manter a vinculação do BPC ao salário mínimo nacional vigente, conforme CF, Estatuto do Idoso e LOAS.</p>
63	<p>Garantir o cumprimento da Lei do Suas (Lei 12.435/2011) e do II Plano Decenal da Assistência Social.</p>

38	Assegurar a vinculação do BPC ao salário mínimo, idade mínima para o acesso aos 65 anos para o idoso e manter a avaliação biopsicossocial do BPC da pessoa com deficiência, conforme Lei nº 13.146/2015, e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, e promulgada pelo Decreto nº 6949/2009.
60	Garantir que 30% de arrecadação das contribuições sociais vinculados ao orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195 da CF/1988 (PIS, CONFINS,-CSLL), seja destinado obrigatoriamente ao orçamento da assistência social.
57	Garantir a recomposição do orçamento nacional da Assistência Social para 2018, ampliando os recursos orçamentários para os anos subsequentes, saldando as dívidas junto aos Estados e municípios dos restos a pagar dos exercícios 2016/2017
53	Garantir a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e acesso às necessidades sociais básicas, com adoção de contínua valorização dos benefícios: Benefício de Prestação Continuada-BPC e Programa Bolsa Família-PBF.
56	Revogar imediatamente o corte estabelecido para o orçamento da Política de Assistência Social para 2018, que desrespeita a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 012/2017 e revogar imediatamente também a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o investimento público na área social.

Grupos	Novas propostas Eixo I
1	Garantir que 30% de arrecadação das contribuições sociais vinculados ao orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195 da CF/1988 (PIS, CONFINS,-CSLL), seja destinado obrigatoriamente ao orçamento da assistência social, sem a retirada da DRU (Desvinculação da Receita da União).

9	Mobilizar-se junto à "plataforma dos movimentos sociais para reforma política", exigindo do Congresso Nacional um referendo, na forma da Constituição, com o objetivo de revogar a Emenda Constitucional 95/2016
5	Garantir a recomposição do orçamento nacional da Assistência Social para 2018, ampliando os recursos orçamentários para os anos subsequentes, saldando as dívidas junto aos Estados e municípios dos restos a pagar dos exercícios anteriores e garantir recursos financeiros fundo a fundo e equipe técnica dentro da NOB-RH para o serviço de Proteção Social Básica e Especial, garantindo os níveis de proteção, revogando imediatamente a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o investimento público na área social.
2	Exigir a recomposição do orçamento nacional da assistência social, conforme Resolução do CNAS 012/2017 e o cofinanciamento federal de fundo a fundo regular e automático, ampliando os anos subsequentes, saldando as dívidas dos exercícios 2016/2017 com os Estados e Municípios para todos os níveis de proteção, e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS, revogando imediatamente EC 95/2016 que congela o investimento público na área social.
8	Exigência da recomposição imediata do orçamento de 2018, conforme deliberação do CNAS (resolução nº12/17) para manutenção de serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferências fundo a fundo em atraso, dos exercícios 2016 e 2017 e novas expansões, segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS e revogar imediatamente a Emenda Constitucional nº 95/16 que congela o investimento de recursos públicos na área social.

11	Exigência da recomposição imediata do orçamento 2018, conforme deliberação do CNAS resolução 012/2017, para a manutenção dos serviços com reconhecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, com reconhecimento e reprogramação de transferências fundo a fundo regular e automático em atraso dos exercícios de 2016 e 2017, e as novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS, revogando imediatamente a emenda constitucional 95/2016 que congela o investimento público na área social.
6	Exigir a recomposição imediata do orçamento/2018 conforme deliberação do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferências do fundo em atraso dos exercícios de 2016/2017 e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS.
4	Exigir recomposição imediata do orçamento 2018 conforme deliberação número 012/2017 do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferências fundo a fundo em atraso dos exercícios de 2016 e 2017, para garantir o cofinanciamento federal regular e automático e expansões conforme critérios pactuados e deliberados, através dos pisos de transferências, nas instâncias do SUAS.
7	Recompôr imediatamente o orçamento 2018, conforme resolução 12/2017 do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferências fundo a fundo em atraso, dos exercícios 2016 e 2017 e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS.
3	Exigência da recomposição imediata do orçamento/2018 conforme deliberação do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferência fundo a fundo em atraso dos exercícios de

	2016 e 2017, e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS.
10	Exigir recomposição imediata do orçamento 2018 conforme deliberação do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferência fundo a fundo em atraso dos exercícios de 2016 e 2017, e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS.
12	Exigir a recomposição imediata do orçamento/2018 conforme deliberação do CNAS para manutenção dos serviços, com reconhecimento e reprogramação de transferências fundo a fundo em atraso dos exercícios de 2016 e 2017, e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS.

## 7. Plenária Final

### 7.1. Deliberações da 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social

#### **Eixo 1: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais**

1. Garantir a recomposição do orçamento nacional da Assistência Social para 2018, conforme Resolução do CNAS 012/2017 e o cofinanciamento federal de fundo à fundo regular e automático, ampliando os recursos orçamentários para os anos subsequentes, saldando as dívidas junto aos Estados e municípios dos restos a pagar dos exercícios anteriores e garantir recursos financeiros fundo à fundo e equipe técnica dentro da NOB-RH para o serviço de Proteção Social Básica e Especial, garantindo os níveis de proteção (com reconhecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios) e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS, revogando imediatamente a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o investimento público na área social com aprovação da PEC 383/2017 que destina 1% da receita líquida corrente da União.

2. Alterar os critérios de concessão do BPC estabelecendo:  
a) Aumento de renda per capita para meio salário mínimo b) Redução da idade do idoso para 60 anos c) Não computação do valor do benefício na renda per capita para efeitos de concessão do BPC a outra pessoa idosa e ou com deficiência na mesma família. d) Não computação de benefícios previdenciários de até um salário mínimo no cálculo da renda per capita para concessão do BPC à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; e) Não computação da renda do curador no cálculo da renda do curatelado para

fins de acesso; f) Ampliação em 25% o valor do BPC para pessoas que necessitam de cuidador; g) Concessão de 13ª parcela anual; h) Incluir as pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC); i) garantir a continuidade da vinculação do benefício ao salário mínimo nacional; j) Garantir a continuidade do modelo de avaliação das pessoas com deficiência baseado no CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade) para o acesso ao BPC; k) Incluir novamente as pessoas com transtornos mentais graves e doenças raras; l) revogar imediatamente o Decreto Federal 8.805/2016 e todas as normativas que ferem os direitos constitucionais sobre as pessoas com deficiência e idosas.

**3.** O Conselho Nacional de Assistência Social deve entrar com representação contra o governo federal junto ao STF para revogar imediatamente o corte estabelecido para o orçamento da Política de Assistência Social para 2018, que desrespeita a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 012/2017 e revogar imediatamente também a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o investimento público na área social.

**4.** Garantir que as três esferas de governo cofinanciem os benefícios eventuais, e que anualmente os recursos repassados sejam ampliados e que os repasses sejam realizados em tempo previsto para os municípios no formato fundo a fundo.

**5.** Garantir que o Programa Bolsa Família seja um direito constitucional de enfrentamento da pobreza e promoção de equidade, justiça social e dignidade humana, tornando-se uma política de Estado e não de governo, com garantia de ampliação de acordo com os índices da população em situação de pobreza



e extrema pobreza, considerando a realidade territorial e a diversidade regional.

## **Eixo 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS**

1. Efetivar a política de educação permanente, nas três esferas, garantindo recursos financeiros para sua implementação, capacitando gestores, trabalhadores do SUAS (nível fundamental, médio e superior) da rede governamental e organizações da sociedade civil, conselheiros (titulares e suplentes) de assistência social e demais conselhos vinculados a política de assistência social, Fórum de Usuários, através das diversas estratégias de educação permanente, garantindo a manutenção e a ampliação do CapacitaSUAS, da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente, instituição de Núcleo de Educação Permanente e cumprimento da Resolução CNAS n 6/2016, que estabelece parâmetros para supervisão técnica no SUAS.

2. Garantir a valorização dos trabalhadores do SUAS, como promotores do acesso da população aos direitos socioassistenciais, por meio do cumprimento da NOB- RH SUAS, garantia de equipe mínima, de acordo com a Resolução CNAS n 17/2011 e n 09/2014, considerando as demandas sociais, de território e quantitativo de famílias referenciadas, por meio de concurso público, Plano de Cargos e Carreiras e melhoria das condições de trabalho, incluindo a implantação de piso salarial e carga horária e efetivando a política de saúde do trabalhador.

3. Fortalecer e incentivar a PNAS através de Conselhos, Fóruns de Usuários e Trabalhadores nos três níveis de governo como

instâncias deliberativas que promovem a participação e o controle social do SUAS, respeitando e fazendo cumprir suas decisões; garantindo o mínimo de 10% do IGD - PBF/SUAS para sua manutenção, suporte técnico e qualificação permanente dos conselheiros, trabalhadores, usuários, gestores, ampliando a divulgação de seus trabalhos, bem como: a) promover agendas regionais, estaduais e nacional de encontros dos segmentos envolvidos; b) realizar o monitoramento da aplicação do percentual definido nas instâncias de controle social.

**4.** Fortalecer os conselhos de assistência social nos três níveis de governo, como instâncias deliberativas que possibilitam a participação e o controle social do SUAS, garantindo a participação e representação dos diferentes segmentos (populações, comunidades, povos tradicionais, LGBT, população negra, mulheres, população de rua, pessoas com deficiência, idosos, juventude, ciganos, egressos do Sistema Prisional, bem como todas as populações atendidas pela política pública de assistência social); respeitando e fazendo cumprir suas decisões. Destinando recursos para a manutenção, suporte técnico, jurídico e contábil, infraestrutura e formação permanente e continuada aos conselheiros, bem como, para a implantação, articulação e mobilização dos comitês locais, frentes de defesa do SUAS e da Seguridade Social dos fóruns de trabalhadores, de usuários e de organizações de usuários e entidades.

**5.** Fortalecer a Política de Assistência Social fomentando a constituição de fóruns de trabalhadores e usuários e organizações da sociedade civil, bem como sua sustentabilidade a partir da vinculação de recursos do IGD-SUAS, dentre outras fontes dos três entes federados para que os fóruns, legitima-

mente constituídos, possam pautar de modo autônomo suas lutas e ações em defesa do SUAS com instituição de políticas que combatam o assédio moral contra os trabalhadores e trabalhadoras que ocupam os espaços de controle social e espaços coletivos de organização política.

### **Eixo 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais**

1. Desvincular imediatamente o Programa Criança Feliz do Ministério de Desenvolvimento Social e da Política de Assistência Social, com devolução integral dos recursos orçados para o Fundo Nacional de Assistência Social.
2. Instituir, por meio de normativas conjuntas, Protocolos de Gestão Integrada entre o SUAS, o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, estabelecendo fluxos e parâmetros formais de encaminhamentos e definição de competências dos entes e instituições envolvidas, garantindo que as trabalhadoras e trabalhadores da assistência social sejam designados para trabalharem nas atividades da PNAS.
3. Expandir a oferta de equipes volantes, prioritariamente, nos municípios de pequeno porte 1 e 2, e nos municípios de médio e grande porte em suas especificidades, para atendimento à população de maior vulnerabilidade, segundo universalidade prevista no II Plano Decenal de Assistência Social, atendendo a caracterização de territórios isolados e dispersos, comunidades e povos tradicionais, assentamentos e áreas de elevado contingente de conjuntos habitacionais populares.

4. Ampliar os recursos para cofinanciamento de todos os serviços na modalidade custeio e instituir o repasse financeiro para investir em bens de capital, devendo haver acréscimos nos repasses aos municípios com territórios dispersos e isolados fator amazônico, comunidades e povos tradicionais, assentamentos rurais e regiões de fronteira internacional, considerando as diversidades e especificidades do público LGBT, imigrantes, população em situação de rua, juventude e pessoas com deficiência.

5. Implantar ações de capacitação continuada que contemplem todos os sistemas e plataformas do SUAS (CadÚnico, Sistema de Benefícios do Cidadão - SIBEC, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família- SIGPBF, Prontuário Eletrônico, dentre outros) utilizadas pelos trabalhadores (técnicos e gestores) do SUAS de forma articulada e integrada, para que haja efetividade da execução dos serviços, programas e benefícios, para que estes não se deem de forma fragmentada.

#### **Eixo 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais**

1. O CNAS deve mobilizar-se junto à "Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política", exigindo do Congresso Nacional um referendo, na forma de Constituição, com o objetivo de revogar a EC 95/2016.

2. Instituição imediata da mesa nacional permanente de negociação, com realização de concurso público para provimento de todos os postos de trabalho do SUAS - níveis fundamental, médio e superior - conforme NOB/RH/SUAS e Resoluções CNAS

nº 17/2011 e nº 09/2014 criando incentivos para que os estados e municípios também realizem concursos, com priorização e acréscimo específico de aporte financeiro para os municípios que assim procederem.

**3.** Criar, em caráter de urgência sanções legais (perda de cargo, inelegibilidade, ressarcimento aos cofres públicos sem prejuízo de outras formas) para o gestor que não respeitar o marco legal vigente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através de projetos de lei nas três esferas governamentais.

**4.** Revogar as Portarias 36/2014 e 88/2015 que determinam a suspensão temporária dos recursos de cofinanciamento federal transferidos aos Estados e Municípios.

**5.** Definir o valor de repasse conforme porte dos municípios com pagamento mensal, através de metas e indicadores, flexibilizando o uso dos recursos, inclusive para aquisição de bens de capital, ampliações e reformas, tendo em vista que o atual formato de recursos não está adequado às necessidades dos municípios, assegurando, legalmente, um percentual mínimo da dotação orçamentária para o cofinanciamento do SUAS, de 15% a nível Federal, de 10% a nível Estadual e 6% a nível municipal, devendo realizar prestação de contas trimestralmente.

## 7.2. Moções

Destinatários	Moção
<p>Governo Federal, fundação estadual do meio ambiente, FEAM, Procuradoria Geral da República</p>	<p>Tema: Repúdio ao crime socioambiental ocorrido no município de Mariana, em específico no distrito de Bento Rodrigues, no dia 05/11/2015 frente o descaso incalculável aos danos ambientais a fauna e a flora, a ruína das bacias dos rios doce, Gualaxo do Norte e no do Carmo, e a irresponsabilidade da empresa Samarco para com o meio ambiente e a população da respectiva localidade diante das vidas perdidas.</p> <p>Os delegados eleitos(as) na conferência municipal/estadual de Assistência Social de Minas Gerais vem, de público, formalizar veemente repúdio a tragédia ocorrida no Município de Mariana em específico no distrito de Bento Rodrigues, no dia 05 de Novembro de 2015 frente o descaso incalculável aos danos ambientais a fauna e a flora, a ruína das bacias dos rios doce, Gualaxo do Norte e rio do Carmo, a exploração do setor de mineração de forma irreparável, além da incalculável e irreversíveis omissão/irresponsabilidade da empresa Samarco para com o meio ambiente e a população da respectivas localidade diante das vidas perdidas na tragédia que perpetuara sofrimento e angústia por toda uma vida perante o luto de um distrito, município, estado de uma nação. Diante do exposto nos representantes de Minas Gerais enquanto delegados(as) eleitos(as) para a X Conferência Nacional de Assistência Social solicitamos, demandamos, exigimos, pedimos, provocamos, requeremos, requisitamos e</p>

	<p>rogamos providências imediatas frente as ações inconsequentemente, imprudente e levianas da empresa de mineração Samarco e demais responsáveis e evidenciamos nossa indignação, revolta e repúdio frente os(as) responsáveis pela a tragédia de Mariana. Para tanto a letra da música de Thiago Delgado e Márcio Borges cantores mineiros com o título "Quem vai pagar o que não tem preço?" expressa nosso sentimentos/angústias: "Quem vai dizer fim da esperança, essa herança irracional, que outros filhos terão, lama letal, lamaçal, água da gente beber, o dragão, arrastou na lama, quem vai pagar tão imenso mal, matou o rio afinal, o que era doce acabou, antes da lama tocar meu blue, o verde vale era azul azul blue, a plantação queria dar, o peixe só queria nadar, e eu também, ser alguém feliz então, cantar, mas quem vai pagar o que não tem preço, me devolver o que não tem mais, quem vai tirar o que está ao avesso, quem vai salvar o meu blue".</p>
<p>À Câmara dos Deputados - Brasília/DF; Ao Senado Federal - Brasília/DF; À Presidente da República Federativa do Brasil - Brasília/DF</p>	<p>Tema: Aquisição do Piso Salarial para categoria dos Assistentes Sociais, realização de concursos públicos, melhores condições de trabalho e cumprimento das trinta horas.</p> <p>Os delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social realizada no período de 07 à 10 de Dezembro de 2015, em Brasília/DF, entendendo a importância do trabalho dos profissionais de Serviço Social para o desenvolvimento das mais diversas políticas públicas e sociais em execução no Brasil, nos três níveis de gestão, viemos solicitar a correção de uma falha histórica que será possível com aprovação dos seguintes Projetos de Lei: 5.278/2009</p>

	<p>que trata da regulamentação do Piso Salarial para os profissionais do Serviço Social, o 3.688/2000; inclusão de Assistentes Sociais na área de Educação; o 3.145/2008, da contratação de Assistentes Sociais; 0428/2015 sobre a inclusão dos profissionais de Serviço Social nos PSF's e o 430/2015 sobre condições de trabalho dos Assistentes Sociais, todos em tramitação na Câmara Federal. Destacando ainda, a necessidade do cumprimento da carga horária de 30 horas semanais, realização de concursos públicos, nas três esferas, ressaltando que a ausência destes perpetua a prática assistencialista de todas as políticas sociais.</p>
<p>CNAS, CFESS, CFP, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, FNTSUAS, Ministério Público do Trabalho, Prefeitura Municipal de Nova Lima, Câmara dos Vereadores, Ministério Público de Nova Lima, Comarca (Fórum de Nova Lima) MP Estadual.</p>	<p>Tema: Demissão dos Servidores concursados do SUAS.</p> <p>O plenário da X Conferência Nacional de Assistência Social, nesta oportunidade repudia os ataques ao estatuto do concurso público, instituto democrático que garante a transparência e o mérito na administração pública, e que no âmbito do SUAS representa conquista essencial, garantindo a presença segura e qualificada do trabalhador frontalmente nos manifestamos contra um destes ataques, ocorrido no município de Nova Lima - MG, com a exoneração de trabalhadores concursados sob alegação de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que inclui a demissão de mais de 20% dos trabalhadores do SUAS da cidade, podendo gerar, inclusive, o fechamento de equipamentos socioassistenciais, além de ser precedente de alto risco para todos os trabalhadores e políticas sociais do país.</p>



<p>Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome - MDS</p>	<p>Tema: Reconhecimento do trabalho realizado das Entidades e organizações de Assistência Social nos X anos do SUAS.</p> <p>Nós delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social congratulamo-nos às entidades e organizações de Assistência Social pelos trabalhos realizados nos X anos de SUAS contribuindo para o seu fortalecimento nas defesas dos direitos socioassistenciais e parabenizamos o segmento do das Entidades do CNAS pela iniciativa de articulação das Entidades com nível Nacional.</p>
<p>Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social</p>	<p>Tema: Recomendação de concurso público para especialistas em gestão pública no SUAS.</p> <p>Pela imediata chamada de concursos públicos nas três esferas do governo, no âmbito dos órgãos gestores da Assistência Social, para os cargos de especialistas em gestão pública oriundas de formação acadêmica no campo de públicas, com o intuito de profissionalizar e modernizar o modelo de gestão pública no Brasil.</p>
<p>Presidente Dilma, 6ª Câmara de Coordenação e Congresso Nacional, MPF, PGR, STF, MDS, SENARC, IBGE, CNAS, CEAS/PE, Administração Estadual Fernando de Noronha, Conselho Distrital Fernando de Noronha</p>	<p>Fernando de Noronha além de ter uma natureza exuberante, existe uma comunidade local que necessita ser reconhecida como grupo social de minoria ou comunidade tradicional. O Distrito Estadual de Fernando de Noronha, precisa ter garantia nas políticas, SUAS e todas as demanda referente a assistência social. A comunidade de Fernando de Noronha necessita ser reconhecida por todas os entes federativos. Por não ter esse reconhecimento, não são garantido a inclusão de programas e</p>

	<p>projetos na área de assistência social. Um exemplo a comunidade local não atende aos critérios do Cadastro Único. A comunidade insular e oceânica, necessita de critérios específicos para programas e projetos para esse grupo com excepcionalidade, singularidade e comunidade tradicional.</p>
<p>MDS/DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL</p>	<p>Tema: CENSO SUAS</p> <p>Nós delegados e delegadas da X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de Dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, recomendamos ao Departamento de Vigilância Socioassistencial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS que, a partir do CENSO SUAS de 2015, os resultados exibidos nas planilhas de divulgação do CENSO SUAS passem a expor, de forma individualizada, todas as categorias profissionais reconhecidas nas resoluções CNAS Nº 17/2011 e Nº 09/2014, com o intuito de dar visibilidade à situação de cada categoria profissional na política de Assistência Social, visto que atualmente os questionários colhem estes dados, mas os mesmos não são publicizados por categoria, divulgando-os de forma individualizada.</p>
<p>CNAS, CEASs, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais da Política de Assistência Social</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, vimos por meio desta RECOMENDAR aos gestores da política de respectivamente o Núcleo Nacional de Educação Permanente, Núcleos</p>

	<p>Nacional de Educação Permanente, Núcleos Estaduais de Educação Permanente e Núcleo Distrital de Educação Permanente como instâncias colegiadas, constituindo-se em locus privilegiado de: a) descentralização para estados, Distrito Federal e municípios de atribuições relacionadas à realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação e de formação, oferta e implementação de ações de formação e capacitação; b) participação social na elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação e no planejamento das ações de Educação Permanente; c) interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação desta Política; d) proposição de alternativas às equipes responsáveis pela Gestão do Trabalho nas três esferas de governo, conforme dispõe a Resolução CNAS nº 04/2013.</p>
<p>CNAS</p>	<p>Vivenciamos nos municípios do Amazonas, inúmeras questões que afetam, sobretudo, nossa realidade como trabalhadores e usuários do SUAS. Dentre as quais podemos citar: As distâncias geográficas, as situações de vulnerabilidade e riscos sociais que afetam as famílias e a precarização dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial de nossos municípios. Porém, mesmo enfrentando estes desafios, observamos na X Conferência Estadual a disparidade dos números de delegados entre os municípios, pautada em um porte populacional, inserindo-lhes nos portes de metrópole, grande, médio, pequeno I e II. Essa lógica ao nosso ver, não permite uma paridade justa e equânime entre os mesmos por entendermos que este parâmetro</p>

	<p>ocorre uma agregação elevada de municípios de pequeno porte I e II, que somados chegam à 1.185.407 habitantes, embora contém apenas com 8(oito) vagas de delegados, distribuídos entre os 54 (cinquenta e quatro) municípios. Assim com baixo padrão de representatividade esses municípios não conseguem defender e debater sobre questões sócio históricas e persistentes que afetam suas realidades. Sendo assim sugerimos que o CNAS reveja os critérios de distribuição de vagas destinadas aos municípios que compõem os grupos de pequeno porte I e II, considerando a densidade populacional presentes nestes locais por conseguinte concedem maior autonomia ao CEAS como espaço deliberativo e democrático no processo de escolha de seus delegados de acordo com as especificidades locais nas calhas do nosso estado.</p>
<p>Congresso Nacional, Poder Executivo e Respectivos Ministérios, TCU, Poder Judiciário</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, diante do momento de crise social, política e econômica, que coloca em risco o conjunto de conquistas sociais e coletivas, aprofunda as políticas neoliberais de ajustes fiscais, as pautas conservadoras que atacam direitos constitucionais e humanos, que pesam especialmente sob os/as trabalhadores/ as e a população em geral que sofrem com o aumento do desemprego e a violência, repudiamos a agenda de ajustes fiscais que retiram direitos e retrocedem na proteção social da classe trabalhadora, tais como:</p>

	<p>as Medidas Provisórias nº 664 e 665/2015 e a Lei nº 43.330/2014: o Projeto de Lei 5069/2013 que criminaliza as mulheres vítimas de violência e as equipes profissionais que lhes atendem; o Projeto do Estatuto da Família, que não reconhece diversidade humana e social na composição das famílias e os direitos de seus membros; o Projeto de Emenda Constitucional nº 115/2015, no Senado, que propõe a redução da maioria penal; os Cortes nos orçamentos das políticas sociais de saúde, moradia, educação e de assistência social, em especial no SUAS e sobre o Programa Bolsa Família.</p>
<p>A Sra. Ministra Tereza Campello do MDS, senhores governadores/as do Estado e CONGEMAS. Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, viemos por meio desta, solicitar a criação do cargo de musicoterapeuta nas três esferas do governo, bem como, a abertura e a garantia de vagas para este profissional nos concursos públicos a serem realizados, em conformidade com a Resolução nº 17 do CNAS de 2011, que ratifica a equipe de referência da assistência social e NOB- RH SUAS de 2012 que orienta a formação de uma equipe multiprofissional constituída por servidores efetivos. A comissão Nacional dos Musicoterapeutas no SUAS da União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM), junto ao Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do SUAS (FNTSUAS) e demais apoiadores que subscrevem esta moção, seguem firmes na defesa da garantia do espaço profissional e pela valorização dos/as trabalhadores/as da Assistência Social.</p>

<p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, CNAS, CEASS, CMASs, MDS, ÓRGÃOS GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>	<p>Tema: Requisições indevidas do sistema de justiça x SUAS. Nós delegados e delegadas da X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de Dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, manifestamos o nosso repúdio ao modo como as(os) profissionais das equipes de referência dos serviços socioassistenciais são requisitadas(os) para atenderem as demandas, do Sistema de Justiça que vem recorrentemente solicitando destas(es) trabalhadoras(es) que elaborem estudos sociais, laudos e pareceres referentes às matérias da infância e juventude, família e sucessões, bem como ao que concerne às violações previstas na Lei Maria da Penha e concessões de Benefícios Sociais, sendo que tais profissionais não são remunerados tais serviços e o realizam sob pena de sofrer sanções penais e administrativas em caso de desobediência, o que vem gerando acúmulo/excesso de trabalho, bem como uma carga horária exaustiva, muito além daquela para a qual estão sujeitos(as), comprometendo assim, o cumprimento de suas atribuições nos referidos equipamentos da Política de Assistência Social, trazendo prejuízos à qualidade da execução dos serviços no âmbito do SUAS e para a consolidação do sistema. Reiteramos a necessidade do aprimoramento das relações de mediação dos órgãos gestores, para que estes, no exercício de suas responsabilidades, barrem possíveis excessos e tentem institucionalmente impedir requisições que extrapolem o campo da Proteção Social.</p>
--	--

<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</p>	<p>Nós delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada nos dias 07 a 10 de dezembro de 2015, em Brasília, DF, manifestamos recomendação de atenção à participação da população rural nas conferências, conselhos, dada as suas particularidades específicas e distintas da população urbana, assim como na definição das políticas públicas abrangidas pela assistência social apta a atendê-las, notadamente através de assistência técnica e extensão rural, que constitui o mecanismo de concretização da assistência social à população em estado de vulnerabilidade social no campo, realizada desde a década de 50 no Brasil, e, por fim, manifestamos apoio à manutenção destas atividades que são prestadas no Estado do Rio Grande do Sul pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural ASCAR desde 1955, em relevantes serviços na defesa e garantia de direitos e na inclusão social e produtiva atualmente a 226.000 (duzentos e vinte e seis mil) famílias daquele estado.</p>
<p>Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Presidência da República Comissão de Orçamento da Câmara e Senado.</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, repudiam as propostas apresentadas pelo relator do orçamento da União, Ricardo Barros (PP, PR), de cortes dos recursos orçamentários para programa bolsa família considerando o seu papel estratégico no enfrentamento da pobreza, da fome e de outras expressões das desigualdades e desproteções. Ressalta-se que tal corte reduzirá cerca de 40% das bolsas atualmente concedidas às famílias.</p>

<p>Governo Federal, Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Governo Estadual, Municípios, Poder Legislativo, Poder executivo, Conselho Federal e Regionais de Psicologia</p>	<p>Nós delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos dos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães em Brasília-DF, vimos por meio desta solicitar a regulamentação da carga horária de no máximo 30 horas para profissionais da Psicologia, criação da legislação e aprovação do Piso salarial desta classe, tendo assim um bem-estar trabalhista e oferecendo melhor qualidade de atendimento a comunidade. Organizar o fluxo das demandas para psicólogos dos setores da educação e saúde, visto que várias crianças, adolescentes, adultos e idosos necessitam de atendimento/acompanhamento e acabam buscando os serviços do profissional do SUAS pelo fato da facilidade de acesso a este; muitas vezes necessitam de atendimento de caráter psicoterapêutico, onde é realizado pelo psicólogo da saúde ou uma demanda da educação que poderia ser sanada tendo presente um psicólogo educacional em cada escola. Mas as UBS's não tem como composição obrigatória o Psicólogo, com isto o acompanhamento familiar e/ou individual realizado pelos trabalhadores do SUAS ficam com encaminhamentos parados, uma vez que o atendimento necessário ao cidadão fica aberto sem resolução das queixas próprias e acabam sobrecarregando os psicólogos do SUAS, quando a demanda não é das políticas públicas sociais.</p>
--	--



<p>Congresso Nacional, Deputados e Senadores, Presidência da República, Poder Executivo e Judiciário.</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, vimos a público repudiar a tentativa de GOLPE no Estado democrático de direito por parte de setores do Congresso Nacional, capitaneados pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha que, numa atitude desesperada, após não ter conseguido a suspensão do processo de investigação que poderia gerar sua cassação por ter mentido no depoimento da operação Lava Jato, faltando assim com o decoro parlamentar, acolheu na semana passada pedido de impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff que foi eleita legitimamente por 54 milhões de votos dos brasileiros e brasileiras e que nada tem contra si. Este episódio tenta fragilizar os processos institucionais e democráticos constituídos a duras penas pelo povo brasileiro. Evidencia que temos que permanecer mobilizados/as na luta em defesa do estado democrático de direito.</p>
<p>CNAS, MDS, Secretarias Estaduais de Assistência Social, FNT-SUAS, Grupo Nacional de Pedagogos.</p>	<p>Considerando a especificidade do serviço de fortalecimento de vínculo devidamente tipificado. Considerando a necessidade de alcance dos objetivos do serviço pressupõe ações socioeducativa. Recomendo: A inclusão do profissional de pedagogia na equipe mínima de referência de proteção básica na resolução 17.</p>

<p>CNAS, CEAS's, CMAS's, MDS, ÓRGÃOS GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro de 2015, no centro de convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília-DF, vimos por meio desta manifestar o apoio à realização de Conferências Livres, enquanto espaços, alternativos, não concorrentes e complementares aos processos conferenciais formais, por trazerem novas possibilidades metodológicas, de escuta, de interação que inclusive podem inspirar e potencializar as dinâmicas e os resultados dos processos conferenciais formais.</p>
<p>CNAS, CEASs, CMASs, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municípios da Política de Assistência Social</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X Conferência Nacional de Assistência Social reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília- DF, considerando o tema " Consolidar o SUAS de vez, Rumo a 2026", a população das situações de desastres, calamidades e emergências, (públicas e privadas), a exemplo da tragédia que atingiu milhares de pessoas dos subdistritos do município de Mariana-MG e o leito do Rio Doce, e tantos outros que ocorrem periodicamente, REPUDIAMOS a falta de regulamentação e investimentos no âmbito das três esferas de governo/conselhos de Assistência social, em ações no âmbito do Serviço de prestação em situações de calamidades públicas e de emergência, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</p>

<p>CNAS, CEASs, CMASs, MDS, Órgãos Gestores Estaduais e Municipais da Política da Assistência Social</p>	<p>Nós, delegados e delegadas da X CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro de 2015. no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, na cidade de Brasília - DF, vimos por meio desta RECOMENDAR aos gestores federais, estaduais e municipais da política de assistência social para que realizem CONCURSOS PÚBLICOS contemplando todas as categorias profissionais definidas na Resolução CNAS nº 17/2011 e da Resolução CNAS nº 09/2014 de acordo com as especificidades dos serviços e as demandas apresentadas, ressaltando, as categorias profissionais que estão mais diretamente prestando serviços diretamente aos usuários. A inserção desses profissionais na rede socioassistencial qualificará o trabalho que vem sendo realizado pelas equipes referência na proteção social básica e especial.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>Nós, participantes da X Conferência Nacional de Assistência Social, vimos apresentar Moção de apoio à ampliação da oferta dos cursos de Terapia Ocupacional nas Universidades públicas do país. Atualmente apenas 20% das universidades públicas ofertam o curso em seus programas de graduação e inclusive em 8 estados brasileiros temos a ausência da oferta tanto em instituições públicas de ensino como também na rede privada. Contamos atualmente com aproximadamente 16 mil profissionais atuando em vários campos o que faz necessária a ampliação numérica da categoria para atender tanto a legislação vigente que inclui o Terapeuta Ocupacional do SUAS, bem como a colaboração da categoria profissional na atenção às demandas da população atendida pela Política Nacional de Assistência Social.</p>

<p>MDS, SISAN e Presidência da República</p>	<p>O semiárido do nordeste brasileiro, está atravessando uma das suas piores secas, com isso, temos vários impactos sociais, entre eles: o êxodo rural, a migração dos jovens para as metrópoles e outros estados e a mortalidades dos pequenos rebanhos. Ainda se não bastasse tudo isso, a população está sendo afligida por um grande surto de virose, dengue, zica e chincunguinha. Não estamos pedindo mais do que se possa ter um olhar diferenciado para esta, população que muitas vezes tem que comprometer mais de 50% do que recebem do bolsa família para pagar a um carro pipa para terem água ou perder sua dignidade para políticos que muitas vezes usam a seca para manipular as pessoas. Queremos políticas públicas eficaz e efetivas, voltadas para a convivência com a seca, dando-nos assim, a possibilidade e meios necessários de sermos protagonistas do futuro com dignidade, pois já dizia o mestre Luiz Gonzaga: "Seu doutor uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão".</p>
--	--

## 8. Avaliação da Conferência Nacional

### 8.1. Avaliação pela Relatoria e Conselheiros Nacionais:

Para organização desta etapa foram sistematizadas as contribuições dos conselheiros nacionais, manifestas em momento viabilizado especificamente para este fim. As falas ocorreram durante a 261ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, e aqui serão resgatadas a partir dos principais pontos trazidos pelos conselheiros.

Cabe destacar que esta relatoria, participou da reunião, inclusive propondo um roteiro para os debates. As falas contudo, encaminharam as reflexões para outros elementos aglutinadores, o que foi respeitado integralmente na sistematização posterior.

Ainda fará parte deste capítulo a sistematização dos formulários de avaliação preenchidos na conferência. Foram 225 formulários respondidos, o que significa um engajamento de doze por cento dos presentes. Tal número apesar de se apresentar como substantivamente maior do que o alcançado na conferência anterior, aponta para a necessidade de que o Conselho Nacional encontre outros mecanismos e estratégias para estimular maior participação em futuros processos avaliativos de conferências nacionais.

#### **A) considerações acerca da infraestrutura:**

- Boa organização, alimentação, espaço físico;
- Baixa qualidade da internet indisponibilidade de *wifi*;
- Destaque positivo para a decisão de filmagem dos grupos de trabalho;

**B) Importância do tema:**

- Retomada da discussão central da política de assistência social, reafirmando a responsabilidade pública do Estado e especificamente de elementos que apontam para a qualificação do Plano Decenal.

**C) Participação dos delegados:**

- Defesa recorrente do BPC, do Programa Bolsa família e da necessidade de ampliação da rede de serviços sobretudo na fala dos usuários;
- Apelo pelo acesso universal presente nas deliberações;
- Ampliação quantitativa dos representantes de usuários;
- Importante os momentos criados para que os usuários falassem de suas vivências;
- Expressão individualizada das demandas dos usuários;
- Fragilidade política das discussões, apesar de que superior a muitos momentos anteriores;
- Baixo aprofundamento do debate sobre o pacto federativo;
- Insuficiente posicionamento das entidades de Atendimento, Assessoramento e Defesa de Direitos em relação a questões afetas a seu segmento;

**D) As plenárias regionais:**

- Atendimento à demanda antiga dos participantes de outras conferências;
- Identificação das especificidades das respectivas regiões;
- Apresentação de insumos para a implementação do Plano Decenal;

- Estímulo e reconhecimento das realidades e necessidades locais;
- Abertura para o posicionamento dos delegados.

#### **E) As plenárias por dimensão:**

- Possibilitaram a continuidade das discussões realizadas nos municípios, estados e DF;
- Expuseram as dificuldades de compreensão da profundidade dos temas;
- As deliberações não traduziram a força que cada tema contemplou nas falas e não trouxeram toda a complexidade do conteúdo estratégico e político inerente.

#### **F) Proposições:**

- Será fundamental a retomada e análise das prioridades e deliberações das Conferências Municipais e Estaduais para a implementação do Plano Decenal;
- O CNAS precisará criar mecanismos para efetivação do monitoramento das deliberações da XI Conferência e de suas implicações nas resoluções do Conselho.

## **8.2. Avaliação pelos Participantes**

“Olha, o meu orgulho foi ter a minha participação como coordenadora do grupo. Ali eu pude avaliar as questões de destaque, depois as pessoas falando sobre os destaques. Eu me senti uma mulher responsável e aprender com tudo e com todos que estavam ali. Pude perceber que no meio de todos vocês aqui eu aprendi coisas novas”.

Delegada da 11ª Conferência Nacional

## 1 - Apresentação

A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 05 de dezembro a 08 de dezembro de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Apesar de alguns atrasos e necessidade de adaptação da programação, todas as atividades previstas foram realizadas. Foram garantidas as condições para a discussão e debate por parte dos participantes e a liberdade de manifestação.

Essa Conferência Nacional teve como tema “Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS”. Dela participaram 1.862 pessoas, sendo 1.216 pessoas na condição de delegados. Ao final da Conferência Nacional foram recolhidos 225 formulários de avaliação. Esse quantitativo representa 12% do número de participantes. Todos que quiseram se manifestar tiveram essa oportunidade por meio de instrumento de avaliação específico (anexo 1).

Esse instrumento apresentou questões fechadas para avaliação com base na escala de Likert, variando de 1 a 5, correspondendo a nota 1 à pior avaliação (muito ruim) e a nota 5 à melhor avaliação (muito bom). As perguntas foram organizadas em sete blocos, e em cada bloco foi dado a possibilidade de um registro em questão aberta. Ao final, o respondente teve a possibilidade de um campo para registro aberto de forma livre.

Este relatório é composto por esta apresentação, dados sobre o perfil dos respondentes, apresentação e síntese das avaliações, e dois anexos: instrumento de pesquisa e a íntegra das questões abertas.

## 2 - Perfil dos respondentes

Responderam ao questionário de avaliação 225 pessoas que vieram de todas as regiões brasileiras e representando todos os segmentos

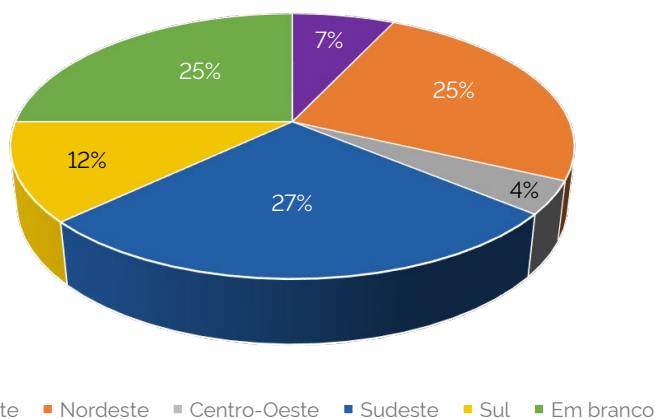


de atores da política de assistência social (governo, trabalhadores, entidades e usuários), conforme apresentado a seguir.

**Tabela 1 – Perfil Regional**

Região	Nº de respondentes
Norte	16
Nordeste	56
Centro-oeste	8
Sudeste	61
Sul	28
Em branco	56

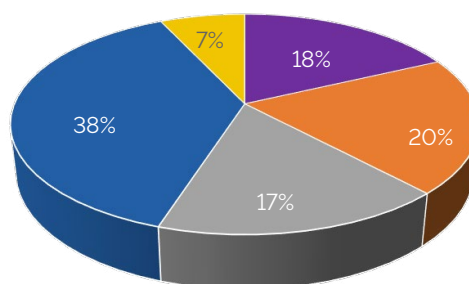
**Respondentes por Região**



**Tabela 2 – perfil de segmento**

Segmentos	Nº de respondentes
Usuário	41
Trabalhador do SUAS	45
Entidade	39
Governamental	84
Em branco	16
Em branco	56

Respondentes por Segmento



■ Usuário ■ Trabalhador do SUAS ■ Entidade ■ Governamental ■ Em branco

### 3 – Resultados

De um modo geral o evento foi bem avaliado em todos os seus aspectos, embora de forma mediana, entre o regular e o bom.

#### 3.2. – Consolidados das questões fechadas

**Tabela 3 – Médias das avaliações por blocos**

Bloco I Infraestrutura	4
Bloco II Acessibilidade	3
Bloco III Programação	3
Bloco IV Alimentação	3
Bloco V Hospedagem	3
Bloco VI Traslado	3
Bloco VII Participação dos delegados	4

**Tabela 4 - Média das questões nos Blocos**

Nº da Questão	Bloco I Infraestrutura	Bloco II Acessibilidade	Bloco III Programação	Bloco VI Alimentação	Bloco V Hospedagem	Bloco VI Traslado	Bloco VII Participação dos delegados
1	4	4	4	3	3	3	4
2	4	4	3	3	4	3	4
3	3	3	3	3	4	3	4
4	3	3	3				
5	4	3	2				
6	3						
7	4						

### 3.2. Consolidado das questões abertas

#### Bloco I - Infraestrutura

As queixas foram relacionadas à alimentação (ambiente e qualidade da comida/água e café), material fornecido, sinalização (para acesso às oficinas e organização do credenciamento), e problemas nos ambientes (pouca limpeza dos banheiros, temperatura das salas - ou muito quente no caso das localizadas na área do refeitório, ou muito frias) e baixa luminosidade no auditório.

#### Bloco II - Acessibilidade

Os problemas quanto à acessibilidade foram: transporte de cadeirante, acessibilidade nos banheiros, demora na distribuição de material em Braille, qualidade insuficiente do material em Braille, falta de legenda nos telões, falta de registro em Braille nos aparelhos de votação e Linguagem inadequada dos intérpretes de LIBRAS.

### Bloco III - Programação

Ausência de abertura do evento e falta de rigor na direção dos trabalhos. Descumprimento dos horários da programação, em especial o tempo necessário para a aprovação do Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional.

### Bloco IV - Alimentação

Falta de opções. Pouca variedade nas ofertas no refeitório, comida fria e ambiente inadequado (toalhas sujas, moscas). Faltou a alimentação para os governamentais e nota fiscal para quem pagou a alimentação.

### Bloco V - Hospedagem

Definição em cima da hora das hospedagens, problemas de acessibilidade (quartos não adaptados sem cadeira de banho), falta de água (garrafa de água conforme edital CNAS), alguns problemas no check in e quartos apertados.

### Bloco VI - Traslado

Insuficiência de veículos adaptados, traslados atrasados e inadequados aos horários do evento. Falta de preparo e cordialidade dos motoristas.

### Bloco VII - Participação dos Delegados

Houve qualidade nos debates e presença ativa dos delegados. No entanto, prejudicados pelo “engessamento” das propostas pelo CNAS e desmotivados pelo atraso e desorganização.

### Avaliação Geral

Quanto às questões de infraestrutura e logística a principal sugestão foi a mudança de estratégia de financiamento aos participantes para

oferta de diárias a fim de proporcionar maior liberdade e qualidade no acesso à transporte, alimentação e hospedagem.

As principais críticas quanto ao conteúdo e a forma da Conferência Nacional foram algumas ausências percebidas como fatores que diminuem a importância do evento, tais como: abertura oficial com fala de representante do governo federal - MDS, execução do hino nacional, presença de lideranças políticas como deputados e senadores, e o cumprimento dos horários.

**Anexo 1 – Instrumento de avaliação**

## AVALIAÇÃO

Caro (a) participante,

Solicitamos sua manifestação em relação à 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, respondendo a esta avaliação.

Sua opinião é muito importante para o aperfeiçoamento das conferências nacionais pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Nome (opcional):

\_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Segmento de Representação:

Usuário  Trabalhador do SUAS  Entidade Socioassistencial  Representação governamental

Para responder aos itens abaixo pedimos que utilizem a escala que varia de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom). Leia os itens listados e escolha a nota da escala que melhor representa a sua opinião sobre essa reunião.

Registre sua resposta à direita de cada item com a nota escolhida ou N/S (não sabe), quando julgar que o item não contempla sua opinião.

1. Muito ruim; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Bom; 5. Muito bom.



### BLOCO I – INFRAESTRUTURA

Infraestrutura	
Itens	Nota
1. Local de realização da 11ª Conferência Nacional (facilidade de acesso, segurança etc.)	
2. Qualidade das instalações físicas do local de realização no que refere à iluminação, som, acústica, temperatura, mobiliário etc.	
3. Banheiros	
4. Qualidade do material distribuído nas pastas	
5. Credenciamento	
6. Atuação da equipe de coordenação (acolhida, solução de problemas etc.)	
7. Entendas e espaços de convivência	
Observações:	

### BLOCO II – ACESSIBILIDADE

Acessibilidade física, atitudinal e comunicacional	
Itens	Nota
1. Credenciamento	
2. Auditório e salas	
3. Banheiros	

4. Restaurante	
5. Braille e outros acessos (Libras, áudio descrição, acesso digital)	
Observações:	

**BLOCO III – PROGRAMAÇÃO**

PAINEL/MESA REDONDA	
Item	Nota
1. Temas abordados na 11ª Conferência Nacional	
2. Qualidade das exposições e debates	
3. Dinâmica dos trabalhos	
4. Tempo destinado aos debates	
5. Cumprimento do horário da programação	
Observações:	

**BLOCO IV – ALIMENTAÇÃO**

ALIMENTAÇÃO	
Item	Nota
1. Qualidade da alimentação	
2. Atendimento	
3. Alimentação Especial (refeições destinadas à públicos específicos: celiacos, diabéticos, etc.)	
Observações:	

**BLOCO V – HOSPEDAGEM**

HOSPEDAGEM	
Item	Nota
1. Orientações prévias sobre a hospedagem	
2. Qualidade da hospedagem	
3. Acessibilidade	
Observações:	

**BLOCO VI – TRASLADO**

TRASLADO	
Item	Nota
1. Orientações prévias sobre o traslado	
2. Qualidade do traslado	
3. Acessibilidade	

Observações:
--------------

**BLOCO VII – PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS**

Participação dos delegados	
Itens	Nota
1. Presença dos delegados nas atividades	
2. Qualidade da participação dos delegados	
3. Minha participação	
Observações:	

**BLOCO VIII – AVALIAÇÃO GERAL**

Como quiser, utilize o espaço abaixo para registrar as questões que julgar necessárias em relação à avaliação da 11ª Conferência Nacional.



## Íntegra das respostas às questões abertas

### Bloco I

- Banheiros falta de sabonete e água no último dia. Materiais do participante, deveria vir junto no primeiro dia na sacola pois iria sanar muitas dúvidas e informações importantes. Falta blocos de anotações. Atuação da equipe, demorei a achar a sala nos dias do grupo por ausência de informação. Estandes, poucos lugares para sentar.
- Acessibilidade péssima, piso total escorregadio, banheiros imundos e odor. Espaço adequado, limpeza regular, equipe de suporte do evento ótima, iluminação ruim.
- Melhora a alimentação e preço, pois comemos melhor em outros lugares, melhor preço e qualidade. Somente o ar condicionado, muito frio.
- O ar ficou muito baixo, o banheiro bem sujo e quase sempre sem papel. Para a próxima conferência mais organização.
- Uma porcária a questão do café.
- Alimentação cara para quem já era sociedade civil e muito ruim. Acessibilidade ruim, salas ruins.
- O local era mal iluminado, os banheiros ficaram sem água, os lanches foram servidos em local inadequado impossibilitando que todos se servissem, O manual do participante foi entregue dois dias depois do início, a programação não tinha os nomes dos palestrantes.
- Faltou bloco de anotações para os participantes, a equipe de organização está completamente desorganizado. Na abertura não colocaram nem o Hino nacional para tocar. Faltou comunicação da equipe organizadora com os que estavam traba-

lhando no evento. A iluminação pública estava a desejar no auditório.

- Faltou mapeamento dos locais com mais visibilidade e facilidade na localização das atividades.
- Não recebi pasta porque sou acompanhante. Todas as vezes que eu precisei usar os banheiros e tive dificuldades, faltava papel, sabão líquido, outros momentos, faltava até água. Banheiro fedidos e sujos.
- Credenciamento confuso, desorganizado e sem sinalização.
- O local é bom, contudo as instalações físicas estão deterioradas. Faltou material.
- O credenciamento foi muito desorganizado e conferiu muito prejuízo aos participantes.
- Faltou bloco de anotações. Faltou local para descanso pós almoço, sofá, cadeiras, poltronas, os que tinham não foram suficientes. Iluminação para a plenária no auditório principal muito fraca.
- Bom, eu queria dizer que eu gostei de tudo aqui nesse lugar, foi tudo muito incrível para mim, muito legal.
- Repudio o CNAS não haver disponibilizado traslado, do hotel ao evento e vice-versa, aos representantes governamentais.
- Torneiras de banheiros não funcionavam e auditório pouco iluminado.
- Os estandes deveriam ser colocados por estado, ao invés de serem colocados por região. Houve pouca distribuição de materiais para os delegados.

- Banheiros inadequados para pessoas com deficiências com o acompanhante, no caso de o acompanhante ter o sexo oposto.
- Deve ser melhorado muito
- Problemas de acessibilidade nos banheiros
- A distribuição das salas causou problemas. Elas deveriam estar distribuídas segundo o eixo no mesmo lado para facilitar o acesso. As pessoas que estavam orientando não estavam bem informadas, fazendo as pessoas rodarem de um lado para outro. Transtornos desnecessários.
- A metodologia de não pagar as diárias para a sociedade civil impossibilitou a autonomia e gerou muitas filas para se alimentar e deslocamento. O direito de livre escolha deve ser respeitado para decidir onde se hospedam se alimentar e se deslocar. Muito atraso na programação
- Muito difícil em relação às orientações dos espaços, muitos não sabiam informar nada.
- Parabenizo a organização do evento e destaco que senti falta de acessibilidade em alguns locais, falta de sabonete nos banheiros, temperatura baixa no auditório e má condução da mesa fina.
- Contradição nas informações repassadas. Dificuldade na resolução dos problemas.
- Sou cadeirante e teve falha na infraestrutura para a pessoa com deficiência, espero numa próxima ter uma acessibilidade melhor.
- Falta de ventilação principalmente nos refeitórios, banheiros a desejar, auditório pouco iluminado. Banheiros muito sujos, os vasos sanitários sem limpeza devida.

- Alimentação escassa.
- Parabéns a todos.
- Banheiros sempre sujos, sem sabonete e papel toalha. Equipe desorganizada, informações contraditórias.
- Iluminação foi péssima do auditório no fundo, mas a parte da frente estava OK.
- Faltou estantes com materiais mais interessantes.
- Sem programação e sem um bloco ou folha para anotações. Faltou iluminação e folha na identificação dos delegados.
- Falta de interesse em dar informação com falta de educação por parte dos agentes da empresa organizadora, tais como segurança, etc.
- Tem que pensar mais nos deficientes pois somos cidadãos também, fui barrada entrada prioridades.
- Hotel Phenicia péssimo, nem wifi disponibilizou; o transporte de deficiente deixou a desejar tive que pagar taxi para ir ao hotel me trocar; alimentação foi 1-; organização e condução do evento foi HORRÍVEL.
- Os materiais estavam excelentes com exceção do certificado que foi mal elaborado. Banheiros pouco acessíveis (alguns interditados), pouca higiene e faltou água no último dia.
- Avaliação baixa dos banheiros se justifica pois em razão do alto número de usuários, não houve a higienização adequada e falta de reposição (papel toalha / higiênico e sabonete líquido).
- Muito pouca acessibilidade em todas as categorias.

- Queria registrar a boa qualidade dos alimentos simples mais delicioso. O atendimento da equipe de serviço nota 10.
- Muito triste pela falta de respeito para com os representantes governamentais em todos os sentidos.
- Melhorar a organização, identificação, entregar o manual no primeiro dia, melhorar a qualidade da alimentação, seguir à risca a programação e seus horários, melhoria dos ônibus para o transporte dos participantes, a mesa e a relatoria deveriam se posicionar melhor para agilizar o tempo de participação e fala da plenária.
- A organização não contemplou a expectativa.
- Respeitar horário conforme programação, melhor condução das mesas, condução das falas e cumprimento de tempo para cada fala, atentar-se na quantidade de destaques durante a aprovação das propostas finais, aprovação destas.
- As equipes de serviço poderiam ser mais agradáveis no trato com todos.
- Só cobrar da empresa de transporte que transportou deficiente que cumpra com os horários marcados.

## **Bloco II**

- Banheiros sujos e falta de água.
- Foi levantado a questão que no início do evento não havia material pronto em libras, o que é inadmissível.
- Gostei muito, pq eu cheguei aqui e gostei, conheci pessoas incríveis e muito bacanas. Item 5 não posso avaliar pois não estava disponível para quem deles necessitava.

- Teve muita intervenção atrapalhando o bom andamento da Conferência. Não utilizei os serviços.
- A refeição teria que ter uma melhor qualidade.
- Não utilizei, mas a população que necessitou dos serviços reclamou bastante da referência n 5. Aparelho de votação P/DV, precisam ser em Braille.
- Livro de Braille mal elaborado, falta de legenda nos telões. Algumas salas sem acessibilidade.
- Acessibilidade vergonhosa.
- Auditório bom, salas montadas próximo ao restaurante horrível, quente demais, água quente para beber.
- As intérpretes de LIBRAS utilizaram uma linguagem não adequada à Política de Assistência Social. As expressões são pouco técnicas e com conceituação equivocada.
- Banheiros péssimos, principalmente para as pessoas que precisam de higienização e o despreparo das pessoas de apoio na organização, no acolhimento das pessoas com deficiência.
- Não colocaram em acesso na entrada.
- Cadeira super desconfortável nas salas de trabalho
- O almoço não era para ser pago. O Estado do Pará não cobrou almoço.
- Comida muito ruim na maioria das refeições sobretudo no primeiro dia que a comida estava de péssima qualidade.
- A arquitetura 5, a nota porem foi baixa, pois muitos amigos com deficiência tiveram problemas em questão acessibilidade.

- Ter banheiro que contempla de fato os cadeirantes e mais limpo.

### **Bloco III**

- Falta de condução dos trabalhos.
- Embora saiba que depende do público, toda a programação sofreu atraso, a dinâmica dos grupos não facilitou o andamento pois tinham facilitadores bastante desesperados. A Conferência magna foi superada, com fala consistente. O CNAS deveria ter convocado a todos a ir às ruas em defesa do SUAS.
- A Conferência como um todo foi muito proveitosa, no entanto senti falta de mais discursões sobre a atual conjuntura que a assistência tem enfrentado e possa vir e passar pelo Brasil. A questão do cumprimento do horário foi muito falha e desordeira, senti a necessidade de uma coordenação para tomar as rédeas do cumprimento do horário e organizar os destaques e questões de ordem que ocasionou desordem gastou muito tempo.
- Apreendi muitas coisas novas.
- Muitos atrasos para iniciar os trabalhos, e com isso tudo foi sendo prejudicado.
- Me senti perdida o tempo todo. Não houve respeito algum com a programação. Cheguei e vou embora com a mesma sensação de perda. Não houve cumprimento da programação divulgada.
- Não houve cumprimento dos horários previstos.
- O cumprimento da programação foi péssimo.
- Constrangimento do hotel com a delegação. Cobrança diária.
- Faltou pessoal de apoio.

- Ser mais pontual na programação.
- Não foi cumprido o tempo programado. sequer houve abertura do evento. Manual do participante chegou retardatariamente.
- É preciso otimizar a leitura do regimento e melhorar a dinâmica da plenária final. Todos dispersos no primeiro horário e se estendendo demais no segundo horário. Não divulgaram o expositor.
- Precisa ser repensado o tempo para a votação das propostas. Muito atraso nas atividades.
- Muito atraso nos debates.
- Muito tempo destinado na aprovação do regimento interno e pouco nas exposições. O atraso na programação causa um desconforto muito grande aos participantes.
- Com relação a cumprimento de horários seria.
- A mesa ser mais rigorosa na direção dos trabalhos.
- Cumprimento da programação péssimo, deveria ter mais opções e tempo para oficinas, podendo rever o dia de votação do regimento.
- Os temas ficaram muito confusos 1 e 3, desde as municipais. Sem abertura oficial.
- Muitos atrasos.
- É necessário mais organização e mudanças do dia da votação para a quinta-feira. Convidar voluntários para participar da Coordenação.
- No grupo que participei pela manhã a condução foi muito ruim.



- A assistência social e o SUAS é apartidário; a abertura não teve o hino nacional. Só um pouco mais de organização.

#### **Bloco IV**

- A comida pra mim foi muito boa, o que quero é ter a outra oportunidade de estar aqui de novo. Alimentação deixou a desejar.
- A qualidade do alimento não o valor cobrado, vejo que poderiam ter feito um pouco mais baixo o preço. Alimento frio, demora na reposição do alimento
- Restrição de diversidade de salada.
- Eu tenho intolerância a lactose e no dia o arroz integral estava cheirando ruim.
- Nas alimentações especiais faltou sabor. Toalhas sujas. Local com muitas moscas e odor fétido próximo aos nichos.
- A qualidade das refeições era ruim e com valor alto. EXCELENTE!
- Não tive direito à alimentação por isso não tenho como avaliar.
- A alimentação devia ser para todos os delegados, isto é, governamental e sociedade civil, uma vez que, o governamental custeia a hospedagem
- NÃO utilizei este serviço, mas ouvi bons comentários.
- Faltou informação, os trabalhos continuarão mas os horários do almoço ainda serão mantidos Precisa melhorar e variar as sobremesas.
- Coffees sem programação e organização.

- Devemos ter o direito de escolher o que queremos comer, por isso as diárias seriam melhores. A alimentação realmente deixou a desejar e o atendimento também.
- Pouca variedade, qualidade ruim e arroz muito cru.
- Absurdo cobrar alimentação de trabalhadores do SUAS, sabendo que a maioria veio por conta própria, não tendo apoio do município nem do estado, tão pouco do Governo.
- Deixou a desejar, porque misturar doce com salgado, o que dificulta aos deficientes visuais, falta de higienização com muitas moscas nas mesas e alimentação.
- Faltou nota fiscal para delegados do poder público poderem se alimentar no local. Repetição da sobremesa, doce de leite.
- Faltou alimentação para os governamentais.
- A alimentação muito sem sabor, sem tempero e merecia uma melhor diversidade. O valor também muito alto.
- Ruim, não tomei um café, almoço pago.
- O lanche fornecido à tarde insuficiente, lembrando que a sociedade civil veio sem diária e muitos são usuários que estão desempregados
- O arroz integral no 1º dia estava cheirando ruim e com gosto de barata / mofo. Comida de péssima qualidade.
- Nutricional equilibrado e variado.
- Nós governamentais tivemos que pagar 20,00 reais por refeição de péssima qualidade.
- Tenho restrição a lactose, na opção de massa o tempero de

alho era muito forte e se repetiu o mesmo tipo de tempero na opção massa. Necessário maior variedade de opção, as sobremesas poderiam ser mais variadas e saborosas também.

- Ônibus não eram adaptados, sendo que a criação de van específicas será segregação entre os participantes e afetam a convivência social dos delegados de um modo negativo.

### **Bloco V**

- Hospedagem muito boa e hotel muito bom e bacana. Não tenho do que reclamar de nada, e sim somente a agradecer.
- Hospedagem Excelente.
- Também não tive direito, nem pelo estado e nem pelo governo federal.
- A nota quanto à hospedagem refere quanto ao custeio pelo poder público.
- Se possível, solicitar a todos hotéis onde a sociedade civil custeada pelos governos fica hospedada, desconto para os delegados governamentais, pois somos essenciais tais como os demais.
- Dificuldade para sociedade civil, pois infelizmente tivemos usuários desempregados que não tinha dinheiro para estar aqui e arcar com despesas mínimas, sugiro que além de bancar hospedagem e traslado e alimentação, destinar um valor em diária para despesas extras.
- Só não me senti a vontade de dividir com quem não conhecia.
- Não fiquei no Hotel disponibilizado para a sociedade civil, mas as informações do hotel saíram apenas 1 dia depois de iniciar a Conferência.

- Fomos muito bem atendidos por todos que fazem o hotel Phenicia.
- Minha hospedagem foi tranquila e boa, mas custeada e organizada pelo município.
- O CNAS não deveria fazer diferenciação entre governamental e sociedade civil nas questões de pagamento de hospedagem, ou ao menos organizar junto aos CEAS para que as delegações ficassem no mesmo hotel.
- A empresa responsável é de uma irresponsabilidade tamanha.
- Ao chegar no hotel onde foi dito que iria ficar durante os dias da Conferência, tive a ingrata surpresa de não ter que ficar. Foi dito na recepção de que tinha outro hotel e nos deslocamos a pé, ao chegar no hotel, ficamos até as 9:45h a espera de um apartamento adaptado. Foi muito ruim, pois já estava muito cansado e sem dormir por mais de 20 horas. Sou uma pessoa com deficiência e meus direitos foram desrespeitados. Ainda ao chegar no apartamento mesmo adaptado não havia água para o consumo, como previsto na orientação CNAS, esta só chegou quando reclamamos.
- Não tinha acessibilidade em alguns hotéis.
- Faltou informações para algumas pessoas novamente, os conselhos estaduais, deveriam ter orientado, se envolvido e participado mais.
- Não me hospedei pelo evento. Infelizmente representante governamental não teve despesa paga. Na qualidade de observador foi custeado pelo município.
- Despreparados para receber tantos hóspedes naquele momento e falta de acessibilidade. Foi elaborada pelo poder público.

- Repudio o CNAS, não haver garantido 1 água para os representantes governamentais.
- Tentar agilizar o processo licitatório na questão da hospedagem para não acontecer, novamente, aquela falta de respeito com a delegação do RN.
- Over booking no hotel. Muito estresse e constrangimento. Retorno zero dos responsáveis. Quarto triplo apertado. Péssimo.
- Maior desorganização da história no que se refere a hospedagem.
- Viemos de muito longe e por conta própria. Recebemos apenas as passagens e as diárias não foram pagas até a presente data, obrigando-nos a racionar o hotel, transporte e alimentação para evitar apertos maiores. Com isso tivemos que ficar em hotéis super desconfortáveis sem direito a uma água e o café da manhã de má qualidade.
- O pagamento de diárias é mais justo.
- Além do quarto estar fedendo a urina, o quarto era duplo e colocaram mais uma cama, impedindo assim a locomoção dentro do quarto.
- Hotel Monumental Bittar: mofo demais, café da manhã sem opção, tive problemas sérios pois sou asmática e tenho bronquite.
- Falta de informação sobre o local de hospedagem, informações contraditórias no hotel quanto aos direitos e cortesia aos participantes.
- Não recebi nenhuma informação previa sobre hospedagem, descobri na chegada ao aeroporto.

- Falta de cadeiras higiênicas para pessoas com deficiência, falta de duchas (funcionando), o atendimento dos recepcionistas deixou a desejar e café da manhã muito bom e acessível.
- Tive de pagar a parte, não deveria ser assim.
- Ficamos horas para realizar o check-in e muitos tratavam-nos de forma "inferior" Foi tudo bacana.
- Passamos por dois hotéis até nos estabelecermos de fato. Atraso na participação na conferência.
- Hotel não possuía cadeira de banho; recepcionista sem educação e sem habilidade para tratar os hospedes (Hotel Phenicia).
- Atendimento muito ruim.
- Não tinha cadeira de rodas, não tinha wifi; tive que pagar água e banheiro sem porta. Todos os deveriam estar adaptados em Brasília com acessibilidade.
- Gostei muito do hotel fui muito bem atendido lá tem um ótimo café.

## **Bloco VI**

- Foi dito que teria, mas muita confusão com os horários.
- Traslado deficitário, vans sujas, pouca quantidade, falta de disponibilidade. Pouco esforço.
- Mesmo não sendo da sociedade civil que teve transporte garantido, pude usufruir em alguns momentos do traslado. Foi mencionado que apenas 1 ônibus tinha acessibilidade p cadeirantes.

- Não se sabia o horário de saída dos hotéis e de volta. Foi oferecido pelo poder público.
- Ônibus sujos, motoristas educados, prestativos e simpáticos.
- Não tive direito a essa vantagem, mas ouvi pontos positivos de quem teve acesso. Não tive acesso a traslado, sou governamental.
- Traslado Por conta própria.
- Ao chegar ao aeroporto as 5:20h da manhã do dia 06/11/2017, não havia transporte para nos conduzir para o hotel, tivemos que tomar um taxi utilizando nossos próprios recursos
- Havia um cadeirante na delegação que passou muito constrangimento. Nomenclatura PNE no lugar de PCD. Ainda bem que teve uber na cidade porque o ônibus demorava demais. Péssimo!
- A delegação teve que custear o traslado durante todo o evento, sem o recebimento de diárias.
- Os motoristas esperavam o ônibus lotar. Deveriam fazer mais viagens. Atrasaram os participantes na chegada ao evento.
- Muito ruim. Falta de preparo e comunicação. Transporte ruim. Falta de cumprimento dos horários
- Ouvir da organização que estava fazendo favor em levar os trabalhadores do SUAS do aeroporto ao evento ABSURDO.
- Em nenhum momento fui informada sobre horário de ônibus. Querer 100% é demais, vi muito empenho da equipe, agradeço.
- Insuficiência de veículos adaptados, sendo um micro-ônibus escolar sem segurança (travas e cintos) e duas vans sendo que

uma a motorista Dina, muito despreparada para o atendimento, o motorista Luís supriu as necessidades e está de parabéns.

- Não tive traslado. Injusto e muito complicado.
- Perguntar antes de comprar, talvez no formulário de delegado onde é mais viável (aeroporto, rodoviária). As vezes fica até mais barato como no meu caso.
- Colocaram ônibus no 1º dia com acessibilidade terrível, os degraus muito altos. Tínhamos idosos e deficientes visuais.
- Horário de traslado para o aeroporto de regresso, não compatível ao horário de votação.
- Nada a reclamar o CEAS/MG garantiu o traslado conforme determinado na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social de MG.
- Não cumpriram os horários.
- Onde se viu deixar uma cadeirante -5hs esperando no aeroporto esperando por um carro adaptado pra buscá-la. Do hotel ao centro de convenções vinha sempre a pé para não chegar atrasada.
- No primeiro dia fui muito destrutado pelo motorista e o ônibus não era acessível e demorou muito. Falta de receptivo direcionado a chegada dos participantes.
- Na maioria das vezes as pessoas ficavam esperando a lotação das vans e ônibus, porem mesmo com a lotação cheia os carros não saiam e as pessoas pegavam taxi ou Uber.
- Amigos com deficiência tiveram muitas dificuldades do aeroporto/hotel/Centro de Convenções sem horário claro, causando desconforto e confusão.



- Só cumprir com os horários marcados, cheguei à espera cerca de 01 hora 2 dias.

## **BLOCO VII**

- Os delegados deveriam levar mais a sério a Conferência.
- Quero deixar meu repúdio enquanto nos delegados eleitos, representantes da BAHIA não participamos da abertura da Conferência, momento de suma importância. Na qual a leitura do regimento interno para a devida apreciação e aprovação do mesmo. O governo do Estado responsável pela compra das passagens, não nos deu condições, comprou as passagens aéreas para as 2:27 horas (madrugada da terça-feira com chegada em Brasília as 5:20h da manhã de quarta-feira.
- Um desrespeito aqueles como
- Eu que luto pela política de assistência social.
- Na próxima conferência nacional de assistência social, cumpra a programação e horários.
- Muitas questões que foram levantadas eram desnecessárias, parecia que algumas pessoas estavam lá apenas para tumultuar. Muito tumulto inicial na plenária final, o que complicou e atrasou o andamento da votação.
- Estive presente durante todo o tempo em que aconteceu a Conferência nacional, apesar de ter chegado as 5:20h da manhã da quarta-feira por conta da saída do voo da cidade de Salvador/BA.
- Atrasos, esvaziamento em alguns momentos. Quanto a participação foi importante, mas de fato o CNAS deve pensar em capacitação e deve planejar - iniciar- em fevereiro o planejamento.

- Observei desorganização da plenária. Falta de padronização nos eixos e na metodologia.
- Gostaria de ter participação mais porem perdi muito por falta de informações/ orientações sobre a programação.
- Isso porque só cheguei na quarta devido a desorganização do CEAS/BA. Todos foram fantásticos.
- Os delegados nas atividades estavam participando, mas a quantidade me pareceu bem inferior ao total.
- Faltou informações.
- MAIS trocas de conhecimentos e aprendizagem participativo.
- Alguns delegados dispersam e não participam na integra das atividades, causando prejuízo na representação. Considero que os debates foram de muita qualidade nas intervenções.
- Pelo que observei os delegados estavam presentes em todos os momentos.
- Fico preocupada como as pessoas pregam justiça e estão sempre grosseiras e faltando com educação.
- O CNAS não deveria ter engessado as propostas o que prejudicou muito a qualidade das discussões nos grupos.
- Minha participação foi afetada por problemas com traslado e por motivo de saúde na quinta feira.
- A qualidade da participação dos delegados ficou uma pouco comprometida devido as dispersões e constantes manifestações na plenária que de certa forma desviou o foco das atividades previstas.

- Delegados que vieram a Brasília passear.
- Estive presente em todos os momentos e observei que as delegações participaram ativamente com compromisso, todos de parabéns.
- Atraso para início dos trabalhos, sempre chegando alguém com atraso.
- Falta de interesse nos desenvolvimentos dos trabalhos que vieram fazer, se destinando mais ao turismo
- Ficaram todos desmotivados com a demora e falta de organização.
- Muitas atividades artísticas em momentos cruciais. Esgotei ao máximo, mas eu podia ter sido melhor.
- Sempre todos nós.
- Alguns conselheiros não participaram, fazem viajar e vão passear. Falta recursos para alguns serviços no geral.
- Os Delegados precisam ser mais responsáveis com o evento.
- Decepcionada. Delegados e participantes que não sabem nem o que vieram fazer, faltou maior condução por falta de quem conduzia a conferência.
- Poucos usuários na votação, menos de 5-% presente para votação. Quem vem para uma Conferência tem que ter responsabilidade.
- Os Delegados ficaram muito dispersos e estavam defendendo causa própria. Alguns delegados estavam participando com o objetivo de tumultuar o evento.

- Uma questão de responsabilidade, maturidade e comprometimento com o cargo de delegado, assumido anteriormente.
- Sei que é de cada pessoa, mas houve muitos comportamentos desrespeitosos, o que prejudicou muitas vezes o debate mais qualificado.
- Embora pelo fluxo de pessoas muitas vezes não ficamos reunidos, mas valeu o trabalho e os objetivos.
- Os ônibus atrasavam devido ao atraso de alguns delegados e o grupo que estava nos hotéis tinham que ficar esperando.
- Não faltei em nenhuma das atividades, fiquei muito contente com a minha participação, aprendi bastante.

### **Observações Gerais**

- Considero que por se tratar de uma conferência nacional a mesma deixou muito a desejar em vários aspectos, em particular a organização como um todo do evento.
- Registro minha indignação em não poder participar integralmente da plenária final, por motivo de agendamento da passagem aérea pelo conselho em data e horário simultâneos ao evento.
- Péssima qualidade no que se refere à organização, de modo que não houve lanche o suficiente para todos, as refeições estavam com os valores bem altos, e não era de boa qualidade. Não houve cumprimento dos horários de forma que sequer houve abertura oficial da Conferência. A limpeza dos banheiros estava de má qualidade.
- O não cumprimento dos horários tornou a Conferência desorganizada e cansativa, perdendo o objetivo principal, mas entendendo que estamos num espaço de exercício da democracia,

com diferentes pontos de vista e discussões enriquecem e fortalecem os diferentes segmentos.

- Falta de entendimento, compreensão e tumulto em torno das falas. Faltou mesa de abertura. Ausência de lideranças políticas (deputados, senadores...).
- Na programação não havia informação sobre as palestras e as mesmas eram simultâneas a outras atividades de igual valor. No geral achei que a organização pecou em vários aspectos tais como: abertura, cumprimento de horários, transporte local, reserva nos hotéis, e outros. Maior clareza nas informações.
- Pelo momento político, social e econômico que vivemos, esperava uma conferência mais política.
- As oficinas poderiam ter iniciado mais cedo, contudo devido ao grande atraso não conseguimos participar mais. As salas não estavam sinalizadas, o que dificultou os acessos.
- Considero que devem aproveitar os conselhos estaduais para auxiliar em aspectos que remetem a solução de problemas, distribuição de material, informação. Os estandes por regiões também deveriam ter informação, orientação. Observei que os conselheiros nacionais não permaneceram nas mesas, não em todas, e em algumas não acompanharam. Mesa de apoio tinha apenas uma pessoa. Não tinha pessoas identificadas para assessorar tecnicamente os delegados. Para quem está de fora deu a sensação de ausência dos conselheiros nacionais. O momento atual influenciou muito nas posturas das pessoas. Considero positivo, mas negativo no aspecto que remete a intolerância e grau de exigência, visto que num processo dessa dimensão é previsível equívocos, mas entendo que em alguns momentos faltou o envolvimento de um conselheiro

nacional no processo. Também deveriam estar identificados com camisa ou colete. Não consegui entender porque os conselheiros nacionais não podiam ficar durante todo o evento. Percebi equipe grande e comprometida na solução a relatoria. Novamente entendo que os conselhos estaduais deveriam ter sido referencias. Poderia ter sido disponibilizado avaliação on-line. Parabéns! Quanto as falas poderiam ter definido um tema para cada pessoa abordar, até dentro dos seus segmentos ficou repetitivo; mais do mesmo- o bom que o pessoal era qualificado. O CNAS deve definir as diretrizes das Conferências com antecedência- maior antecedência.

- Na volta à noite o ônibus deixava duas quadras antes dos hotéis.
- Pontos a serem destacados; desorganização dos horários e debates. Tempo de duração excedente, falhas na condução do regimento, mudaram a metodologia e com isso atrasaram todos os trabalhos.
- Só fiquei decepcionada, porque não tinha nenhum deputado, junto do povo e isso deve ser refletido nas eleições do ano que vem.
- Organização decepcionante, Credenciamento sem sistema ativo e sem plano B, manual do participante foi entregue no 3 dia, digitadores que não sabem digitar, programação desfigurada, votação do regimento absurdamente ridícula, sem coordenação competente, falta de representação do MDS e autoridades ligadas ao SUAS, metodologia do trabalho confusa. A Conferência pode e deve ser polemica, mas organizada e segura. Comissão organizadora instável e insegura.
- Foi boa a Conferência, mas faltou o respeito do Estado na questão diárias dos governamentais, alimentação precária e cara.

Espaço físico bom, grupo de trabalho bom. Faltou atenção por parte do governo estadual bem como do federal, água para beber sempre quente, entre outros.

- Qualidade de alimentos abaixo do que se espera.
- Melhorar a qualidade da alimentação ofertada no local. Credenciar prestadores de serviços na área da alimentação, além da empresa ganhadora do certame, para ampliar a oferta no local do evento. Rever a metodologia da plenária final. Muitas propostas aprovadas nos grupos para serem articuladas na plenária final. Votação prejudicada com saída antecipada de alguns delegados.
- Organização muito ruim, a mesa nas deliberações com muita confusão entre si. Não cumpriu o cronograma.
- A comunicação é uma arte. Estou muito contente de participar da 11ª conferência.
- O nosso direito de participação no todo da Conferência foi cerceado ao fazer agendamento de passagens aéreas no segundo dia da mesma. Eu cheguei em Salvador na segunda e só viajei na quarta.
- Passei mal uma hora antes do embarque devido ao cansaço e nervosismo. Fui socorrida por outros delegados que também estavam acampados no aeroporto.
- Ausência da abertura de solenidade da Conferência. Impossibilidade de participar de mais de uma oficina, tendo em vista que ocorreram simultaneamente. Verificar a possibilidade de envio dos materiais de pelo menos 3 oficinas: medida socioeducativas/rede socioassistencial a pessoa com set, de rua e ciclo orçamentário (fcrs04@hotmail.com). Enviar certificado retificado por e-mail.

- Vamos lá então, os problemas foram surgindo logo no aeroporto, ficamos à mercê por horas. Pensamos que já estava tudo resolvido, aí que tudo começou. O hotel reservado para nós ficarmos, já estava lotado ficamos lá mais de 2 horas na recepção aguardando respostas que a qual obtemos depois de muitas horas de espera. Sem água e com fome. Tínhamos também idosos e pessoas com acessibilidade. Chegou uma van para nos levar para outro hotel e já nos deixaram ciente que teríamos que sair logo pela manhã sem destino de outro local para nos acomodarmos. Fomos para o outro hotel, nossas bagagens ficaram expostas na recepção, e somente após o almoço que conseguimos entrar no hotel, no informe que recebemos, dizia que teríamos direito a uma água e que na realidade não tivemos. Sou sociedade civil, não tenho um trabalho e passei por inúmeras dificuldades, principalmente com algumas pessoas da equipe de Governo, fui discriminada, humilhada, e passei por inúmeros questionamentos degradante, no último dia 08/12/17, passei mal foi por tudo que tenho passado nessa Conferência. A única coisa que queria era um pouco de respeito, principalmente porque sou sociedade civil, somos atores da assistência social. Em relação a tudo que aconteceu a maioria do grupo me discriminando com caras e bocas no dia 08/12/17 foi o pior dia para mim. Até tom grosseiro fui tratada.
- Faltou divulgação das ações através da mesa coordenadora, facilitando a permanência no local.
- Ausência de apresentações culturais. Ausência de metodologia para condução dos grupos. Falta organização na identificação das salas no momento das oficinas. Falta organização na condução dos debates. Lanche mal programados. Muitos não tiveram acesso.



- Não posso falar que foi ótimo, sofri constrangimento ao chegar a Brasília, nossa reserva no hotel não tinha. Ficamos na recepção digo nossas malas ficaram lá até a noite esperando. Viermos para a Conferência levaram a gente para um hotel a noite. No dia seguinte levaram para outro. Precisamos comprar água para tomar remédio no hotel. Na conferência foi tudo ótimo, os palestrantes maravilhosos fui contemplados com os objetivos que vim buscar. Refeitório bom, atendimento muito bom. Só fiquei indignada com a estadia, fiz uma moção para pedir passe livre aos idosos e deficientes Inter municipais e não aceitaram. Falaram que é dever do município, só que o meu município não se opõe.
- Sobre os estandes faltou informar que poderia trazer materiais para divulgação. Sobre o lanche foi desorganizado, com falta de garantia de que todos pudessem ser atendidos. Sobre os espaços para as refeições toalhas sujas, aparentemente não parecia ser limpa em nenhum dos 4 dias de evento gerando acúmulo de moscas. Tendo que usar uma mão para comer e a outra para espantar as moscas. O caderno de propostas penso que foi assertivo prezando pela legitimidade dos estados. O regimento interno foi um erro, faltou colocar o cronograma. Em alguns momentos a plenária não foi feliz.
- Olha o meu orgulho foi ter a minha participação como coordenadora do grupo. Ali eu pude avaliar as questões de destaque, depois as pessoas falando sobre os destaques. Eu me senti uma mulher responsável e aprender com tudo e com todos que estavam ali. Pude perceber que no meio de todos vocês aqui eu aprendi coisas novas. A única razão, vou embora triste porque a melhor parte dessa Conferência vamos perder, é a da votação, nós não vamos poder ter essa oportunidade de participar

dessa plenária final. Viemos aqui para poder participar de tudo e é uma injustiça que não poderemos participar da Conferência e dessa plenária final.

- Processo construtivo para o fortalecimento da PNAS, onde asseguramos nossa participação com efetividade, buscando melhoria na qualidade das ações e serviços ofertados pelo SUAS nos municípios dos Estados brasileiros. Sendo a minha primeira participação na Conferência a nível nacional, avalio a 11 conferência de forma positiva, com alguns contratempos é claro, mas isso acontece pela diversidade de pensamentos e posicionamentos pelos participantes, o que ocasiona mudanças na programação prevista, mais é assim que acontece o rico processo de construção do aperfeiçoamento da assistência social.
- Fiquei triste porque o encerramento as 18h e o jantar devido alterações no voo. Então viemos de tão longe que um dia a mais não iria fazer diferença já que o hotel estará pago. Pós gosto de ficar até o final e despedirmos todos.
- É necessário um sistema de informação que não cause prejuízo para o credenciamento e participação integral de forma geral é importante garantir a programação. Foi muito ruim não ocorrer a mesa oficial de abertura no horário da programação. A metodologia dos trabalhos de grupo não oportuniza o controle social de fato, pois no sistema de rankiamento não necessariamente temos um produto final que de conta do tamanho dos desafios. É inaceitável não poder aglutinar propostas ou neste caso, ser considerada como nova. Isso não oportuniza qualidade de debate e a necessidade das deliberações.
- A desordem nos momentos de votação foi demasiadamente desrespeitosa e desgastante.

- A sistematização tem que evitar propostas repetitivas e permitir que fossem feitas alterações nas discussões dos grupos para chegar à plenária bem enxutas, com o objetivo de otimizar o tempo e evitar que entremos à noite ainda discutindo as deliberações.
- A 11ª Conferência Nacional não teve abertura, a Conferência não foi declarada aberta, não teve representante do MDS, não teve presença do Ministério, o que é um absurdo e isso demonstra o verdadeiro descaso desse governo com a PNAS. Isso é lamentável. Com relação ao lanche, a qualidade foi ruim e, além disso, as pessoas com deficiência não tiveram acesso ao lanche, pois quando chegavam para comer não havia mais lanche. Deveria colocar o lanche numa sala separada para eles, como já foi feito em anos anteriores.
- A programação foi mal comunicada, os horários não foram seguidos. O comando foi ruim. A iluminação foi ruim. Não houve abertura digna. Entendo o esforço, mas erros e equívocos foram desnecessários.
- Por favor, as mesas têm que ser compostas por pessoas coerentes e orientadas especificamente. Para iniciar a conferência todos os materiais devem estar prontos e de acesso a todos. As oficinas que foram
- efetivas foram organizadas em um curto período nas demais Conferências priorizar as oficinas e não o debate.
- Considero que houve falha na programação da conferência no que tange ao regimento interno. Na minha opinião a mesa conduziu o processo com "falta de pulso", deixando com que a plenária confundisse o processo. Por conta disso ficou muito feio não acontecer as outras etapas previstas para o dia, inclusive

a abertura. Algo de suma importância para legitimar o evento, quanto à alimentação os coffeees deixaram a desejar, uma vez que muitos ficaram sem lanche. As mesas durante os processos de onde era necessário o processo de votação a apresentar-se bem confusas.

- De modo geral gostei do atendimento dos organizadores. Principalmente dos dirigentes dos CEAS de MG, pois todos os problemas que sofri eles procuraram resolver em sua totalidade. Alguns foram resolvidos outros deixaram a desejar.
- Primeira vez que participo de uma conferência nacional, achei mal organizada. Poderia ter sido melhor, quanto aos colegas da sociedade civil, ouvi bastante reclamações quanto aos itens básicos a que tinham direito. Falta de respeito com eles. Sugiro que o CNAS porque hospedagem traslado, passagem e destino em dinheiro. Ver a alimentação dos usuários, permitirem que eles usem essa diária como acharem melhor. Boa sorte.
- Desorganização em todos os níveis da realização da 11ª Conferência Nacional. Alimentação de qualidade péssima. Falta de informações e demora na resolutividade dos problemas por parte do CNAS. Problemas com a hospedagem das delegações.
- Ficamos em hotel que nos informo que a hospedagem estava garantida até as 12h do dia 08, mas o voo de retorno estava previsto para 12h do dia 09/12. Esse foi um dos maiores erros.
- Acredito que faltou organização, não teve cumprimento de horário. Muita desorganização nos debates.
- Banheiros em péssimas condições.
- Conferência nacional sem abertura foi muito ruim. Faltou representação. Faltou acessibilidade às pessoas com deficiên-

cias, principalmente aos Dv - BV DI ampliação de fontes no telão. Não.

- Reembolso de gastos para quem teve que arcar com alimentação no aeroporto. Eu fiquei no aeroporto 12 horas. O pessoal da mesa não dava o coffee break. Não houve cumprimento do Regimento.
- Muita falta de comunicação e comida ruim. Falta de transporte
- Pouco espaço para sociedade civil(entidades). Faltou bloco de anotações, faltou comunicação visual sobre eventos paralelos e internos. Faltou sala de ambulatório(inalação). Faltou kit básico(sono).
- Esta conferência foi uma decepção, discurso político partidário, falta de cumprimento dos horários, muita desorganização, entendo que não alcançou o escopo proposto e esperado. Falta de divulgação, ninguém sabia o que era no eixo, o assunto e no ato político. Sugiro mudar esse modelo de Conferência que teve elevado custo ao Poder Público e não completou o poder público como esperava.
- A minha indignação com um participante da conferência que não tem respeito com o pessoal de apoio e as pessoas da limpeza, não tem capacidade de colocar o sache usado e a pazinha de mexer o café no lixo, acha que as pessoas contratadas são capacho.
- Sistema de credenciamento ruim; atendimento na recepção pouco receptivo (funcionário não realizou meu credenciamento, saiu e não me disse nada; salas dos grupos pequena, convidados não puderam entrar (alguns foram cancelados); fila e demora para acesso à plenária final; sala de soluções não resolveu problemas apresentados.

- Na verdade, vou dar uma nota única para esta conferência, digo organização quando se fala em 11º entende-se que a organização já sabe o que deve fazer, ou seja, é o mínimo que se espera. Por tudo que vivenciamos aqui nos deixa um tanto desesperançosos do que podemos fazer pelos usuários do SUAS, se nós enquanto representantes fomos tão pouco valorizados. Com relação a alimentação, parabéns
- conseguiram se superar na escolha do mesmo, nunca vi tanto desperdício de comida, pois a comida de péssima qualidade. Saio daqui entristecida em ver tamanha desorganização e falta de respeito com as pessoas que se deslocaram de tão longe para defender os direitos do SUAS/ Assistência Social. Também pudera, este é o reflexo do caos que permeia este Distrito a nossa capital Federal.
- Enfim fizemos uma excelente Conferência, parabéns ao CNAS que nesse momento difícil, conseguiu garantir a Conferência. Parabéns a todos os estados do Brasil que contribuíram com esse momento ímpar.
- Durante o processo da Conferência não houve organização de forma geral. Não teve divulgação das atividades programadas, e associadas a conferência, principalmente do ato em defesa do SUAS. (avisos de tempo em tempo), foram destinadas -5 horas para aprovação do regimento interno e o mais importante que são as palestras para subsidiar os trabalhos, foram destinados 15 minutos.
- As informações precisam ser bem articuladas e repassadas a todos os envolvidos no processo (coordenação, apoio, hotéis, traslados, etc)
- Que bom: A vontade de acertar de forma diferente de justificar as falhas.

- Que tal: Que nas próximas possamos participar do início ao fim, como algo obrigatório. Quando: Nas próximas atividades, seja conferência ou outras.
- Organização dos debates e eixos foi péssima, não houve boa condução, dificultando a dizimação dos trabalhos e excedendo tempos e horários da programação.
- Sugere-se que nas próximas conferências, o debate e votação de propostas sejam realizados nos primeiros dias, já que no último dia, grande parte dos delegados precisam ir embora.
- Mais materiais, mais apoio técnico, mais assessoria, mais integração.
- Não levem as críticas de forma desconstrutiva. É um processo entre erros e acertos. Numa construção dialética.
- Achei a Conferência muito fraca e desorganizada. A Secretária Carminha deveria ter ficado calada. HÁ DESMONTE SIM DO SUAS. O Regimento Interno começou atrasado e a mesa fez muita condução, Admiro muito o Carlos Ferrari, mas ele foi infeliz na condução da mesa. A vice Presidente, foi totalmente "vendida", pois tentou apaziguar e forçosamente fez uma boa vindas muito sem gosto. As conduções nas mesas foram muito ruins. O Frei Betto foi muito bom, mas a participação dele foi tão complicada, pois a mesa estava vazia. Ele foi recepcionado apenas pelo recepcionista, Sr. Presidente Fábio, foi uma indelicadeza e total falta de compromisso do CNAS, pois existe um colegiado. A abertura da Conferência deveria ter maior participação do CNAS e seus conselheiros.
- Muito atraso, sendo o pior deles a entrega dos requerimentos para votação, no mais, problemas de pequeno porte, que é bastante normal em um evento do tamanho deste.

- Alimentação um pouco deficitária, traslado um pouco precário, houve atraso na programação, o que prejudicou no andamento dos trabalhos e falta de comando na mesa de trabalho da plenária geral (em alguns momentos).
- Alimentação deficitária, traslado deficitário, atraso na programação, falta de comando na mesa de trabalho.
- O Regimento Interno precisa ser revisto de forma minuciosa antes da conferência e a mesa diretora precisa ser mais rígida.
- Não aperfeiçoou na organização, pois embora não tenha participado anteriormente, quem já veio em outras Conferências, dala da qualidade, o que não houve aqui, CEAS-SC não seguiu orientação CNAS e retornou com a delegação às 17h do dia -8/12, antes do termino da Conferência, não garantindo a participação efetiva dos delegados. Condução da mesa final foi horrível, perderam o controle dos trabalhos. Entrega de aparelho eletrônico mal organizada, com poucas pessoas entregando o material e atrasando o início dos trabalhos.
- Para uma conferência nacional? Foi o retrato fiel do que o governo está fazendo com a política de assistência.
- Cheguei até aqui!
- Foi de grande valia e maior ainda a surpresa em participar pela 1ª vez da Conferência Nacional de Assistência Social, porém em alguns aspectos decepcionantes. Os aspectos em relação a realização da Conferência que avalio como negativos são: falta de informação, ao chegar ao local não havia placas informativas onde (aconteceria) iniciaria e nem as pessoas (seguranças e outros) não sabiam onde daria início as atividades. Houve falha de comunicação, grosseria, estupidez em responder ou dar alguma informação, não encontrar referências em pessoas



do CEAS para esclarecimentos de mudanças, salas onde ocorreriam as oficinas entre várias outras.

- Venho de Conferências municipais, estaduais realizadas com bom nível, e tinha a ideologia de que com certeza a Nacional seria bem organizada, respaldada em real compromisso respeito, colaboração, educação, pois o objetivo pelo qual estamos aqui é coletivo "garantia dos direitos socioassistenciais do SUAS". Lamentável tudo que ocorreu durante todos os 4 dias, fiquei decepcionada e em alguns momentos envergonhada por fazer parte de uma classe que não se respeita. Além da desorganização que já mencionei acima pela realização da Conferência me refiro agora aos participantes especialmente os delegados, não acredito que se garante direitos com falta de respeito, baixaria, baderna, entre outras atitudes que não condiz com um momento como esse. Sabemos que estamos vivendo momento delicado em nosso país. A democracia está uma vergonha, a falta de garantia de direitos torna-se individual, que foi o que percebi aqui durante os 4 dias, viemos por lutar pelo coletivo por justiça social e equidade e não individualidade. Por fim encerro aqui, pois o aprendizado que levo comigo é em torno das enormes diferenças a começar das pessoas, pois foi possível perceber o quanto nós seres humanos estamos intolerantes e impacientes, não estamos sabendo ouvir nem dialogar. Permaneço tendo fé em Deus que um dia as coisas mudem, a começar dos seres humanos.
- Destaco a importância do processo de votação que se constitui com cerne da conferência, porém alguns delegados não possuem o entendimento claro dessa importância que faz crucial a não efetivação destas ações torna-se prejudicial para tal processo. Sugiro que o envio de delegados seja atrelado ao compromisso dos mesmos em levarem devolutivas para seus

municípios das questões aqui deliberadas pactuando assim a credibilidade depositada pelo ente federado em seus representantes, instituindo assim a responsabilidade social de cada representante.

- Deixo aqui a ideia de convidar participantes de outras Conferências para fiscalizar ou observar as responsabilidades dos delegados na participação do evento, principalmente durante a votação.
- Mal organizado e insuficiência de transporte e mesas de coordenações influenciando a plenária.
- Falta de programação, bloco e/ou folha de papel na bolsa/sacola; sala de oficina sem ar, ligado uma hora depois de iniciada a oficina; lanche da tarde insuficiente para sociedade civil, desse um ticket, pois muitos vieram para cá sem dinheiro, desempregados em especial os usuários.
- Na próxima conferência tem que colocar para os delegados uma multa para o tempo perdido que ele perdeu na plenária através de porcentagem.
- A dificuldade na condução dos trabalhos em relação ao Regimento Interno e postura intransigente de alguns delegados atrapalhou o processo de votação, atrasando os trabalhos e prejudicando o restante da programação do 1º dia; A falta de espaço para abertura oficial; O descompromisso do Ministro Osmar Terra pela não participação na Conferência; Parabéns a mesa que conduziu a Plenária Final, pela clareza e operacionalidade nos trabalhos.
- Não tivemos a presença de nenhuma autoridade do executivo e legislativo no âmbito nacional, isso mostra o descaso dos governantes e legisladores para com o SUAS; não fizeram campo

para a avaliação da organização dos trabalhos da mesa plenária, pois esta seria a principal avaliação, que na minha concepção não conduziu os trabalhos com segurança e organização, tanto é que nem abertura oficial tivemos.

- Está é a primeira conferência nacional que participo, estou voltando pra minha cidade frustrada, nunca vi começar uma conferência sem a execução do Hino Nacional, não tinha nem uma folha de ofício, bloco de anotações no material recebido.
- Não teve abertura digna, não cantou o hino nacional, o transporte adaptado não ficou a disposição para atender as necessidades dos deficientes, eu tive que pagar taxi, em minhas necessidades, haja visto que sou cadeirante.
- As moças de preto trabalharam bem, porém sempre tem aquela mal educada, que foi muito grossa quando solicitamos a abertura de uma porta. Esta manchou o restante que trabalhou bem.
- O certificado foi muito mal elaborado, além de não conter o nome do delegado digitalizado, o que é comum em todas as conferências, não consta o conteúdo programático, o que o torna invalido para compensação de horas complementares de universidade. Outra questão que gerou uma certa preocupação foi o fato de terem retido nosso documento oficial mediante entrega do aparelho de votação, a organização não estava passando total segurança para que tivéssemos confiabilidade em deixar nosso documento sob sua posse, considerando a dificuldade de expedição de segunda via do referido documento.
- No geral o encontro foi muito bom, porque estou levando uma grande lição de vida em vários sentidos, principalmente na interatividades com outras pessoas deficientes; também houve o providenciamento de questões que reivindicamos e sugerimos.

mos no primeiro dia, que foram resolvidas no segundo e terceiro dias por algumas equipes terceirizadas para o evento, isso mostrou que houve interatividade e aproveitamento de empresas, pessoas sobre sugestões para favorecer a acessibilidade que estava prejudicada no início do encontro.

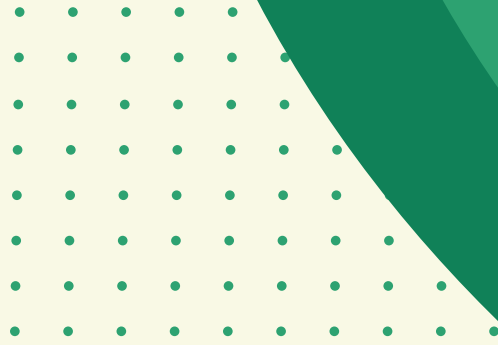
- Melhorar a comunicação entre TODOS os colaboradores que trabalham na organização, segurança, buffet, limpeza e segurança, para que saibam orientar os delegados em qualquer assunto.
- Na minha avaliação faltou representatividade por parte do Governo Federal (na pasta da assistência social).
- Faltou à mesa depois trabalhos, maior firmeza na atuação; A organização dos trabalhos foi sofrível, preocupou-se somente com a burocracia, deixando o evento todo burocratizado.
- A coordenação do transporte deixou a desejar e fez delegados esperarem por ele quando já havia lotação e transporte.
- Melhorar a dinâmica dos trabalhos.
- A Organização e a condução das mesas foi uma tragédia.
- Da mesma madeira que gostaríamos de melhorar a conferência precisamos nos melhorar. A conferência foi um reflexo da realidade. Faltou ordem na exemplificação do modo como haveria de ser, exemplo de voto, exemplo de condução, faltou ser mais objetivos. Questão de ordem!!!!
- O que percebi nesta conferência, foi uma ação intencional de que a pauta não ocorresse, principalmente no primeiro dia com: As manifestações de desrespeito do ex-relator (da conferência passada) que teve atitudes grosseiras em relação à mesa que conduziu a leitura e aprovação do regimento interno.

- As manifestações de cunho político-partidário que invadiram o plenário e atrasaram os trabalhos, embora concorde com as mobilizações, que fortalecem a democracia, vejo que a política de assistência social, perde quando há disputas políticas de poder. Há muita intolerância ocorrendo e extrapola os limites do bom senso, respeito mútuo. Infelizmente é a realidade do momento, em todos os espaços, instâncias políticas e classes sociais. Fico na torcida, para que as conferências não acabem, pois da forma como está ocorrendo está, há um direcionamento nesse sentido.
- Dentro das minhas avaliações gostei do ambiente, mas mesmo assim vi pessoas que trataram mal pessoas deficientes, muitos funcionários que com muito ódio respondiam com palavrão muito bem aquelas pessoas educadas pacientes que atendia com um belo sorriso.
- Agradeço sinceramente todo esforço feito no sentido com que a Conferência fosse um sucesso. Perfeito? Neste país de indiferenças, desigualdades e corrupção, seria exigir muito além. Nenhum direito a menos!
- Em primeiro lugar, não houve recepção, não foi oferecido coffee break, materiais de péssima qualidade, sem folha para anotações, desorganização total. Espero que se espelhem nos nossos municípios, porque lá sim, há respeito.
- Deve-se ter nas mesas e nos convidados que hajam pessoas negras.
- O cronograma da plenária não poderia sobrepor o horário das refeições pois viola o direito à alimentação e à participação, também deve ser considerado que existem pessoas como eu, com restrições alimentares (intolerância e refluxo) que necessitam de rotina alimentar e tempo para isso.

- Venho alertar que faltou mais organização e deveria ter um guia (turista) para conduzir nos locais, porque tinha motorista que deixou alguns delegados e pontos errados, ou seja em lugares errados, longe do hotel. E por fim também queria dizer que os horários deveriam ser a risca, o cronograma deveria ser certo, pois atrasou demais.
- Só quero agradecer as pessoas responsáveis pela nossa delegação de São Paulo, nos deu todo o suporte, tanto lá em São Paulo e aqui em Brasília e o pessoal de Campinas que nos auxiliou também agradeço a todos. Há não posso deixar de agradecer os trabalhadores da empresa que trabalharam aqui no auditório que nos ajudou sempre que foi necessário, sou um cadeirante e não tive problemas na hora que precisei de auxílio.
- Desorganização na Conferência quanto a quantidade de material, tipo de material (acessibilidade), alimentação escassa, faltou e é necessário melhorar a qualidade e apresentação dos pratos.
- De modo geral a Conferência Nacional foi boa, contudo, acho inadmissível gastar 02 dias de conferência sem fazer nada e o último dia que é o mais importante para a votação das propostas é o último dia. 1 - É indispensável que seja revista este modelo de conferência. Desorganizada!!!!. 2 - Acho desnecessário fazer debates dos eixos sendo que quem está na conferência já passou pela municipal e pela estadual. 3 Foi um golpe que não teve mesa de abertura. 4 - Regimento horrível, confundível. 5 - A mesa do dia do Regimento estava tentando corromper a Plenária totalmente despreparada, não tinha voz ativa para comandar uma conferência nacional.

**Patrocinadores da IIª Conferência:**

A IIª Conferência Nacional de Assistência Social foi patrocinada pela Caixa Econômica Federal e pelo Itaú Social com o apoio do Governo do Distrito Federal, da época.



**CNAS**  
Conselho Nacional  
de Assistência Social

